



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS NA
BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL

FORTALEZA

2025

ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS NA
BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Barbara Suellen Ferreira Rodrigues.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S696b Sousa, Ana Márcia Andrade Silveira de.

Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral / Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa; Barbara Suellen Ferreira Rodrigues. – 2025.

139 f.: il. Color.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Fortaleza, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Barbara Suellen Ferreira Rodrigues.

1. Acessibilidade Comunicacional. 2. Biblioteca Acessível. 3. Pessoa Surda. 4. Surdez.
I. Título.

CDD 302.5

ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS NA
BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Barbara Suellen Ferreira Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE-ProfEPT)

Prof.^a. Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE - ProfEPT)

Prof.^a. Dr.^a. Maria Suely Alves Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC - Campus Sobral)

FORTALEZA

2025

Dedico este trabalho ao meu esposo
Carlinhos, pelo carinho, motivação e apoio
durante esse tempo em que precisei me
ausentar tantas vezes;

Aos meus 05 filhos, Ana Alice, Ana
Cecília, Israel Heitor, Pedro Antonio e
Dulce Maria, que são minha grande
inspiração para ser melhor.

A minha Mãe, pelo grande suporte, amor e
cuidado durante esse mestrado;

Ao meu Pai, Carlos (*In Memória*), pelo
grande exemplo de perseverança e força;

Ao meu irmão Claudio, cunhada e
sobrinhos que foram abrigo nessa
jornada;

A minha irmã Meirinha, que é para mim
exemplo de resiliência e ao meu sobrinho
Davi.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que restabelece as minhas forças e esperança a cada amanhecer.

A Nossa Senhora que foi e é minha grande intercessora na trajetória da vida.

Ao meu esposo e filhos que sempre sonharam comigo esse sonho, obrigada pela compreensão e amor que me fizeram perseverar.

A minha mãe e irmãos, pelo incentivo e apoio durante esse tempo de mestrado, obrigada por terem sido abrigo e cuidado.

A minha orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Bárbara Suellen, pelo acompanhamento e presteza durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas do ProfEPT, turma 6, pelos aprendizados compartilhados e as experiências vividas, e de forma especial a Juanita Macedo (*in memoriam*), que tanto nos alegrou com seu café, seu violão e seu sorriso.

A minha querida amiga, comadre e irmã, Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas, por seu precioso apoio todas as vezes que precisei.

A minha colega de trabalho e de profissão, Clemilda dos Santos Sousa, que é uma pesquisadora incansável na temática da acessibilidade e inclusão no contexto das bibliotecas universitárias.

Aos professores do ProfEPT, pela dedicação, motivação e conhecimento partilhado.

Aos servidores e alunos do IFCE – Campus Sobral, pelo tempo concedido nas entrevistas.

“Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles” (Bíblia [...], 2016, Mt. 7, 12, p.1714).

RESUMO

É por meio da Comunicação que os seres humanos criam relações, buscam seus interesses, compreendem o mundo, aprendem e se desenvolvem. Na educação formal ou informal, a comunicação permeia o processo de ensino aprendizagem. No entanto, essa comunicação se dá de forma diferente para cada indivíduo, de acordo com suas necessidades específicas. Para ser acessível e haver uma troca harmoniosa de informações, a comunicação precisa ser livre de barreiras que a comprometam. As bibliotecas, por sua vez, têm a missão de disseminar o conhecimento e gerenciar as informações para que sejam acessíveis a todas as pessoas. Portanto, exige uma comunicação acessível para cumprir o seu papel com bom êxito. Diante do exposto, essa pesquisa visa investigar as práticas de Comunicação Acessível na prestação de serviços de informação para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, Ceará e discutir as características de uma Biblioteca Inclusiva que favoreça a Comunicação Acessível. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas com os servidores da Biblioteca, pessoas ouvintes, mais uma docente e dois discentes vinculadas à Instituição que apresentam surdez, totalizando (08) oito participantes. Para tanto, realizamos um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa durante o período de abril e maio de 2024. A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo de Bardin (2016), visando interpretar e atribuir significado às informações coletadas. Os resultados evidenciaram a experiência dos servidores em relação a oferta dos serviços às pessoas com surdez; o conhecimento dos participantes surdos sobre os serviços ofertados na Biblioteca estudada; as práticas de acessibilidade comunicacional ausentes e presentes na biblioteca; bem como a descrição de elementos necessários para a comunicação acessível. Os serviços ofertados na biblioteca incluem: empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, consulta local, acesso à internet e visitas guiadas. Dentre as práticas de acessibilidade comunicacional reconhecidas pelos participantes estão a comunicação através de texto escrito e leitura labial. Como produto educacional, elaboramos um e-book intitulado: Biblioteca e Surdez: estratégias para uma comunicação acessível com o objetivo de contribuir com a urgência de estudos e práticas sobre as pessoas surdas e a comunicação acessível nas bibliotecas, uma vez que o direito e a dignidade das pessoas com necessidades específicas devem ser garantidos pelo Estado, com vistas na inclusão social em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: Acessibilidade Comunicacional; Biblioteca Acessível; Pessoa Surda; Surdez.

ABSTRACT

It is through communication that human beings build relationships, pursue their interests, understand the world, learn, and develop. In both formal and informal education, communication permeates the teaching-learning process. However, this communication occurs differently for each individual, according to their specific needs. To be accessible and allow for a harmonious exchange of information, communication must be free from barriers that hinder it. Libraries, in turn, have the mission of disseminating knowledge and managing information so that it is accessible to all people. Therefore, accessible communication is required for them to successfully fulfill their role. Given this context, this research aims to investigate Accessible Communication practices in the provision of information services to deaf individuals at the IFCE Library – Sobral Campus, Ceará, and to discuss the characteristics of an Inclusive Library that fosters Accessible Communication. The research was conducted through semi-structured interviews with library staff (hearing individuals), one faculty member, and two deaf students affiliated with the institution. To this end, we carried out an exploratory-descriptive study with a qualitative approach between March and May 2024. Data analysis was conducted using Bardin's content analysis method (2016), aiming to interpret and assign meaning to the collected information. The results highlighted the staff's experience regarding the provision of services to people with hearing impairments; the knowledge of deaf participants about the services offered at the library under study; the communicational accessibility practices that are both present and absent in the library; as well as the description of elements necessary for accessible communication. The services offered at the library include home lending, research assistance, on-site consultation, internet access, and guided tours. Among the communicational accessibility practices recognized by participants are communication through written text and lip reading. As an educational product, we created an e-book entitled: Library and Deafness: strategies for accessible communication with the aim of contributing to the urgency of studies and practices on deaf people and accessible communication in libraries, since the rights and dignity of people with specific needs must be guaranteed by the State, with a view to social inclusion in all spheres of society.

Keywords: Communicational Accessibility; Accessible Library; Deaf Person; Deafness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Terminologia adequada para pessoas com surdez	22
Quadro 2 – Características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil	25
Quadro 3 – Leis e decretos	29
Quadro 4 – Classificação das perdas auditivas	32
Quadro 5 – Comparativo entre a Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Dimensões da Acessibilidade	44
Figura 2	– Infográfico com diretrizes da IFLA para comunicação dos surdos nas bibliotecas	55
Figura 3	– Técnicas para a escrita em Linguagem Simples	66
Figura 4	– Fases da Análise das Informações	84

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	– QR Code do documentário: Sou surda e não sabia	35
Imagem 2	– Ilustração do livro acessível “O jabuti não tá nem aí”	59
Imagem 3	– Alfabeto Manual da LIBRAS	62
Imagem 4	– Enquadramento do Intérprete na janela	64
Imagem 5	– Imagens ilustrativas do Aplicativo Hand Talk	68
Imagem 6	– Banner VLibras	69
Imagem 7	– Slogan do aplicativo LibrasLab	69
Imagem 8	– Tela do aplicativo Libras Quest	70
Imagem 9	– Demonstração de tela do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais	71
Imagem 10	– QR Code com tradução em Libras e áudio da apresentação do e- book	94
Imagem 11	– QR Code de acesso ao e-book “Biblioteca e Surdez: estratégias para uma comunicação acessível	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– No que se refere ao formato de disponibilização online, o produto educacional tem fácil acesso?.....	100
Gráfico 2	– A disposição dos capítulo e temas abordados é adequada para a boa compreensão de seu conteúdo?	101
Gráfico 3	– As imagens, figuras e quadros facilitam a compreensão da temática?	101
Gráfico 4	– A linguagem empregada e a disposição dos parágrafos apresentam de forma clara os temas abordados?	102
Gráfico 5	– O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da surdez?	102
Gráfico 6	– O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas?	103
Gráfico 7	– O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática de Bibliotecas Acessíveis?.....	103
Gráfico 8	– O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz um tema atual para reflexão e debates?	103
Gráfico 9	– Os temas tratados no e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” são relevantes para o público a que se destinam (Setor de atendimento ao público das bibliotecas)?	104
Gráfico 10	– O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz informações que podem contribuir para o conhecimento e a inclusão das pessoas surdas?.....	104
Gráfico 11	– O e-book“ Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” demonstra clareza e objetividade quanto as temáticas propostas?.....	105

Gráfico 12 – O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” apresenta estratégias eficazes para o atendimento das pessoas surdas?..... 105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	OBJETIVOS	21
2.1	Objetivo Geral	21
2.2	Objetivos Específicos	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1	Conhecendo a pessoa com deficiência	22
3.2	A pessoa com deficiência e o acesso à educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica – EPT	28
3.3	Surdez e sociedade	33
3.3.1	<i>Classificação, causas e como prevenir a surdez</i>	33
3.3.2	<i>Descoberta da surdez</i>	35
3.3.3	<i>A surdez pela perspectiva ouvintista</i>	37
3.3.4	<i>A surdez pela perspectiva socioantropológica</i>	38
3.3.5	<i>Identidade e cultura surda</i>	39
3.4	Acessibilidade comunicacional à pessoa surda	44
3.4.1	<i>Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</i>	47
3.4.2	<i>Legislação</i>	49
3.5	Biblioteca Acessível	55
3.5.1	<i>Biblioteca acessível para pessoas surdas</i>	56
4	METODOLOGIA	76
4.1	Tipo de Pesquisa	76
4.2	Cenário da Pesquisa	76
4.2.1	<i>Sobre o IFCE – Campus Sobral</i>	76
4.2.2	<i>Sobre a Biblioteca do IFCE – Campus Sobral</i>	78
4.3	Participantes da Pesquisa	78
4.3.1	<i>Critérios de Inclusão</i>	79
4.3.2	<i>Critérios de exclusão</i>	79
4.4	Aspectos éticos da pesquisa	79
4.5	Coleta das Informações	80
4.5.1	<i>Coleta das Informações do Grupo 1</i>	81
4.5.2	<i>Coleta das Informações do Grupo 2</i>	81
4.5.3	<i>Coleta das Informações do Grupo 3</i>	82

4.6	Análise das Informações	82
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
5.1	Observação assistemática	85
5.1.1	<i>Condições gerais de Acessibilidade</i>	85
5.1.2	<i>Condições para a Acessibilidade Comunicacional</i>	86
5.2	Entrevistas semiestruturadas	87
5.2.1	<i>Gestão e disseminação dos serviços ofertados na Biblioteca</i>	90
5.2.2	<i>As práticas de acessibilidade comunicacional</i>	92
5.2.2.1	<i>Práticas Presentes</i>	92
5.2.2.2	<i>Práticas Ausentes</i>	93
5.2.3	<i>Biblioteca Inclusiva: elementos necessários para uma comunicacional acessível</i>	95
6	PRODUTO EDUCACIONAL	97
6.1	<i>Elaboração do produto educacional</i>	97
6.2	<i>Avaliação e validação do produto educacional</i>	99
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	116
	APÊNDICE B – PROPOSTA DE ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO ASSISTEMÁTICA NA BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL ...	120
	APÊNDICE C – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 1	121
	APÊNDICE D – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 2	122
	APÊNDICE E – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 3	123
	APÊNDICE F – CAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL	124
	APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Avaliador do Produto Educacional)	125
	APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL COM JUÍZES	128
	ANEXOS	132

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na comunicação e sua relevância na sociedade, vemos que ela está presente em todos os aspectos da vida humana. No contexto da educação, a comunicação é primordial para estabelecer a formação, a troca de saberes e colaboração que são necessários nessa construção. No entanto, o processo de comunicação exige que os sujeitos envolvidos, emissor e receptor, compartilhem do mesmo campo simbólico e linguístico.

As pessoas com deficiência, por sua vez, apresentam limitações físicas, visuais, auditivas e intelectuais, que podem afetar sua capacidade de comunicação na sociedade, bem como nos ambientes de educação formal ou informais, como é o caso das bibliotecas, que oferecem serviços de informação complementares no processo de formação da pessoa humana e precisam primar por uma comunicação eficiente e eficaz no atendimento de seus usuários, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

O Congresso [...] (2002), que estabeleceu a Declaração de Madri, apresenta uma nova visão a respeito das pessoas com deficiência e sua participação na sociedade, sinalizando ferramentas para melhor compreender o processo de inclusão social, ao identificar que as “ações estão deixando de dar ênfase em reabilitar pessoas, para se ‘enquadrarem’ na sociedade e adotando uma filosofia mundial de modificação da sociedade” (Congresso [...], 2002, p.2), a fim de incluir e acomodar as necessidades de todas as pessoas.

As pessoas com deficiência, a partir de suas lutas, buscam oportunidades iguais e acesso a todos os espaços e recursos disponíveis ao corpo social, exigindo seus direitos para uma educação inclusiva, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor, que promovam a inclusão e não a segregação. Estudos como os de Sasaki (2009), Vergamini (2020), Almeida (2013) evidenciam que dentre as formas de garantir a inclusão de pessoas com necessidades específicas de forma efetiva e autônoma na esfera social, as mudanças de atitudes que promovam a acessibilidade, são essenciais. Nesse contexto, é importante resgatar o conceito de Acessibilidade posto no Estatuto da pessoa com deficiência:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, cap. I, art.3).

A acessibilidade torna-se, assim, protagonista e essencial na vida da pessoa com deficiência, conforme vemos nos estudos de Napolitano (2016), quando este afirma que a acessibilidade traz a possibilidade e as condições de igualdade de oportunidades, favorecendo mudanças consideráveis na sociedade para torná-la acessível por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades.

Romeu Sasaki, apresenta ainda, a acessibilidade como:

Uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (Sasaki, 2009, p.2).

As dimensões da acessibilidade foram idealizadas a fim de tornar mais fácil a vida das pessoas com deficiência, podendo ser identificadas em sete dimensões denominadas como: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade natural, acessibilidade atitudinal, acessibilidade comunicacional, acessibilidade instrumental, acessibilidade metodológica e acessibilidade programática. Tais dimensões visam eliminar ou minimizar as barreiras encontradas em todos os aspectos da sociedade, oferecendo modelos acessíveis para a arquitetura, a comunicação, as metodologias de ensino, tecnologias, acesso a ambientes naturais e até mesmo nas relações interpessoais.

A dimensão da acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas se constitui objeto de estudo nessa pesquisa, a qual visa eliminar barreiras de comunicação e promover a inclusão das pessoas com deficiências sensoriais, cognitivas, linguísticas ou outras que possam afetar sua capacidade de se comunicar de forma efetiva (Freitas, 2020). Usando algumas ferramentas desenvolvidas com o objetivo de inclusão, como a linguagem simples, sem jargões; as legendas e

audiodescrições; intérpretes de Libras e tecnologias assistivas, podemos permitir que todas as pessoas tenham igualdade de acesso à informação e possam participar plenamente da sociedade.

Quando falamos das pessoas surdas, a dimensão da acessibilidade comunicacional tem grande relevância, pois trata diretamente de como as pessoas com surdez compreendem e são compreendidas na sociedade, trata-se de uma forma de comunicação que busca a inclusão no modo de falar, de escrever, de se comunicar seja pessoalmente ou virtualmente, em que a linguagem gestual e a escrita acessível se tornam protagonistas neste processo.

Diante das premissas e instituição das leis que fundamentam os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída em 06 de julho de 2015, que se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, podemos refletir o quanto é pertinente discutir e criar soluções de acessibilidade comunicacional em todos os ambientes da coletividade e de modo particular nos ambientes de educação e formação de mentalidades.

“Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (Brasil, 2005, cap. I, art. 2). Portanto, compreendemos que a “Surdez é a diminuição da capacidade de ouvir, levando-se em consideração os níveis definidos como normais, podendo ser classificada como leve, moderada ou grave” (Conselho [...], 2021, p.1).

De acordo com a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência:

Entende-se a comunicação como aquela que abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. E a ‘Língua’ abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada (Brasil, 2016, art. 2).

Entre as formas de comunicação usadas pelas pessoas surdas, a língua

de sinais tem maior destaque. De acordo com Vergamini (2020), por um longo período, as línguas de sinais foram proibidas e subestimadas, sendo reconhecidas como língua apenas a partir de 1960, graças as investigações de Stokoe (1960) sobre a American Sign Language (ASL), que revelaram que as línguas de sinais possuem uma estrutura linguística rica, sendo capazes de expressar uma variedade de tópicos complexos, o que as caracteriza como línguas completas e independentes. A fonologia, segundo Stokoe (1960), desempenha um papel crucial na organização dessas línguas, permitindo uma análise de suas unidades linguísticas de forma mais sistemática.

Almeida (2013) afirma que quando falamos a língua de sinais nos referimos a uma língua de “produção manuo-motora e de recepção visual”, com vocabulário e gramática próprios, independente da língua oral, usada pela comunidade surda e alguns ouvintes, tais como parentes de surdos, intérpretes, professores e outros.

A Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, reconheceu oficialmente a Libras como a segunda língua oficial do Brasil. Esse reconhecimento garante o direito das pessoas surdas de utilizarem sua língua natural em espaços públicos e no ensino, promovendo o respeito à diversidade linguística (Brasil, 2005). Assim, a aprendizagem da Libras e o conhecimento da cultura surda possibilita a comunicação e a interação com sujeitos surdos, em contextos sociais, promovendo acessibilidade aos saberes e às práticas culturais. (Müller, 2020)

Portanto, o ideal seria que nos diferentes espaços sociais e de educação formal e não formal, existissem pessoas proficientes em Libras, que pudessem estabelecer uma comunicação direta ou mesmo profissionais tradutores intérpretes de Libras aptos a mediar a comunicação entre ouvintes e surdos. Infelizmente, essa realidade ainda é pouco vista no Brasil, com alguns avanços em espaços públicos, principalmente em espaços culturais e salas de aula. A fim de minimizar as barreiras existentes na comunicação da pessoa surda, na falta da comunicação em Libras, Vergamini (2020), aponta medidas como: utilização de centrais de intermediação surdo-ouvinte, comunicação escrita e leitura labial.

É certo que a promulgação da Lei 13.409 de 2016, que dispõe sobre as reservas de vagas para o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio, tornou cada dia mais crescente a chegada das pessoas com deficiência nas Instituições tradicionais de ensino o que trouxe inúmeros desafios e uma grande necessidade de se repensar a acessibilidade dos

serviços já ofertados em todos os âmbitos desses espaços, a fim de acolher essa demanda de pessoas que traz em sua história, séculos de exclusão e discriminação.

Torna-se, a partir de então, prioritário o estabelecimento de políticas públicas de inclusão e capacitação dos servidores e docentes de todas as áreas de ensino e aprendizagem, sejam formais ou não-formais, para que efetivamente o direito da pessoa com deficiência seja garantido. Pressupõe-se, a partir das reflexões expostas, que para um pleno exercício, a biblioteca precisa ser acessível a todas as pessoas, incluindo pessoas que demandam necessidades específicas, sejam elas, físicas, sensoriais ou mentais. Na constituição de uma biblioteca, bem como na oferta de serviços é fundamental um planejamento que contemple as dimensões de acessibilidade.

A acessibilidade nas suas várias dimensões tem inquietado o processo de trabalho como bibliotecária da Universidade Federal do Ceará no Campus de Sobral, Ceará, desde 2008, quando por meio da observação empírica, percebemos os grandes desafios vivenciados por discentes com deficiência na busca por informações no cotidiano da experiência acadêmica. Soma-se a esse aspecto a responsabilidade profissional, ética, político-social de proporcionar meios que possam garantir o direito e a dignidade das pessoas com alguma deficiência, e nesse estudo, especificamente, das pessoas surdas.

Portanto, uma biblioteca como um ambiente multifacetado, acessível e inclusivo deve disponibilizar estrutura, acervo, serviços e atividades para todas as pessoas. Nesse contexto, buscou-se investigar as práticas de Comunicação Acessível na prestação de serviços de informação para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral e discutir as características de uma Biblioteca Inclusiva que favoreça a Comunicação Acessível.

A relevância desse estudo compreende a necessidade de abordar sobre os direitos das pessoas com deficiências, suas diversidades e necessidades específicas. A inclusão tem sido o grande desafio das políticas públicas no Brasil, pois envolve a necessidade de um planejamento no qual as pessoas com deficiência possam expressar suas demandas e discutir com o poder público as prioridades para garantir o acesso e preservar o direito, e aqui, enfatizamos o acesso às bibliotecas, como um importante equipamento para a inclusão no Ensino Superior.

OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar as práticas de acessibilidade comunicacional direcionadas para as pessoas surdas na biblioteca do IFCE Campus Sobral, com o intuito de apresentar contribuições para o aprimoramento de tais práticas.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1. Contextualizar as lutas enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso à educação com foco nas pessoas surdas e na Educação Profissional e Tecnológica - EPT;

2.2.2. Compreender a comunicação acessível e clarificar sua significação na oferta dos produtos e serviços disponibilizados para as pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral;

2.2.3. Apresentar a Biblioteca acessível e suas diretrizes, a fim de apontar novos caminhos que contribuam para minimizar as barreiras de acessibilidade comunicacional na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral;

2.2.4. Elaborar um e-book com o intuito de oferecer suporte informacional sobre acessibilidade comunicacional aos profissionais que trabalham em bibliotecas, a fim de minimizar as barreiras existentes no acolhimento e inclusão de pessoas surdas em suas buscas por serviços de informação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de tratar da temática proposta, buscamos embasar nossas reflexões e pesquisas nas referências já disponíveis sobre o assunto, buscando apresentar a pessoa com deficiência e a sua inclusão educacional no contexto da EPT e analisar, através do diálogo com outros pesquisadores, o direito da pessoa com deficiência, em especial a pessoa com surdez, bem como conceituar e compreender o que vem a ser comunicação acessível e os recursos e diretrizes que embasam o conceito de biblioteca inclusiva.

3.1. Conhecendo a pessoa com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), considera que a pessoa com deficiência é aquela que tem algum tipo de impedimento de longo prazo de natureza sensorial, intelectual, física ou mental, que, ao interagir com uma ou mais barreiras, fica impedida de participar da sociedade de forma efetiva em termos de igualdade com pessoas sem deficiências.

A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva exige uma atenção especial à linguagem, pois é através dela que, de forma consciente ou inconsciente, se expressa o respeito ou a exclusão das pessoas com deficiência. A linguagem, sendo dinâmica, se adapta aos valores predominantes de cada época. Dessa forma, é fundamental refletir sobre os estigmas historicamente atribuídos a essas pessoas, a fim de repensar as formas de interagir com elas.

A maneira como as pessoas são nomeadas e percebidas reflete diretamente o respeito e a dignidade que lhes são atribuídos. Ao longo da história, diversos termos pejorativos foram usados para se referir a pessoas com deficiência, como excepcionais, retardados, aleijados, inválidos e mongoloides. O termo “excepcional”, por exemplo, foi amplamente utilizado entre as décadas de 1950 e 1970 para designar pessoas com deficiência intelectual. No entanto, nos anos 1980 e 1990, estudos sobre pessoas com altas habilidades promoveram uma mudança nessa terminologia. O termo “excepcionais” foi substituído por “excepcionais negativos”, para

aqueles com inteligência lógico-matemática abaixo da média, e “excepcionais positivos”, para aqueles com altas habilidades ou múltiplas inteligências acima da média. Atualmente, esses termos caíram em desuso devido ao seu caráter discriminatório e pejorativo.

Para construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, é essencial valorizar e adotar a forma como as pessoas com deficiência preferem ser chamadas. Nesse sentido, os debates promovidos pelos movimentos globais de pessoas com deficiência resultaram em um consenso sobre a terminologia adequada: pessoas com deficiência. *Essa expressão foi formalizada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, posteriormente, incorporada nas legislações nacionais.* O termo “pessoas portadoras de deficiência”, utilizado anteriormente, foi descartado, pois atualmente entende-se que a deficiência é parte integrante da pessoa. Como observa Silva (2021, p. 8): “a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega, não se porta, não se leva consigo, como se fosse algo sobressalente ou um objeto.”

Portanto, a principal terminologia a ser adotada é “pessoa com deficiência”. Também é aceitável o uso de substantivos seguidos de “com deficiência”, como: aluno ou aluna com deficiência, atleta com deficiência ou jornalista com deficiência. Ao se referir a alguém que não tem deficiência, deve-se utilizar o termo “pessoa sem deficiência”. O uso de “pessoas normais” deve ser evitado, pois sugere seu oposto: “pessoas anormais”.

O termo “pessoa com necessidades especiais”, amplamente utilizado na década de 1990 e que originou as expressões “pessoa portadora de necessidades especiais” e, posteriormente, “pessoa portadora de deficiência”, também foi abandonado. O conceito de “portar” atribuía um valor externo à pessoa. Em 1994, após amplos debates conduzidos por pessoas com deficiência em diversos países, incluindo o Brasil, elas decidiram ser denominadas como “pessoa com deficiência”.

Com base na Convenção Internacional das pessoas com deficiência, terminologias mais simples e que representam a realidade de forma positiva e respeitosa passaram a ser apoiadas por pessoas com deficiência e adotadas em sociedades inclusivas. Abaixo trazemos um quadro com exemplos de nomenclatura para denominar pessoas com surdez.

Quadro 1 - Terminologia adequada para pessoas com surdez

Nomenclatura	Descrição e Uso
Pessoa com deficiência sensorial	Geralmente utilizado para se referir às pessoas com deficiência visual, auditiva ou surdocegueira.
Pessoa com deficiência visual	A terminologia “deficiência visual” remete a uma categoria que envolve dois tipos: baixa visão e cegueira (ambas em diferentes graus).
Pessoa surda	A maioria das pessoas surdas preferem ser chamadas de surdas, no entanto deve-se evitar dizer “pessoa com surdez total”, “pessoa surda total” ou “surdo total”.
Pessoa surdocega	Terminologia utilizada para pessoas que têm deficiência visual e auditiva concomitante, ambas em diferentes graus.
Pessoa com baixa audição	É usado em substituição aos termos “surdo parcial” ou “pessoa com surdez parcial”.
Pessoa surda sinalizante	Refere-se à pessoa surda que se comunica pela língua de sinais, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).
Pessoa surda oralizada	Os surdos oralizados, geralmente, são pessoas que perderam a audição após a aquisição da linguagem e, por isso, dominavam as regras da língua falada do país em que vivem. Podem ter surdez de grau moderado ao profundo; podem ou não utilizar tecnologias auditivas; podem fazer uso da leitura labial ou podem ser surdos de nascença ou que perderam a audição cedo, mas que tiveram rápido acesso à reabilitação auditiva e à terapia fonoaudiológica que apoiou o desenvolvimento de linguagem.
Pessoa surda bilíngue	Refere-se à pessoa surda que domina a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português escrito.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Desde a primeira guerra mundial até os dias atuais, foram desenvolvidos alguns modelos para conceituar e apresentar as necessidades e especificidades das pessoas com deficiência. São eles:

O modelo médico/reabilitador, que emerge no período pós-Primeira Guerra Mundial em resposta aos impactos laborais sofridos pelos "feridos de guerra", atribui causas científicas à deficiência. Nesse contexto, à medida que as pessoas com deficiência passam pelo processo de reabilitação, deixam de ser vistas como inúteis ou dispensáveis. O foco desse modelo é a normalização dos indivíduos com deficiência, entendendo suas limitações como o principal obstáculo, o que reforça a necessidade de reabilitação física, psíquica e sensorial. "A deficiência é vista como um problema individual da pessoa, incapaz de enfrentar a sociedade, o que propicia o surgimento dos serviços de assistência social institucionalizados, a educação especial, os benefícios de reabilitação médica e as cotas laborais" (Silva, 2021, p.12).

O modelo social da deficiência, que emerge no Reino Unido em meados da década de 1960, surge como uma resposta às abordagens biomédicas. Sua ideia central: "é de que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, transferindo a responsabilidade pelas desvantagens dos deficientes das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade de prever e ajustar-se à diversidade" (Silva, 2021, p.12). Assim o modelo social parte do princípio de que a deficiência resulta da interação entre as características do corpo do indivíduo e as condições da sociedade em que está inserido. Em outras palavras, é a combinação das limitações físicas ou funcionais com uma organização social que não considera adequadamente a diversidade corporal.

O modelo biopsicossocial da deficiência - Com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – publicada em Nova York, em 2006, e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, em 2009 –, o conceito de deficiência passou a ser reconhecido pela ótica do **modelo biopsicossocial**, que considera tanto as particularidades das deficiências quanto as barreiras atitudinais e ambientais do meio em que a pessoa com deficiência vive (Brasil, 2009).

A partir da Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e a Lei de inclusão da pessoa com deficiência, prevalece o modelo psicossocial em que, a deficiência passa a ser resultante "da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Brasil, 2016, p. 69).

Na perspectiva biopsicossocial, portanto, a deficiência não se relaciona apenas às estruturas e funções do corpo, mas também aos fatores contextuais, ou seja, do contexto em que a pessoa vive. Assim, é compreendida como o resultado da interação entre pessoas com impedimentos nas funções e estruturas do corpo e fatores contextuais diversos, que interagem com esses impedimentos.

Em se tratando da demografia da pessoa com deficiência, de acordo com dados do Relatório Mundial sobre Deficiência, elaborado pela Organização Mundial de Saúde, São Paulo (2012), em 2011 havia no mundo uma população com deficiência estimada em mais de um bilhão de pessoas, dentre as quais aproximadamente 200 milhões tinham dificuldades funcionais significativas.

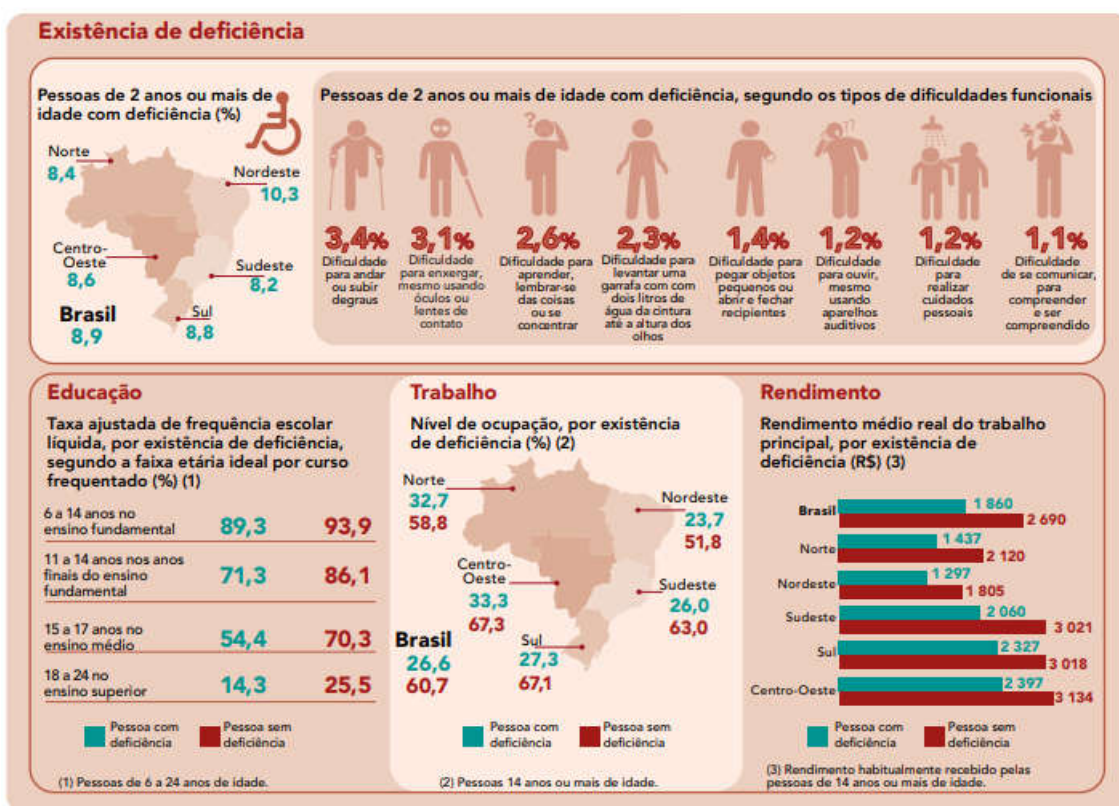
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - PNAD, IBGE (2023), realizada pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, com o objetivo de realizar análises que auxiliam na visibilidade das condições de vida, das desigualdades e das especificidades de diversos grupos populacionais, incluindo pessoas com deficiência, e em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com o lema “não deixar ninguém para trás”, traz uma ampla estatística sobre as pessoas com deficiência em nosso país, apresentando dados sobre educação, trabalho e rendimento desse grupo de pessoas.

Segundo pesquisa supracitada a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Para a pesquisa feita pelo IBGE, foram definidos oito tipos de atividades para identificar as pessoas com deficiência: dificuldade para andar ou subir degraus; dificuldade para enxergar mesmo usando lentes de contato; dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; dificuldade para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; dificuldade para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; dificuldade para realizar cuidados pessoais; dificuldade de se comunicar, para compreender e ser compreendido.

Além disso, a PNAD Contínua de 2022 destacou que pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência auditiva, enfrentam desafios significativos em áreas como educação, participação no mercado de trabalho e acesso a rendimentos. Por exemplo, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência

foi de 19,5%, enquanto entre aquelas sem deficiência foi de 4,1%. No mercado de trabalho, apenas 29,2% das pessoas com deficiência estavam ativas, em contraste com 66,4% das pessoas sem deficiência. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil.



Fonte: IBGE, 2023

O estudo mostra que a prevalência variou entre os diferentes domínios geográficos. A Região Nordeste apresentou o maior percentual, com 10,3% da população, totalizando 5,8 milhões de pessoas com deficiência — um valor acima da média nacional. Esse percentual foi superior em todas as Unidades da Federação da região, com destaque para Sergipe, que registrou a maior taxa (12,1%). As demais Grandes Regiões apresentaram percentuais semelhantes: Norte (8,4%), Centro-Oeste (8,6%), Sul (8,8%) e Sudeste (8,2%). Entre as Unidades da Federação, o Amazonas teve a menor proporção de pessoas com deficiência, correspondendo a 6,3% da população (IBGE, 2023).

Quanto a surdez, a pesquisa revelou que aproximadamente 2,4 milhões

de pessoas (1,2%) da população brasileira de 2 anos ou mais de idade relatou ter muita dificuldade ou incapacidade total para ouvir, mesmo utilizando aparelhos auditivos, destacando que a prevalência de deficiência auditiva aumenta com a idade. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, a proporção daqueles que relataram dificuldades auditivas foi significativamente maior em comparação com faixas etárias mais jovens. Esses dados ressaltam a relevância de políticas públicas voltadas para a inclusão e acessibilidade, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

3.2 A pessoa com deficiência e o acesso à educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT

Em se tratando especificamente de educação, a inclusão das pessoas com deficiência começa a ganhar força e representatividade mundial a partir dos anos 90, especialmente com a Declaração de Salamanca, na Espanha, a qual estabelece que o princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças estabelecidas (Declaração [...], 1994).

No Brasil, um marco importante foi a instituição, em 2014, do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

No §1º do art. 8, do PNE, vemos especificamente sobre o direito das pessoas com deficiência, instituindo que os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação, estratégias que promovam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, buscando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

No que diz respeito à educação profissional das pessoas com deficiência no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT), temos como marco desse processo, a criação do Instituto Benjamim

Constant (IBC, anteriormente denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos). Ainda hoje o IBC mantém a ênfase na educação profissional, característica da instituição desde sua criação durante o período do império, bem como na defesa em prol da subsistência da pessoa cega, abrangendo primordialmente as profissões manuais. (Cabral, 2022).

A partir daqui teremos a implantação de outros programas e instituições que foram criadas com o intuito da integração e inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, entre eles destacamos os programas de treinamento vocacional e de profissionalização, originados em instituições privadas de caráter filantrópico e assistencial e em escolas especiais ou similares: Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e Sociedade Pestalozzi; Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) e o Programa Nacional de Educação Profissional para pessoa com deficiência que envolveu os CEFETS, além de outras Instituições.

Especificamente na RFEPCT, ocorreu a criação da Ação TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas, idealizada visando o desenvolvimento de ações que fossem capazes de possibilitar o acesso, a permanência e a conclusão para alunos com necessidades educacionais especiais em cursos de formação inicial, continuada, técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação na RFEPCT.

Para estabelecer os objetivos do TEC NEP em toda rede foram criados os NAPNEs – com o objetivo de efetivar em toda a RFEPCT a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos educacionais, sociais e arquitetônicos, através de ações desenvolvidas para a inclusão das pessoas com deficiência, através do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que consiste em conhecer a realidade específica de cada sujeito, a fim de intervir positivamente na realidade incapacitante e possibilitar uma transformação daquela situação, gerando inclusão e diminuindo barreiras.

No Campus de Sobral, o NAPNE atua realizando atividades de “educação para convivência” buscando, a minimização das barreiras de acessibilidade, arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais encontradas pelos alunos e servidores com deficiência presentes no Campus. O núcleo conta com dez membros, dos quais, uma docente, dois técnicos administrativos e sete bolsistas, que atuam em

contato direto com as pessoas que apresentam alguma necessidade específica de atendimento, estabelecendo assim, um elo entre a Instituição e a pessoa com deficiência para viabilização dessas necessidades.

No que diz respeito à inclusão da pessoa surda no acesso à educação, destacamos o decreto nº 38.738, de 30 de janeiro de 1956, que aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos – Mudos (INSM), com a finalidade de dar orientação, assistência e educação aos indivíduos surdos; preparar professores e técnicos em educação e realizar estudos e pesquisas médicas e pedagógicas relacionados com a profilaxia da surdez, educação e reeducação dos “deficientes” da audição e da palavra (Brasil, 1956).

A criação do Instituto Imperial de Surdos Mudos (ISM) do Rio de Janeiro, criado no século XIX, no ano de 1857, mantinha o ensino profissionalizante ao lado do literário, e que ainda se encontra ativo e tornou-se conhecido através da lei Nº 3.198/1957 como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) – uma instituição de referência nacional na oferta de educação a pessoas surdas na perspectiva bilíngue, da educação básica à pós-graduação. (Cabral, 2022).

Ainda nessa perspectiva de inclusão temos a instituição do Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, que institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro - CESB, a portaria nº 1.140/1998 que dava vigor ao documento “Instruções para organização e execução da CESB” e a Lei Nº 8.160/1991 que dispunha sobre a caracterização de um símbolo que permitiria a identificação de “pessoas portadoras” de deficiência auditiva.

No século XXI, as leis e decretos que tratam especificamente sobre a educação de surdos, são a Lei Nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, a Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 2.0173/2004, que institui a política nacional de atenção saúde auditiva, a Instrução Normativa nº. 01/2005 sobre a utilização dos recursos de acessibilidade para pessoas surdas com deficiência visual; o Decreto de Lei Nº. 5.626/2005, que Regulamenta a Lei N o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o Decreto nº 6.039/2007, que aprova o plano de metas para a universalização do Serviço Telefônico Fixo computado em Instituições de Assistências às pessoas com deficiência auditiva.

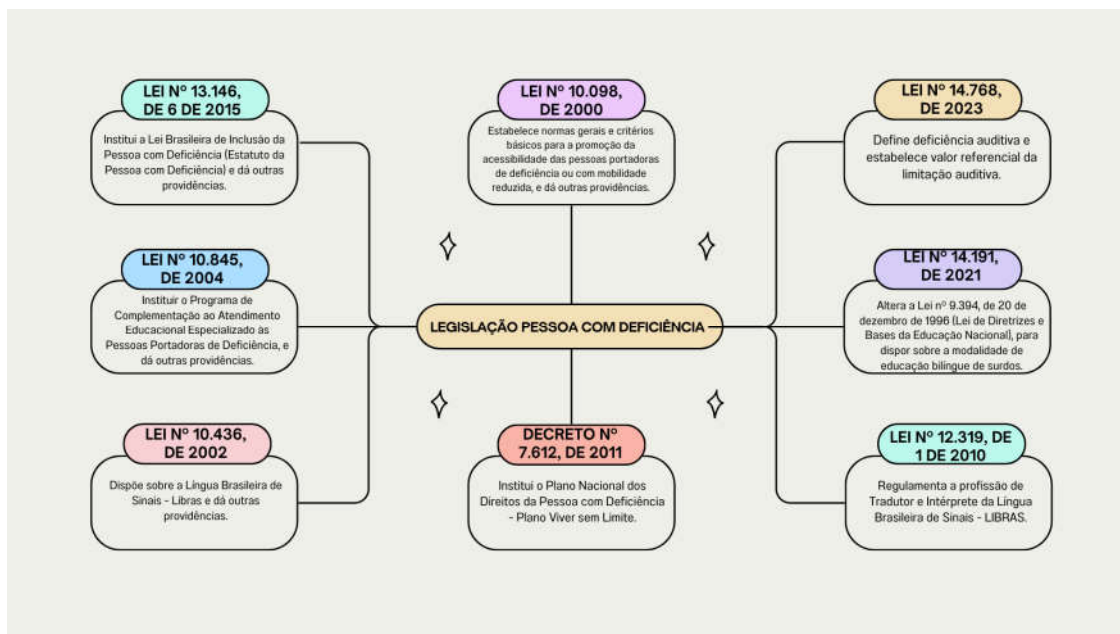
Dentre as legislações citadas que criaram inúmeras possibilidades para uma educação inclusiva, destinadas às pessoas surdas, destacamos o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira – Libras, como língua oficial através da Lei Nº 10.436/2002, que trouxe à comunidade surda uma grande conquista, configurando-se um marco, pois, segundo o Carrieri e Espíndola (2012) proporcionou a eliminação de uma série de barreiras por meios legais, além da inclusão da disciplina de Libras no currículo dos cursos de fonoaudiologia e de formação de professores.

Além das normas, leis e decretos, descritos acima, julgamos de fundamental importância, nesse contexto de conquistas das pessoas surdas, as diretrizes dos serviços de bibliotecas para surdos, estabelecidas pela IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, organização que atua na promoção e no desenvolvimento da biblioteconomia e das bibliotecas a nível global. Tais diretrizes serão apresentadas e discutidas no capítulo sobre bibliotecas inclusivas.

Todos esses avanços e ainda outros que por ventura não tenham contemplado foram significativos para as conquistas que temos hoje, no entanto, o que vemos cotidianamente, na prática, é que não bastam as leis para que os direitos tenham efeito direto na vida das pessoas, é necessário ainda, a criação de uma cultura de inclusão, com políticas públicas de formação e conscientização que possibilitem o pleno exercício do que é fundamental, para que a educação seja realmente direito de todos, respeitando-se todas as diferenças e necessidades específicas que se constituirão.

Dito isto, apresentamos um quadro resumo com as algumas das principais leis e decretos, dentro do nosso contexto de estudo, que beneficiam a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da educação.

Quadro 3 – Leis e decretos



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Destacamos aqui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como o Estatuto da pessoa com deficiência, instituída em 06 de julho de 2015, que se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015). A meu ver atualmente essa é a maior e mais completa conquista no âmbito jurídico no que diz respeito ao pleno direito das pessoas em questão no nosso país.

A partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nasce o Plano Viver sem Limite, criado pelo Governo Federal, com o objetivo de fazer com que a Convenção aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade.

No que diz respeito a educação o plano Viver sem Limites traz os seguintes programas já em vigor nas escolas federais, estaduais e municipais; implantação das salas de recursos Multifuncionais, Escola Acessível, Transporte Escolar Acessível - Programa Caminho da Escola, Pronatec, Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, Educação Bilíngue - Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e BPC na Escola.

3.3 Surdez e sociedade

De acordo com os dados apresentados anteriormente, vimos que aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Brasil são pessoas com surdez profunda, portanto, tratar sobre esse tema é essencial para promover a inclusão, garantir direitos e combater preconceitos. No Brasil, muitas pessoas surdas ainda enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos, educação e oportunidades de trabalho devido à falta de acessibilidade e informação da sociedade em geral.

A inclusão da comunidade surda não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um compromisso social que beneficia toda a população. Pautado nessas prerrogativas este tópico busca proporcionar conhecimento sobre a surdez e sobre a cultura, as características e as necessidades das pessoas surdas, no que tange aos aspectos da construção da sua Identidade na sociedade.

3.3.1 Classificação, causas e como prevenir a surdez

A surdez caracteriza-se por ausência, dificuldade, inabilidade para ouvir sons específicos (tons puros), ambientais (ruídos familiares) e os sons da fala humana (tons complexos), sendo assim, podemos dizer que a audição está ligada a um comportamento auditivo e à integridade neurológica, biopsicológicas e perfeita função das estruturas auditivas centrais e periféricas (Pereira, 2017, p.2).

Com isso, pode-se afirmar que essas características vão além das dificuldades auditivas, impactando igualmente os aspectos linguísticos, emocionais, educacionais, sociais e culturais da pessoa com surdez.

Segundo conceituação do Conselho [...], (2021) a surdez pode ter diferentes graus, tipos, ser congênita ou adquirida e afetar pessoas de qualquer idade sob variadas formas. Seus prejuízos são diversos e, comumente, provoca alterações na comunicação com grande impacto na saúde e qualidade de vida, no desenvolvimento acadêmico e nas relações de trabalho.

Honora (2015) em seus estudos apresenta a seguinte: quanto à aquisição;

quanto à localização e quanto ao grau do comprometimento. Abaixo quadro ilustrativo para melhor compreensão dessa classificação.

Quadro 4: Classificação das perdas auditivas

SURDEZ QUANTO À AQUISIÇÃO	
Congênita	Quando o indivíduo nasce com a deficiência. Neste caso, a surdez é considerada pré-lingual, ou seja, estava presente antes da aquisição da linguagem.
Adquirida	Quando o indivíduo nasce ouvindo e perde a audição no decorrer da vida. Neste caso, a surdez é pré-lingual ou pós-lingual, dependendo de sua ocorrência antes ou depois da aquisição da linguagem.
SURDEZ QUANTO À LOCALIZAÇÃO	
Condutiva	A perda condutiva pode ocorrer na orelha externa, na orelha média ou em ambas, causando dificuldade na condução do som, sendo na maioria das vezes passível de tratamento medicamentoso e/ou cirúrgico.
Neurosensorial	Proveniente de lesões na orelha interna e/ou nível central, sendo do tipo irreversível.
Central	Atinge a via auditiva central, ou seja, a porção do nervo coclear e de suas conexões que se encontram entre o núcleo coclear e o córtex do lobo temporal.
SURDEZ QUANTO AO GRAU	
Leve	Entre 25 e 40 decibéis (dB).
Moderada	Entre 40 e 70 decibéis (dB).
Severa	Entre 70 e 90 decibéis (dB).

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As causas da perda auditiva são diversas, dependendo da classificação da surdez. A surdez de condução resulta de um problema mecânico no canal auditivo externo ou no ouvido médio, dificultando a passagem das ondas sonoras. Esse bloqueio pode ser causado por fatores congênitos, traumas ou infecções, que, devido a edema ou inflamação, podem obstruir o canal auditivo externo (Benjamim, 2019). O

canal auditivo externo também pode ser obstruído por acúmulo de cerúmen ou pelo crescimento ósseo anômalo, como ocorre nos osteomas (lesões ósseas benignas que surgem nas suturas timpanoescamosas ou timpanomastoides) e nas exostoses (tumores benignos caracterizados pelo crescimento anômalo de um osso pré-existente). O tratamento pode ser feito com medicamentos ou cirurgias.

A surdez neurossensorial deve-se a problemas que ocorrem ao nível do ouvido interno, incluindo alterações da cóclea, ou de qualquer outra estrutura que se encontre para além da mesma (Benjamin, 2019). A surdez neurossensorial pode ser desencadeada por viroses, meningites, uso de certos medicamentos ou drogas, propensão genética, exposição ao ruído de alta intensidade, presbiacusia (provocada pela idade), traumas na cabeça, defeitos congênitos, alergias, problemas metabólicos, tumores. O tratamento é feito com medicamentos, cirurgias, uso de aparelho.

A surdez central “atinge a via auditiva central, ou seja, a porção do nervo coclear e de suas conexões que se encontram entre o núcleo coclear e o córtex do lobo temporal” (Honora, 2015, p. 36). A perda auditiva central ocorre devido a disfunções nas vias auditivas do sistema nervoso central, afetando a percepção e o processamento dos sons no tronco encefálico ou no córtex auditivo. As principais causas são lesões neurológicas, como o AVC; doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson e inflamações do sistema nervoso central.

Outros fatores que podem provocar surdez são os casos de surdez na família, nascimento prematuro, baixo peso ao nascer, uso de antibióticos tóxicos ao ouvido e de diuréticos no berçário, infecções congênitas, principalmente, sífilis, toxoplasmose e rubéola (Moura, 2016).

Para a prevenção da surdez adquirida é necessário o devido cuidado com objetos pontiagudos, como canetas e grampos, pois se introduzidos nos ouvidos, podem causar sérias lesões; uso de equipamentos de proteção para trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais provocados pelo ruído; acompanhamento da saúde auditiva dos trabalhadores, por parte das empresas, visando à eliminação ou redução do ruído no ambiente de trabalho.

3.3.2 Descoberta da surdez

O diagnóstico da surdez pode ser descoberto nos primeiros dias de vida da criança, através do “Rastreamento Auditivo Neonatal Universal, método de detecção precoce de perda auditiva, que se baseia na aplicação de um teste fácil, rápido, de grande sensibilidade e especificidade e não invasivo” (Benjamim, 2019, p. 29). Esse exame inicial pode indicar suspeitas, que precisam ser confirmadas ou descartadas até, aproximadamente, os quatro meses de idade, com a realização de testes e exames complementares.

Em muitos casos, a surdez é diagnosticada apenas quando a criança atinge cerca de um ou dois anos de idade. Nesse momento, é comum que a família inicie uma busca intensa para compreender a condição, aceitá-la e encontrar alternativas adequadas de educação e cuidados em saúde. A maioria das crianças surdas ingressa na escola por volta dos cinco ou seis anos de idade, o que resulta em um atraso significativo no desenvolvimento linguístico. O ideal, entretanto, é que a criança surda tenha acesso à escola o mais cedo possível, uma vez que a falta de exposição a uma língua compromete sua capacidade de se comunicar e de compreender o mundo plenamente, como apontam estudos na área.

Moura (2016) destaca que:

Por não terem acesso à linguagem oral, usada pelas famílias, e pelo fato de as famílias não usarem a Língua de Sinais, as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, são privadas das conversas, assim como muitas vezes de atividades prazerosas, como contação de histórias, recitação de versinhos e parlendas, entoação de canções. A não participação em tais atividades prejudica a constituição de conhecimento de mundo e de língua, disponível comumente às crianças ouvintes antes da escolarização. Por outro lado, pesquisas mostram que, expostas à Língua de Sinais, as crianças surdas podem usufruir de todas estas atividades.

Esses pontos merecem atenção, pois o diagnóstico precoce da surdez só será efetivamente benéfico para a criança se estiver acompanhado do acesso a uma língua. Caso contrário, ela corre o risco de enfrentar prejuízos no desenvolvimento global.

O documentário "[Sou surda e não Sabia](#)", disponível no link em destaque

e QR Code abaixo, traz como protagonista a surda Sandrine, no qual ela relata sua história, aspectos importantes sobre a concepção da surdez, a oralização de crianças surdas, a Língua de Sinais, a descoberta da surdez e a educação do surdo. O vídeo é uma excelente oportunidade para se conhecer um pouco mais sobre a surdez e a Comunidade Surda (Moura, 2016).

Imagem 1 – QR Code do documentário: Sou surda e não sabia



3.3.3 A surdez pela perspectiva ouvintista

Segundo Carlos Skliar (2015, p. 15), quanto ao ouvintismo “trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Essa abordagem reforça uma visão clínico-patológica da surdez, perpetuando um estigma social que pode resultar na exclusão e marginalização das pessoas surdas.

Com base nesse pressuposto, é comum que o nascimento de uma criança surda seja acompanhado por uma série de sentimentos frequentemente confusos e negativos. Infelizmente ainda “é muito comum o sentimento de culpa dos pais, de negação, indiferença, superproteção, vergonha, ódio de si mesmos e da criança, ressentimento, medo, impotência, etc.”, como defende Furtado (2008).

Isso parece prevalecer em grande parte do imaginário social, onde a surdez é percebida como uma restrição ou limitação. Essa representação, social e historicamente construída, está profundamente enraizada no conceito de

normalidade, pois "a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias", (Goffman, 1981, p.11). Sob essa ótica, o discurso sobre o que significa ser normal se fortalece em um contexto que define como ideal ou adequado aquilo que se alinha à norma.

No caso das pessoas surdas, a perda auditiva as posiciona em desvantagem em relação aos ouvintes, pois "a norma é uma espécie de régua que tem o objetivo de 'medir' os sujeitos a fim de definir aqueles que farão parte dela e os que serão excluídos, dando origem aos sujeitos anormais" (Furtado, 2008, p. 21). Dessa forma, a surdez é frequentemente percebida como uma doença que exige tratamento terapêutico. Adota-se, então, uma abordagem corretiva, com o objetivo de minimizar o possível "defeito" da pessoa surda, buscando aproximá-la do que é considerado comum. Nesse contexto, a normalização seria alcançada por meio da fala e da leitura labial.

3.3.4 A surdez pela perspectiva socioantropológica

De acordo com a perspectiva socioantropológica da surdez, os surdos são reconhecidos como um grupo minoritário que se organiza para compartilhar vivências e expressar opiniões, com base em sua natureza visual. A Língua de Sinais desempenha um papel central, permitindo a comunicação e a interpretação de suas histórias e culturas (Abreu, 2020).

Ao entrar em contato com a Comunidade Surda e sua Língua de Sinais, é comum sentir-se encantado. Durante muito tempo, os surdos foram comparados a ouvintes com um problema, o que limitava seu desenvolvimento global. No entanto, quando se passou a aceitar que o surdo pudesse existir sendo surdo, as possibilidades de inclusão e realização se ampliaram de forma significativa.

Essa mudança, no entanto, só começou a ganhar força na contemporaneidade, especialmente a partir da década de 1960, com os trabalhos do linguista William C. Stokoe. Isso evidencia o quão recente é o estudo das Línguas de Sinais no contexto global e reflete os séculos em que esses idiomas foram desvalorizados. Somente nas últimas décadas, as Línguas de Sinais começaram a

ser discutidas, aceitas e valorizadas em maior escala pelas sociedades ouvintes, majoritárias. Ainda assim, seu reconhecimento como línguas legítimas pela Linguística não resultou imediatamente na compreensão de seu papel para a vida das pessoas surdas nem na valorização de seu status de idioma.

Pesquisas como as de Furtado (2008), Abreu (2020) e Honora (2015) têm transformado a visão do surdo como alguém limitado ou incapaz. Elas romperam com a ideia de déficits linguísticos e cognitivos, demonstrando que, quando exposta a uma língua visual, a criança surda pode se desenvolver de forma equivalente à criança ouvinte.

Nos relatos de Sacks (2010), o autor descreve de maneira fascinante sua imersão no universo dos surdos. Ele rompe com a concepção médica da surdez e passa a vê-la além dos aspectos biológicos. Em sua jornada, Sacks conhece a Língua de Sinais e a descreve não apenas como adequada às condições visuais dos surdos, mas como uma língua que possibilita a construção de pensamentos puramente visuais, algo talvez jamais concebido por ouvintes. Esse reconhecimento revela uma cultura visual compartilhada por toda a população surda. O autor explora a inteligência visual dos surdos e apresenta uma nova visão que se distancia da concepção ouvintista, reconstruindo a alteridade do surdo e reafirmando-o como um sujeito completo.

Segundo Wilcox (2005), foi apenas vinte anos após o reconhecimento da Língua de Sinais Americana (ASL) na década de 1960 que ela começou a ser amplamente difundida em universidades, colégios, televisão, teatro e eventos políticos. Esse movimento resultou em um aumento expressivo na busca por cursos de aprendizado da língua. Tais iniciativas têm sido fundamentais para promover o acesso e a participação efetiva de surdos na sociedade ouvinte. Esse parece ser o momento que a sociedade brasileira começa a vivenciar, com a inclusão dos surdos sendo fortalecida. Amparada pela legislação vigente, a Libras está sendo difundida e reconhecida pelos surdos como um direito fundamental.

3.3.5 Identidade e cultura surda

Perlin (2008) descreve sete tipos de identidade que podem desenvolver-se

dependendo da experiência social e cultural vivenciada pelos surdos. São elas:

Identities Surdas Flutuantes:

São pessoas surdas que não têm contato com a comunidade surda, seguem a cultura ouvinte/identidade de ouvintes, buscam a oralidade, não se identificam como surdos e utilizam a tecnologia da reabilitação.

Identities Surdas Híbridas:

São pessoas surdas que nasceram ouvintes e, por algum motivo ou doença, ficaram sem audição. Usam a língua oral ou língua de sinais, aceitam-se como surdos, a escrita segue a estrutura da Libras, usam tecnologia diferenciada.

Identities Surdas Embaçadas:

São pessoas surdas que trazem a representação estereotipada da surdez ou desconhecimento da surdez como questão cultural. Não usam a língua de sinais, não conseguem compreender a fala, são tratados como deficientes, muitos são 'aprisionados' pela família e há um desconhecimento da cultura surda.

Identities Surdas de Transição:

São pessoas surdas que viveram em ambientes onde se afastaram da comunidade surda, ficaram sem contato com os demais e passam por essa transição de uma identidade ouvinte para uma surda, há uma 'desouvintização'. É a transição da comunicação visual/oral para a visual/sinalizada.

Identities Surdas de Diáspora:

São pessoas surdas que vivem a mudança de um país para outro, de um estado para o outro e passam de um grupo surdo para outro.

Identities Surdas Intermediárias:

Esse grupo de pessoas surdas apresentam surdez leve à moderada, valorizam o uso do aparelho auditivo, procuram treinamentos de fala e não aceitam intérpretes da Língua de Sinais Brasileira. Buscam a tecnologia para treinos de fala, identificam-se com os ouvintes e não participam da comunidade surda.

Identities Surdas ou política:

Esse grupo de pessoas surdas se constitui por meio do desenvolvimento das experiências em Língua de Sinais. Nesse contexto os surdos se assumem como

surdos, ou seja, como sujeitos visuais e culturais, sendo vistos como capazes, diferentes, mas não inferiores aos ouvintes. Essa formação de identidade ocorre de modo frequente entre os espaços em que a criança surda tem contato com adultos surdos. Ela espelha-se nos adultos como um modelo possível de alcance. Ao se questionar se surdos com esse tipo de identidade são pessoas com deficiência auditiva, obtém-se resposta negativa. Eles intitulam-se apenas como surdos, ou seja, pessoas às quais não falta nada.

A identidade surda é construída tendo como base uma concepção socioantropológica da surdez. Dessa forma, para o surdo, é normal ser surdo, e esse sujeito não necessita de “conserto”, mas de possibilidades que permitam que ele se desenvolva com aquilo que tem de preservado. Moura (2016), defende esse pensamento, afirmando que: Dessa forma, reconhecer a identidade Surda positiva é permitir ao Surdo existir como sujeito participativo, enxergar possibilidades além da audição, compreender uma forma de se estruturar na e pela diferença, conhecer um ser humano essencialmente visual que assimila e produz cultura.

Quanto a cultura surda, Strobel (2008) apresenta oito artefatos culturais que caracterizam a Cultura Surda, são eles: a experiência visual, o linguístico, o familiar, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes visuais, o político e os materiais.

Artefato Cultural: Experiência Visual

Em relação à experiência visual, esta evidencia como a visão desempenha um papel essencial na percepção do surdo, influenciando sua forma de ser, de se comunicar e de compreender o mundo. As experiências visuais que o surdo tem sobre o ambiente ao seu redor estimulam reflexões profundas sobre sua subjetividade (Abreu, 2020). Essa afirmação aponta para a relevância das expressões faciais e corporais no ato da sinalização, pois possibilitam ao surdo a compressão do tipo de frase e entonação usadas.

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser,

de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (Strobel, 2008, p.36).

Artefato Cultural: Linguístico

O segundo artefato cultural do povo surdo é a língua (linguístico), sendo a Língua de Sinais um elemento essencial da cultura surda. Além disso, também se consideram os gestos conhecidos como "sinais emergentes" ou "sinais caseiros", utilizados por surdos de áreas rurais ou por aqueles isolados de comunidades surdas. Esses sujeitos buscam compreender o mundo por meio de experiências visuais e se comunicam criando e apontando sinais, já que não têm familiaridade com sons e palavras (Strobel, 2008)

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (Strobel, 2008, p. 37)

O artefato linguístico, pode ainda favorecer o desenvolvimento das pessoas surdas, através de recursos bilíngues em suas duas línguas, uma vez que a língua é carregada de significação social, sendo assim um dos artefatos mais significativos na manifestação e produção da cultura surda (Abreu, 2020).

Artefato Cultural: Familiar

Nesse artefato é necessário que aja um ambiente empático com a pessoa surda, onde as relações devem ser modificadas, incluindo a comunicação com recursos visuais e formas peculiares de relacionamentos e constituição de regras e entendimento entre todos os membros da família sejam surdos ou ouvintes, caso essa empatia não ocorra a pessoa surda em meio aos ouvintes, vive um completo isolamento como demonstra Strobel (2008) na seguinte fala: "Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber, um pouco, um

pouquinho, daquilo que se passa em sua volta. Caso contrário, a vida é um filme mudo, sem legendas”.

Artefato Cultural: Literatura Surda

Segundo Strobel (2008) a literatura surda traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos e destacando que a literatura surda transcende a escrita e frequentemente se manifesta em formatos visuais e gestuais, como narrativas em Língua de Sinais, poesias visuais e performances teatrais. Esses elementos são intrínsecos à cultura surda, que valoriza a comunicação visual como principal forma de expressão e interação.

Além disso, Strobel (2008) argumenta que a literatura surda desempenha um papel crucial na educação e na valorização da alteridade, ao permitir que a comunidade ouvinte compreenda as nuances da cultura surda. Assim, a literatura surda não apenas preserva e celebra a identidade surda, mas também fomenta o diálogo intercultural e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Artefato Cultural: Artes Visuais

“No artefato cultural artes visuais, os povos surdos fazem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura” (Strobel, 2008). Para a comunidade surda as artes visuais são expressões fundamentais da cultura surda, destacando seu papel na construção e reafirmação da identidade e da experiência visual dos sujeitos surdos.

Artefato Cultural: Política

O artefato político engloba a luta da Comunidade Surda por uma participação ativa enquanto minoria, enfrentando as desigualdades que persistem. Já os materiais referem-se às tecnologias presentes no cotidiano das pessoas surdas, as quais não apenas favorecem a comunicação, mas também promovem a interação com o mundo, utilizando sinais luminosos e sinestésicos em substituição aos sonoros (Moura, 2016).

Artefato Cultural: Materiais

Os artefatos culturais materiais, referem-se aos elementos físicos e tecnológicos que fazem parte da vida cotidiana de uma comunidade, representando suas práticas, valores e necessidades específicas. No caso da Comunidade Surda, esses materiais desempenham um papel essencial na comunicação e na interação com o mundo, adaptando-se às características visuais e táteis que são centrais para essa cultura.

Esses artefatos incluem uma variedade de tecnologias e dispositivos que substituem ou complementam os estímulos auditivos por estímulos visuais e sinestésicos. Exemplos comuns são: alarmes visuais equipados com dispositivos luminosos que alertam sobre campainhas, despertadores ou situações de emergência; videofones e aplicativos de vídeo; sistemas de legendagem e transcrição e dispositivos táteis, como pulseiras ou colchões vibratórios, que transmitem sinais de alerta por vibrações.

Esses materiais não apenas atendem às necessidades práticas das pessoas surdas, mas também simbolizam a autonomia dessa comunidade, permitindo-lhes navegar em um mundo predominantemente ouvinte de forma independente. Além disso, refletem a criatividade e a inovação da cultura surda na adaptação de tecnologias para fortalecer sua identidade cultural e promover a inclusão.

3.4 Acessibilidade comunicacional à pessoa surda

Para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, ela precisa ter garantidos todos os seus direitos e deveres na sociedade, com condições de participação em todas as esferas que a compõem, quando falamos da pessoa com deficiência esses direitos são garantidos através de políticas de inclusão e acessibilidade, que visam minimizar as barreiras existentes. Para fins de compreensão ao longo do texto esclarecemos os conceitos de acessibilidade e barreiras que estão descritos no capítulo III do Decreto nº 5.296/2004.

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.” (BRASIL, 2004)

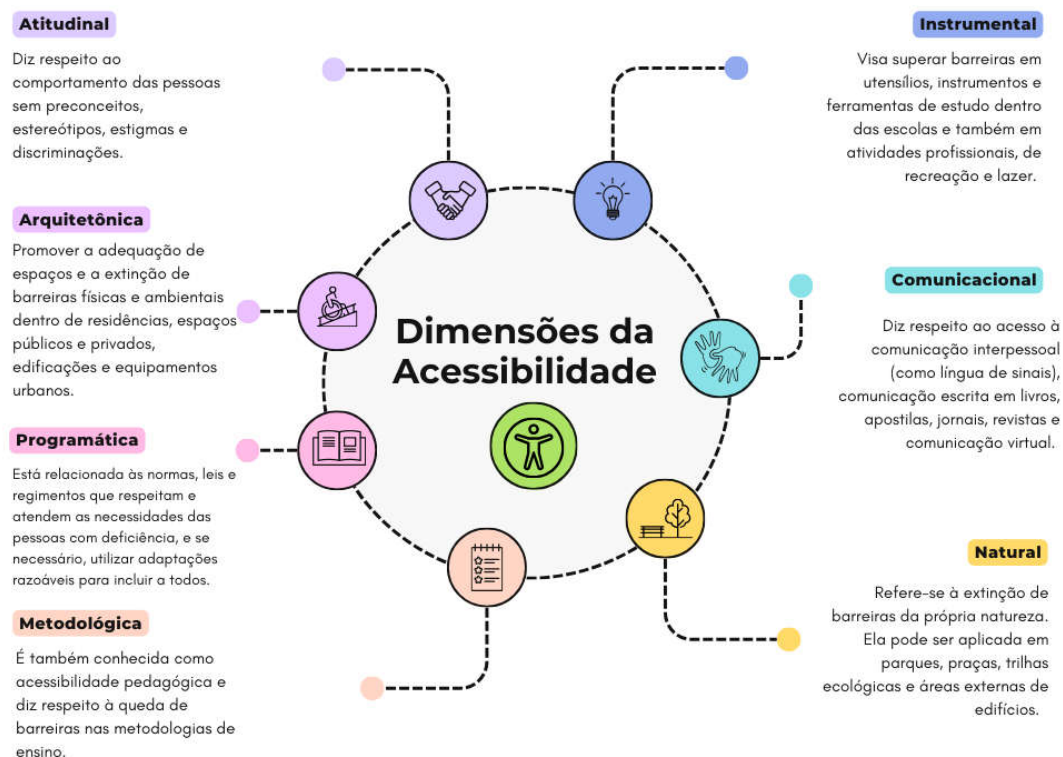
Dentro desse contexto, a acessibilidade torna-se protagonista na vida da pessoa com deficiência, como vemos na afirmação abaixo de Napolitano (2016, p.3).

À acessibilidade é concebida como a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, em igualdade de oportunidades, por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades.

Corroborando com as ideias de Napolitano (2016) temos o conceito de acessibilidade por Sasaki (2009, p.5), segundo o qual “a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Ainda segundo Sasaki (2020), a Acessibilidade se classifica em sete dimensões: atitudinal, arquitetônica, programática, metodológica, instrumental, comunicacional e natural, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1 – Dimensões da Acessibilidade



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quando falamos das pessoas surdas, a dimensão da *acessibilidade comunicacional* tem uma grande relevância, pois trata diretamente de como as pessoas surdas compreendem e são compreendidas na sociedade, trata-se de uma forma de comunicação que busca a inclusão no modo de falar, de escrever, de se comunicar seja pessoalmente ou virtualmente, em que a linguagem gestual e a escrita acessível se tornam protagonistas neste processo.

Portanto, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação é caracterizado como uma barreira na comunicação e precisa ser modificado para que se tenha um ambiente acessível, nesse aspecto.

Quanto as formas de comunicação da pessoa com surdez, Vergamini

(2020), traz as seguintes nomenclaturas e características: surdos usuários de Língua de Sinais (sinalizadores), que no caso do Brasil utilizam a Libras - Língua Brasileira de Sinais; surdos usuários da língua oral (oralizados), que conseguem falar bem oralmente (português falado) e fazem leitura labial; surdos bilíngues, que são usuários da língua de sinais e da língua portuguesa; surdos usuários de códigos domésticos, que não dominam nem a língua de sinais e nem a língua oral e que usam alguns gestos, normalmente criados no ambiente familiar, para comunicarem algo; pessoa com deficiência auditiva.

3.4.1 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Segundo a Lei no 10.436, de 2002 (Lei da Libras), Língua Brasileira de Sinais é a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Entre as formas de comunicação usadas pelas pessoas surdas, a língua de sinais tem maior destaque e grande importância, sendo considerada atualmente, pela comunidade surda a sua primeira língua. De acordo com Vergamini (2020), por um longo período, as línguas de sinais foram proibidas e subestimadas, sendo reconhecida como língua apenas a partir de 1960, graças às pesquisas do linguista americano William Stokoe sobre a Língua Americana de Sinais (ASL).

As investigações de Stokoe (1960) revelaram que as línguas de sinais são linguagens complexas e versáteis, capazes de abordar uma ampla variedade de tópicos. De acordo com Cristiano (2018), assim como as línguas faladas, essas línguas podem ser desmembradas em componentes menores, as quais podem ser representadas por cinco elementos-chave dos sinais, conhecidos como Parâmetros das LS: *Configuração de mão*: a forma da mão; *Orientação*: a direção apontada pela palma da mão durante a realização do sinal; *Localização*: a parte do corpo onde o sinal é executado; *Movimento*: o movimento associado ao sinal, que pode estar presente ou ausente; *Marcadores não manuais*: expressões faciais e corporais que complementam a comunicação.

Apesar dos avanços nos estudos e do aumento da visibilidade das línguas de sinais, muitas pessoas ainda, erroneamente, acreditam que todas as pessoas surdas usam uma única língua de sinais, considerando-a universal, o que não é verdade. Estima-se que existam mais de 200 línguas de sinais no mundo, e em alguns países, é possível encontrar várias línguas de sinais diferentes.

Outro ponto importante a ser destacado é que, assim como nas línguas faladas, as línguas de sinais também apresentam variações linguísticas. No Brasil, por exemplo, diferentes regiões usam sinais distintos para se referir à mesma coisa, assim como acontece com as palavras da língua oral, como "mandioca," "macaxeira," e "aipim."

Além disso, nas línguas de sinais, um mesmo sinal pode ter diferentes significados dependendo do contexto em que é usado. É um erro comum pensar que as línguas de sinais se limitam ao alfabeto manual, quando, na verdade, o alfabeto manual é apenas uma ferramenta para soletrar nomes próprios ou palavras para as quais não existe um sinal estabelecido. Em essência, esse recurso serve para incorporar sinais com base no entendimento conceitual entre interlocutores.

Por fim, é importante ressaltar que as línguas de sinais utilizadas em cada país não são simplesmente versões sinalizadas das línguas orais ou adaptações das mesmas. Elas são linguagens independentes e completas que permitem a expressão de ideias e conhecimentos complexos, da mesma forma que as línguas faladas.

Honora (2015) mostra que o que chamamos de palavras nas línguas orais, chamamos de sinais nas línguas de sinais. Algumas diferenças são encontradas entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, por exemplo:

Quadro 5 – Comparativo entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais

LÍNGUA PORTUGUESA	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Presença de conjugação verbal	Ausência de conjugação verbal: quando necessário é usado somente passado, presente ou futuro.
Presença da concordância de gênero	Ausência de concordância de gênero: quando necessário é usado somente os sinais de homem e mulher.
Presença de artigo e preposições	Ausência de artigos e poucos usos de preposições
Presença de um alfabeto fonêmico	Presença de um alfabeto manual: conjunto de sinais que representam cada letra da língua Portuguesa.
Soletração	Datilologia

Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, quando pensamos na acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas é necessário levar em conta todas as diferenças linguísticas e identitárias desse público. O ideal seria que nos diferentes espaços sociais e de educação formal e não formal, existissem pessoas proficientes em Libras, que pudessem estabelecer uma comunicação direta ou mesmo profissionais tradutores intérpretes de Libras aptos a mediar à comunicação entre ouvintes e surdos. Infelizmente, essa realidade ainda é pouco vista em nosso país, com alguns avanços em espaços públicos, principalmente em espaços culturais e salas de aula.

3.4.2 Legislação

Contudo, vivemos em uma época em que as discussões sobre as pessoas com deficiência têm conquistado maior espaço e visibilidade. Os avanços obtidos até o momento são frutos de longas batalhas, que possibilitaram a criação de leis e o

desenvolvimento de políticas públicas voltadas a assegurar e promover, em condições de igualdade, o pleno exercício de direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

Entretanto, ainda enfrentamos muitos desafios, pois há uma considerável distância entre o que é garantido pela legislação e a realidade enfrentada diariamente. Por isso, é essencial fomentar debates em âmbito nacional, envolvendo diferentes setores da sociedade, para tornar efetivos os direitos dessas pessoas. Somente assim será possível construir uma sociedade que ofereça acessibilidade, dignidade e igualdade para todos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um estado democrático com o objetivo de assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, como valores fundamentais de uma sociedade fraterna, pluralista e livre de preconceitos. Entre os pilares da República Federativa do Brasil, destaca-se a dignidade da pessoa humana.

Para promover a igualdade material entre os cidadãos, a legislação criou mecanismos jurídicos destinados a proteger aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade ou desigualdade. Nesse contexto, a Constituição apresenta diversos dispositivos que abrangem os direitos das pessoas com deficiência. A seguir, destacamos alguns desses dispositivos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas “portadoras” de deficiência; [...]

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: [...]

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas “portadoras” de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa “portadora” de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. [...]

Art. 227. [...] §2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros

e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

Atendendo à Constituição, foram editadas diversas leis, como a Lei da Acessibilidade, Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, indo ao encontro dos artigos 227 e 244 da norma constitucional.

Promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta obrigações para assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação.

No que diz respeito a Acessibilidade Comunicacional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz as seguintes definições:

Comunicação abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

Língua abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada; [...].

A Convenção coloca, para o Brasil e para os demais estados partes, responsabilidades como as constantes:

No Artigo 21 – liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão

e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as *formas de comunicação de sua escolha*, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instrumento de efetivação da Convenção Internacional no País, dispõe, em seu Artigo 8º:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A Lei Brasileira de Inclusão dedica o Capítulo II, do Título III, do Livro I, à acessibilidade na informação e na comunicação. Nesse capítulo, destacam-se alguns

dispositivos relevantes para o nosso estudo, com seus principais temas, os quais abordaremos aqui:

Art. 63. Acessibilidade nos sítios da internet

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

Art. 68. Livros em formatos acessíveis

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. [...]

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Art. 69. Acessibilidade nas informações sobre produtos e serviços

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais

veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade de que trata o art. 67 desta Lei, a expensas do fornecedor do produto ou do serviço, sem prejuízo da observância do disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

Arts. 70 e 71. Acessibilidade em eventos

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Art. 71. Os congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Na legislação para as pessoas com deficiência, ainda destacamos a Lei da Libras, Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e que foi regulamentada pelo Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2002).

Outra fonte reguladora que deve ser conhecida e obedecida por agentes públicos que atendem pessoas com deficiência são as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dentre elas destacamos as que regulamentam a Acessibilidade na comunicação:

A ABNT NBR 15290– Acessibilidade em comunicação na televisão, que apresenta diretrizes gerais sobre legendagem, audiodescrição e língua de sinais a serem observadas para acessibilidade em comunicação (Associação [...], 2016).

A ABNT NBR 15599– Acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, que oferece diretrizes a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, considerando as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem ajuda de tecnologia assistiva (Associação [...], 2008).

A ABNT NBR 16452 – Acessibilidade na comunicação – audiodescrição, que apresenta diretrizes para a produção de audiodescrição, complementando outras normas técnicas, como a NBR 15599, por meio de diretrizes específicas para esse recurso (Associação [...], 2016).

ABNT NBR ISO 24495-1 - Linguagem Simples: Parte 1: Princípios e diretrizes norteadores, estabelece princípios e diretrizes para elaborar documentos em linguagem simples. As diretrizes detalham como os princípios são interpretados e aplicados (Associação [...], 2016).

Portanto, discussões e ações que promovam e tornem conhecida a legislação sobre acessibilidade são fundamentais para garantir a inclusão, a dignidade e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Pois a legislação é o mecanismo que assegura direitos básicos, como mobilidade, acesso a serviços essenciais, educação e trabalho, promovendo uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, normas e regulamentos de acessibilidade não beneficiam apenas pessoas com deficiência, mas também idosos, gestantes e qualquer indivíduo com mobilidade reduzida temporária. Portanto, investir e cumprir essas leis não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso social com a construção de um mundo mais acessível e inclusivo para todos.

3.5 Biblioteca Acessível

“Desde a época dos tabletes de barro da Babilônia, passando pelo pergaminho na Ásia Menor, pelo papiro no Egito, até chegar aos dias atuais, quer com o suporte papel, quer com o magnético, as bibliotecas sempre trouxeram consigo a memória humana registrada, sendo-lhes acoplada a responsabilidade de prover acesso às informações codificadas/registradas/gravadas nesses documentos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humana e dignificadora” (Carvalho, 2000, p.37).

Como vemos na afirmação acima as bibliotecas trazem, desde os primeiros registros escritos, o papel de armazenar, tratar e transmitir a memória humana, desempenhando um papel crucial na promoção da educação, leitura e aprendizado

ao longo da vida, trazem no cerne de sua missão a disseminação da informação com igualdade de oportunidades, pois permitem que pessoas de diferentes origens socioeconômicas, idades, etnias e níveis de educação tenham acesso aos seus repositórios de conhecimento para sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional.

Pressupõe-se, portanto, que para um pleno exercício a biblioteca precisa ser acessível a todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência que demandam necessidades específicas, físicas, sensoriais e mentais. Na constituição e ofertas de serviços de uma biblioteca é fundamental um planejamento que contemple as dimensões que compõem um ambiente inclusivo.

Dizer que uma biblioteca é acessível e inclusiva significa afirmar que ela está preparada para atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais, educacionais e culturais. Entender a biblioteca como um espaço diverso e que pode e deve tornar sua estrutura, acervo e atividades disponíveis a todas as pessoas, é o primeiro passo nesse sentido (Fortalecimento [...], 2016, p.25).

Portanto, reconhecer a biblioteca como um ambiente multifacetado e que tem o potencial e a responsabilidade de disponibilizar estrutura, acervo, serviços e atividades para todas as pessoas constitui o primeiro passo nessa direção.

3.5.1 Biblioteca acessível para pessoas surdas

As bibliotecas devem direcionar esforços planejados e específicos para atender o público com surdez, considerando a dificuldade de leitura frequentemente observada em natissurdos e em crianças que perderam a audição na primeira infância. Essa população tende a não frequentar a biblioteca e seus serviços, em grande parte devido à barreira da comunicação (Coneglian, 2015).

Em atenção a tais necessidades, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions), organização que atua na promoção e no

desenvolvimento da biblioteconomia e das bibliotecas a nível global, estabeleceu no ano de 2000 um documento intitulado: Directives destinées aux services de bibliothèques pour les sourds, da International Federation of Libraries Associations and Institutions (Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos) (tradução da autora).

Esse documento apresenta orientações e estabelece diretrizes voltadas para os seguintes segmentos da Biblioteca, no que se refere ao atendimento de pessoas surdas: pessoal, comunicação, coleções, serviços e promoção de programas para a comunidade surda. Traremos algumas diretrizes estabelecidas pela IFLA para o item comunicação, apresentando dessa forma uma visão global para a comunicação acessível em bibliotecas:

Figura 2 – Infográfico com diretrizes da IFLA para comunicação dos surdos nas bibliotecas

BIBLIOTECA ACESSÍVEL PARA PESSOAS SURDAS

Diretrizes - IFLA para a comunicação

01.

Todos os funcionários da biblioteca devem ser treinados em técnicas de comunicação com pessoas surdas (International Federation ..., 2000).

02.

As bibliotecas na Internet devem garantir que as suas informações sejam facilmente acessíveis a todos (International Federation ..., 2000).

03.

As bibliotecas devem utilizar os mais recentes insumos tecnológicos para comunicar com os surdos, sempre que a sua utilidade tenha sido reconhecida na comunidade surda (International Federation ..., 2000).

04.

As bibliotecas devem se equipar com suportes de comunicação, Esses serviços devem ser disponibilizados, mediante solicitação, para reuniões ou programas de Vídeos Aulas (International Federation ..., 2000).

05.

Para qualquer evento, as bibliotecas devem fornecer serviços de interpretação de linguagem de sinais, bem como sistemas de legendagem em tempo real assistidos por computador e anotações assistidas por computador, mediante solicitação (International Federation ..., 2000).

06.

As bibliotecas devem instalar luzes de advertência para alertar os usuários surdos sobre problemas ou emergências (International Federation ..., 2000).

07.

Os telefones colocados à disposição do público ou dos funcionários da biblioteca devem ser equipados com amplificadores (International Federation ..., 2000).

08.

As bibliotecas equipadas com instalações de televisão devem fornecer aos seus usuários decodificadores de legendas ocultas.

Como vimos, as pessoas surdas interagem com ouvintes por meio de diversas formas de comunicação. De acordo com sua trajetória pessoal, grau de surdez, identidade cultural e a situação em que se encontram, elas podem utilizar a língua de sinais, a fala, a escrita, gestos ou uma combinação dessas opções. Para assegurar um atendimento de qualidade, é fundamental que os profissionais da biblioteca estejam cientes dessa variedade de formas de comunicação e recebam o treinamento adequado para se comunicar de maneira clara e eficaz.

Quanto a acessibilidade na internet, significa que todo conteúdo em áudio precisa ser acompanhado por legendas em texto simples, e os arquivos de áudio devem estar disponíveis para download em formato de texto. Além disso, sempre que um recurso interativo incluir uma indicação sonora (como um "clique" audível ao pressionar um botão em uma página web), também deve haver uma indicação visual correspondente (como o botão piscando na tela).

Portanto, as bibliotecas devem adotar tecnologias amplamente utilizadas pela comunidade surda para facilitar a comunicação. As redes sociais, por exemplo, tornaram-se um meio altamente eficaz tanto para a troca de mensagens entre pessoas surdas quanto para a comunicação entre surdos e ouvintes. Sempre que houver acesso à Internet, as bibliotecas devem disponibilizar o contato por e-mail (International [...], 2000).

As bibliotecas devem se equipar com suportes de comunicação, como sistemas ou dispositivos de acesso à comunicação, uma vez que as pessoas com deficiência auditiva utilizam diversos sistemas de apoio à comunicação, como dispositivos de modulação de frequência, infravermelho e laços magnéticos, para aprimorar a captação de informações. Esses recursos auxiliam muitos usuários a ouvir e compreender melhor palestras, reuniões, músicas e outros tipos de apresentações (International [...], 2000).

Além disso, as legendas em tempo real geradas por computador e as anotações assistidas digitalmente permitem que aqueles que não dispõem de intérpretes ou equipamentos específicos acompanhem as informações por meio de um texto que rola na tela conforme o conteúdo é apresentado. Diante do constante avanço das tecnologias de comunicação, é essencial que as bibliotecas se mantenham atualizadas sobre as inovações nessa área.

As programações da biblioteca abertas ao público (por exemplo, instrução bibliográfica, orientação por computador, oficinas de pesquisa, contação de histórias, etc.) devem ser acessíveis a usuários com uma variedade de necessidades de comunicação. Deverão ser oferecidos serviços de interpretação de língua gestual e/ou fonomia e/ou sistema de texto eletrônico, sempre que uma pessoa com deficiência tenha se comprometido a frequentar um destes programas (International [...], 2000).

Como pessoas surdas não conseguem perceber sinais sonoros, como alarmes de incêndio, anúncios públicos ou orientações de segurança, é fundamental que as bibliotecas disponham de sistemas de alerta visual para informar esses usuários em situações de emergência ou durante comunicados públicos. Esses ambientes devem contar com luzes que piscam ou outros sinais visuais apropriados sempre que um alarme sonoro for acionado. Além disso, é importante realizar inspeções no local ou simulações de evacuação de emergência para garantir que todos os funcionários e frequentadores da biblioteca recebam corretamente os avisos e instruções necessárias em situações emergenciais (International [...], 2000).

Portanto, a fim de subsidiar o planejamento dos serviços e produtos oferecidos às pessoas surdas e colocar em prática as diretrizes aqui discutidas, apresentamos a seguir algumas práticas de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas, oferecidas em bibliotecas e outras instituições, assim como sugestões de atividades que envolvam a comunidade surda e promova suas manifestações literárias.

Vimos até aqui conceitos, histórias, recursos e um vasto apanhado de informações sobre as pessoas surdas e suas manifestações culturais, julgamos que tudo isso é de suma importância para a criação de uma cultura inclusiva em bibliotecas, no entanto, consideramos que apresentar estratégias que possam ser aplicadas, a partir dos recursos apresentamos, são fundamentais para que a inclusão e acessibilidade sejam efetivadas, a partir de casos de sucessos e implantação de serviços que favoreçam o contato com a língua brasileira de sinais e manifestações culturais da comunidade surda.

A Febab - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, criou em 2021 o projeto intitulado “Bibliotecas sem barreiras: criando uma rede para atendimento integral às pessoas com deficiência” teve como objetivo principal formar uma rede de bibliotecas brasileiras que oferecem

projetos ou ações de melhoria de serviços e produtos acessíveis a toda comunidade, em 2022 o projeto foi intitulado Rede de Bibliotecas Acessíveis, e em 2024, passa a ser denominada “Rede de Bibliotecas Inclusivas”.

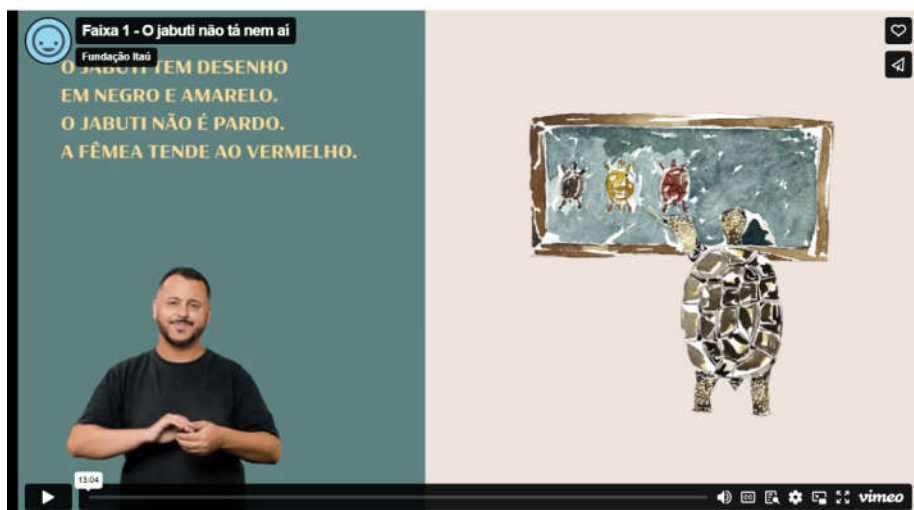
A Rede Brasileira de Bibliotecas Inclusivas é composta por bibliotecas de diversas tipologias que buscam ampliar a inclusão das pessoas com deficiência em seus produtos e serviços e tem como missão, o compartilhamento de recursos, experiências e ações em prol da acessibilidade em bibliotecas.

Entre as bibliotecas que fazem parte da rede de bibliotecas inclusivas, destacamos a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que oferece um repositório com conteúdo em libras para as pessoas surdas nas diversas áreas do conhecimento, entretenimento, arquivos históricos e jornalismo, além de cursos e outros serviços disponíveis em suas plataformas digitais.

Outra instituição que oferece acessibilidade em serviços para pessoas surdas é a Biblioteca Universitária da UFSC, que disponibiliza um acervo de livros e outros materiais em libras, em seu repositório institucional. Destacamos também os serviços e coleções acessíveis que estão disponibilizados na rede, como portal de livros acessíveis, leituras inclusivas e tecnologias assistivas gratuitas.

Outra instituição parceira nesse projeto é o Itaú social que oferece um acervo de literatura infantil acessível em várias linguagens, como livro com locução, libras, audiodescrição poética e libras expandidas. A imagem 2 mostra a ilustração de um livro acessível.

Imagem 2 – Ilustração do livro acessível “O jabuti não tá nem aí”



Fonte: Assumpção, 2023

Outras ações que podem ser desenvolvidas nas bibliotecas para promover a acessibilidade desse grupo de pessoas, são os eventos desenvolvidos em parceria com a comunidade surda, voltados para a promoção da literatura surda, como recitais de poesia, palestras e discussões que promovam a Língua Brasileira de Sinais. Promover uma agenda cultural nas bibliotecas que envolva a literatura e outras manifestações culturais da comunidade surda, farão com que o aprendizado em Libras e cursos sobre acessibilidade sejam reforçados e não caiam no esquecimento. Portanto, essas e outras iniciativas exemplificadas neste e-book, são inspirações e exemplos colhidos da literatura pertinente que podem contribuir para bibliotecas como ambientes acessíveis e inclusivos.

3.6 – Recursos para promoção da acessibilidade comunicacional às pessoas surdas

Elencamos neste tópico alguns dos principais recursos e tecnologias assistivas na comunicação das pessoas surdas, que possibilitam a compreensão e inserção desses indivíduos, nos mais diversos ambientes, inclusive nas bibliotecas. Iniciamos apresentando a Língua Brasileira de Sinais – Libras, usada no Brasil pelas comunidades surdas espalhadas por todo o território nacional, especialmente nas grandes cidades brasileiras, onde há concentração de surdos que compartilham espaços comuns, tais como escolas, associações, pontos de encontros de surdos,

entre outros (Quadros, 2019).

O Alfabeto manual da LIBRAS, é um recurso das línguas de sinais que utiliza as mãos para representar o alfabeto das línguas orais. Cada letra ou número são representadas por configurações de mão específicas. O Alfabeto manual também é conhecido como alfabeto digital, datilologia ou dactilologia (Cristiano, 2018). Outro recurso que trazemos é a janela com intérprete de Libras, espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas em Libras (Associação [...], 2016).

A Linguagem Simples é apresentada como subsídio para uma comunicação clara, objetiva e acessível, que facilita a compreensão da informação para qualquer pessoa, independentemente do nível de conhecimento sobre o assunto. Ela evita jargões técnicos, frases longas e estruturas complexas, priorizando palavras comuns e uma organização lógica das ideias.

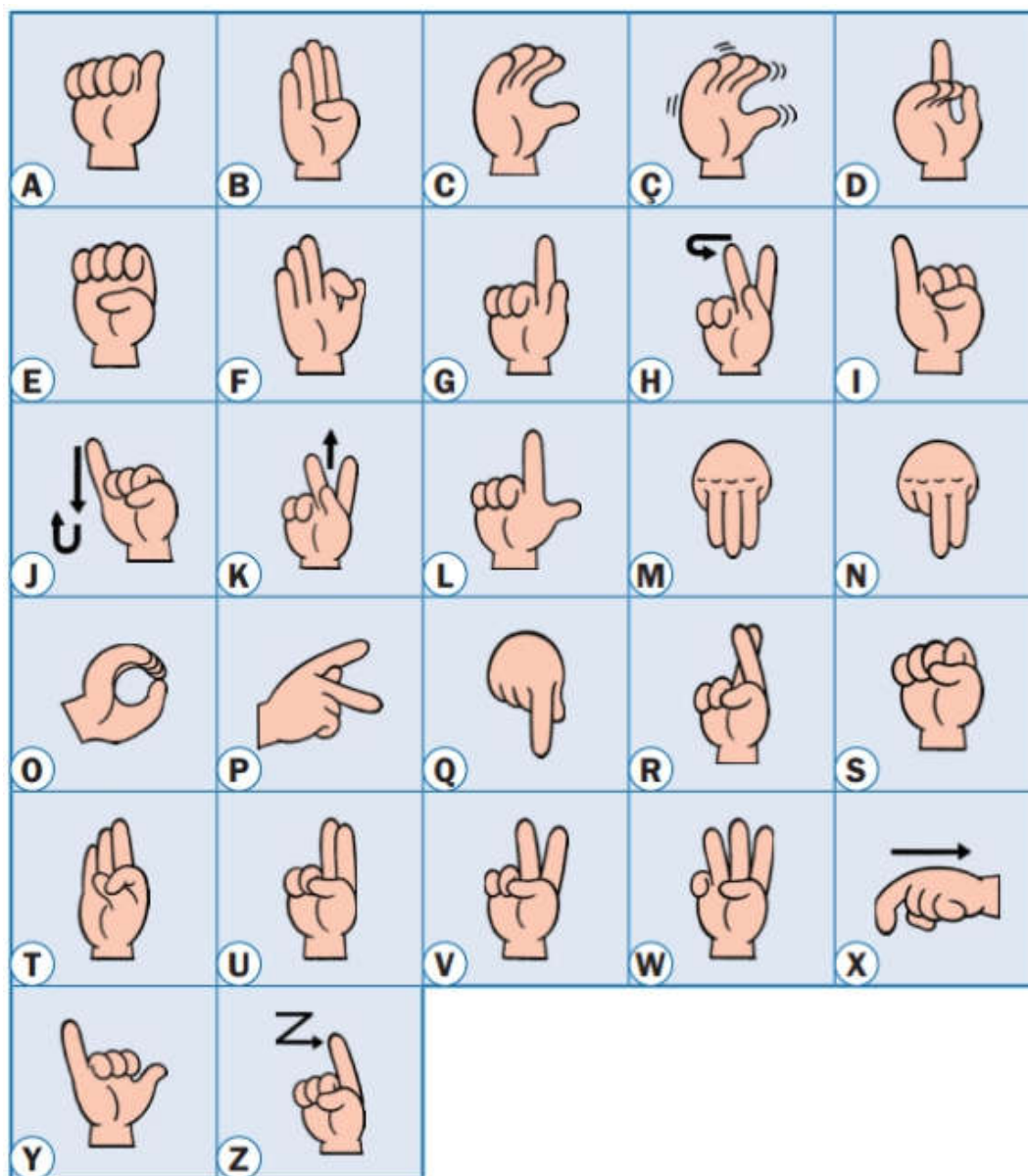
As legendas descritivas, são essenciais para garantir acessibilidade, compreensão e inclusão em diversos tipos de conteúdo, como vídeos, imagens e gráficos, tornando a informação acessível para um público mais amplo, incluindo pessoas surdas ou que falam outros idiomas e que podem depender da legenda para entender o contexto.

Por fim, trazemos algumas ferramentas de tecnologias assistivas, que ampliam as possibilidades para facilitar a comunicação, a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva em diversas situações do dia a dia, auxiliando na promoção da autonomia da pessoa surda.

3.6.1 Alfabeto manual da LIBRAS

“O alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais é usado para descrever palavras que não tenham um sinal específico, nomes próprios, endereços, entre outras especificidades” (Honora, 2015, p. 68). Vale ressaltar que cada país tem seu alfabeto manual. O uso do alfabeto manual para descrever nomes próprios e demais palavras que não têm um sinal específico é chamado de datilologia.

Imagem 3 – Alfabeto Manual da LIBRAS



Fonte: Honora (2015)

3.6.2 - Janela com intérprete de Libras

Segundo a ABNT NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão, janela de Libras é o “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas em Libras” (Associação [...], 2016).

O Guia para produções audiovisuais acessíveis, de 2016, elaborado pelo Ministério da Cultura, define janela de interpretação da língua de sinais como:

O espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação (Brasil, 2016).

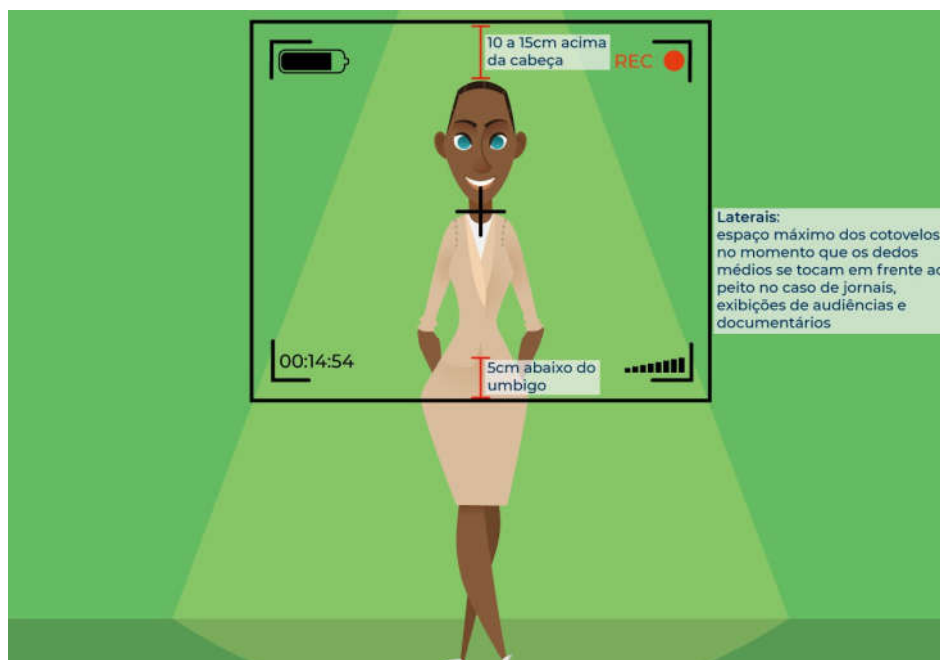
Quanto as especificidades e orientações para o uso da janela de interpretação da língua de sinais, a ABNT NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão, indica que os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco; deve haver contraste entre o plano de fundo e os elementos do intérprete (Associação [...], 2016).

Enquanto a ABNT NBR 15610 - Televisão digital terrestre – Acessibilidade – Parte 3: Língua de Sinais (Libras) indica que o receptor deve permitir que o usuário reconfigure a posição e o tamanho da janela para um tamanho que seja de acordo com as suas necessidades (Associação [...], 2016). O Guia para produções audiovisuais acessíveis do Ministério da Cultura, Brasil (2016), também apresenta orientações para a elaboração da janela de interpretação de Língua de Sinais.

Por considerarmos que podem ser úteis em outras situações, como em cursos a distância, comunicação em telas e transmissões de eventos on-line, trazemos algumas dessas orientações: a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor; a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor; sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta; e quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.

No que se refere ao enquadramento do intérprete na janela, a posição da câmera deve ser ajustada para que o intérprete fique enquadrado na janela com as seguintes medidas: parte superior: entre 10 a 15 cm acima da cabeça; parte inferior: 5 cm abaixo do umbigo; laterais: espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito no caso de jornais, exposições de audiências e documentários (Brasil, 2016).

Imagem 4 – Enquadramento do Intérprete na janela



Fonte: Brasil, 2020.

Vale ressaltar que desde 2014, todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) devem contemplar, nos seus orçamentos, serviços de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais). Várias salas de cinema já estão disponibilizando esses recursos, por meio de dispositivos que devem ser solicitados pelas pessoas com deficiência no momento da compra do ingresso.

Nos serviços de radiodifusão de sons e imagens, ou seja, na televisão, a Portaria no 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, dispõe sobre o uso desse recurso, atualmente obrigatório em propaganda político-partidária e eleitoral, em campanhas institucionais e em informativos de utilidade pública. A mesma portaria estabelece que o projeto de desenvolvimento e implementação da televisão digital no Brasil deverá permitir o acionamento opcional da janela com intérprete da Libras para os espectadores que necessitarem desse recurso, de modo a possibilitar sua veiculação em toda a programação.

Em outras palavras, com a tecnologia da TV Digital, será possível acionar

a janela da Libras com um simples controle remoto, à semelhança do que ocorre com o closed caption. O fluxo de vídeo da Libras seria apresentado no receptor da TV Digital em uma janela sobreposta ao canal sintonizado, sendo possível posicioná-la e redimensioná-la a critério do telespectador.

3.6.3 Linguagem Simples

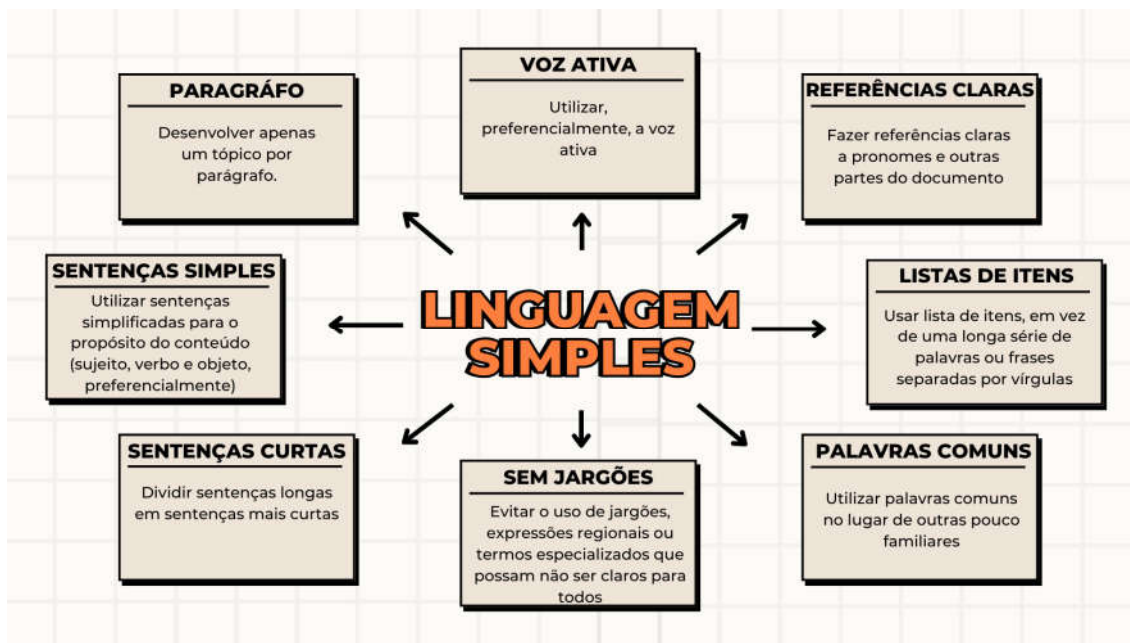
Linguagem clara (ou linguagem simples) é um conjunto de práticas que facilitam a leitura e a compreensão de textos. Considera o público a quem a comunicação se destina para organizar as ideias, escolher as palavras mais familiares, estruturar as frases e estruturar o design (Fischer, 2018). Com a linguagem simples, o leitor pode encontrar rapidamente as informações necessárias, compreendê-las com facilidade e utilizá-las.

“Uma comunicação em linguagem clara é visualmente convidativa e fácil de ler porque foi escrita com essa meta. Costuma ter o tom de uma conversa amigável e respeitosa” (Fischer, 2018, p. 14). Dessa forma o direito que toda pessoa tem de entender textos relevantes para o seu cotidiano é reconhecido e a linguagem exerce sua função primordial de esclarecer e tornar a informação acessível.

Com tudo, é necessário enfatizar que a linguagem simples não significa simplificação excessiva ou perda de profundidade na comunicação, mas sim a escolha de palavras, estruturas e formatos que facilitem a leitura e a compreensão. Isso envolve evitar jargões, termos técnicos desnecessários e construções complexas, privilegiando frases diretas, exemplos práticos e uma organização lógica das ideias.

O documento e MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, Brasil (2014), recomenda o uso de texto simples em sítios da internet e apresenta algumas técnicas que auxiliam na melhora da inteligibilidade de textos, como mostra a figura 3.

Figura 3 – Técnicas para a escrita em Linguagem Simples



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No contexto do atendimento em bibliotecas, a linguagem simples desempenha um papel essencial na comunicação de informações de interesse público. Ela permite que um número maior de usuários compreenda as mensagens transmitidas. Por isso, pode ser adotada em diversas situações, como na elaboração de materiais informativos, na organização de eventos, na condução de cursos, nas informações disponibilizadas na internet e especialmente, no atendimento direto aos usuários com necessidades específicas.

3.6.4 Legendas Descritivas

De acordo com o guia para produções audiovisuais acessíveis, legenda descritiva “é a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua” (Brasil, 2016). Esse recurso de acessibilidade que apresenta, em texto escrito, as informações sonoras relevantes, falas, diálogos e outros sons do ambiente em situações diversas, como uma *live* na internet, um programa de TV ou um filme. A legenda descritiva, também conhecida como legenda

para surdos e ensurdecidos (LSE), favorece a transmissão da mensagem sobretudo para as pessoas com deficiência auditiva, especialmente as pessoas surdas que compreendem o português.

Antes da obrigatoriedade das legendas, as pessoas surdas costumavam observar as imagens e tentar entender o que ocorria, no entanto, quando estes passam a conviver com mais independência, segurança e acesso à informação, não se aceita retrocesso. Assim como no caso das legendas, diversas tecnologias de informação e de comunicação têm estimulado o surdo a se apropriar delas, no sentido de amplificar sua independência comunicacional e informativa.

Outros indivíduos, além das pessoas com deficiência auditiva, são favorecidos pelo uso de legendas descritivas, em situações diversas como: na ausência de caixas de som ou de fones de ouvido; em ambientes silenciosos, na ausência de fones de ouvido ou em ambientes com muito barulho.

Segundo a ABNT 15290 – Acessibilidade na comunicação em televisão, a legenda descritiva pode ser disponibilizada nas seguintes formas:

- ✓ Legendas abertas (open caption) – sempre aparecem na mídia que transmite um conteúdo audiovisual, ao vivo ou gravado, e não podem ser desativadas;
- ✓ Legendas fechadas (closed caption) – podem ser ativadas e desativadas da mídia que transmite um conteúdo audiovisual, ao vivo ou gravado.

Além da ABNT, o guia de produções acessíveis, já citado anteriormente, também traz orientações quanto ao uso e elaboração das legendas descritivas, apresentando parâmetros específicos para ouvintes e pessoas surdas ou ensurdecidas, essas padronizações devem ser consultadas sempre que necessário para que a legenda cumpra o papel de acessibilidade, para qual foi produzida.

3.6.5 Tecnologias Assistivas

Em nossos estudos, constatamos que os surdos que frequentam a Biblioteca do IFCE Campus Sobral, são bilíngues, ou seja, usam a Língua de Sinais

como primeira Língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda Língua (L2), nesse contexto, as tecnologias têm se apresentado como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e a constituição dos sujeitos surdos, uma vez que possibilitam esse diálogo entre as duas línguas. Trazemos aqui alguns exemplos práticos que podem ser usados no dia a dia para tornar a comunicação mais acessível entre os ouvintes e as pessoas surdas:

- Aplicativos e programas para tradução e noções básicas da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Exemplos:

Hand Talk - O Hand Talk é um tradutor de conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais usado para converter textos digitais, textos fotografados, áudio e imagens. O aplicativo usa um *avatar* (representação digital de uma pessoa em um ambiente virtual) digital para desenvolver os gestos e facilitar a comunicação com pessoas surdas ou com dificuldade auditiva. O aplicativo também oferece curso gratuito de acessibilidade digital, *plugin* (módulo de extensão) para tornar sites mais acessíveis, suporte técnico, *dashboard* (painel de gestão) do cliente para visualizar métricas de uso.

Imagem 5 - Imagens ilustrativas do Aplicativo Hand Talk



Fonte: Hand Talk, 2025

VLibras – A suíte VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas.

O VLibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

Imagem 6 - Banner VLibras



Fonte: Brasil, 2025

LibrasLab – Aplicativo que permite aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de forma divertida e eficiente. O aplicativo oferece aulas sobre diversos assuntos, como gramática e sinais, e conta com Inteligência Artificial para ajudar na aprendizagem. O LibrasLab pode ser utilizado para a comunicação com pessoas surdas, aprender uma nova língua, melhorar a fluência na Libras e conhecer a gramática da Libras. O LibrasLab está disponível para Android.

Imagem 7 - Slogan do aplicativo LibrasLab



Fonte: Libraslab, 2025.

Libras Quest - Um aplicativo educacional *gamificado* que ensina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por meio de desafios e missões interativas, promovendo aprendizado lúdico para iniciantes e interessados.

Imagem 8 - Tela do aplicativo Libras Quest



Fonte: Libras Quest, 2025.

Dicionário em Libras - Dicionário da Língua Brasileira de Sinais disponibilizado através do site acessibilidade Brasil, possibilita a consulta de sinais da Libras por meio da digitação de palavras em português, apresentando as palavras em ordem alfabética, por assunto e configuração de mão, conforme apresentado na Imagem 9.

Imagem 9 – Demonstração de tela do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais

LIBRAS Dicionário da Língua Brasileira de Sinais

Busca
 Palavra Exemplo Acepção Assunto
 Palavra: N°:

Ordem
 Alfabética Por assunto Mão

A - B - C - D - E - F - G - H - I - J - K - L - M - N - O - P - Q - R - S - T - U - V - W - X - Y - Z

Assuntos
 NENHUM

Palavras
 -- SELECIONE --
 LIVRO

Mão

Vídeo

Acepção
 Obra de caráter literário, científico ou artístico, composta de folhas ou páginas presas e montadas em capa flexível ou rígida.

Exemplo
 Você não encontrou meu livro?

Exemplo Libras
 VOCÊ ENCONTRAR NÃO ME@ LIVRO?

Imagem

Classe Gramatical
 SUBSTANTIVO

Origem
 Nacional

Acessibilidade Brasil
 www.acessobrasil.org.br

créditos libras em cd

Fonte: Brasil, 2025.

3.6.6 Cursos gratuitos sobre acessibilidade na comunicação

Traremos aqui algumas Instituições que oferecem cursos gratuitos e seguros para a aprendizagem sobre comunicação acessível e Língua Brasileira de Sinais, pois acreditamos que para uma prestação de serviços acessível é necessário conhecimento adequado.

Escola Nacional de Administração Pública - (Enap): Oferta capacitações para promoção de um ambiente mais inclusivo e acessível. Todos dão direito a emissão de certificado, desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos. As opções de

cursos nessa plataforma são as seguintes: Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência que oferece formação básica em direitos humanos ligados ao atendimento especial às pessoas com deficiência; Introdução à Libras, curso introdutório sobre a Língua Brasileira de Sinais, focado para agentes públicos; Introdução à audiodescrição para o entendimento dos recursos de audiodescrição, especialmente em sites, mídias sociais e publicações; Linguagem simples aproxima o governo das pessoas, com o intuito de simplificar documentos com uma linguagem supercomplexa e escrever textos com uma linguagem simples e compreensível; Primeiros passos para uso de Linguagem Simples: desenvolvido pela Enap, em parceria não onerosa com a jornalista e pesquisadora Heloísa Fischer, este curso tem o intuito de apresentar sete diretrizes para a produção de textos informativos com linguagem simples, que sejam mais fáceis de serem lidos e compreendidos pela maior parte das pessoas. A linguagem simples apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma causa social e uma técnica de comunicação.

Instituto Federal Sul Rio Grandense - IFSul: Oferta uma diversidade de cursos gratuitos sobre acessibilidade, pessoas com deficiência, e Línguas Brasileira de sinais, entre eles destacamos aqui os que julgamos mais relevantes para o aprofundamento da temática proposta. Todos dão direito a emissão de certificado, desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos. Os cursos oferecidos pelo IFSul são: Aspectos legais da inclusão – Com o objetivo de discutir sobre Educação Inclusiva alicerçados nos aspectos legais; Deficiência Auditiva e Surdez – Com o objetivo de apresentar o sujeito surdo, sua língua e sua cultura e como esses elementos refletem na sua educação; LIBRAS I - Com o objetivo de ensinar o conteúdo básico da Libras; LIBRAS II - Com o objetivo de ensinar LIBRAS, partindo de situações diferentes em que a Libras é usada de forma avançada e específica; LIBRAS III - Com o objetivo de proporcionar uma imersão na Libras de forma contextualizada e com práticas comunicacionais e Escrita de sinais da Libras - Com o objetivo do estudo da escrita de sinais (*signwriting*) como um processo de valorização da Libras.

Instituto Federal Espírito Santo - IFES: Também oferta cursos da área de inclusão e acessibilidade, entre eles destacamos aqui os que julgamos mais relevantes para o aprofundamento da temática proposta. Todos dão direito a emissão de certificado,

desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos. No IFES os cursos na área de acessibilidade são: Acessibilidade e Tecnologia - O curso tem como objetivos apresentar os conceitos relacionados à inclusão e acessibilidade, destacar os tipos de acessibilidade e a tecnologia assistiva, bem como apresentar algumas tecnologias para a produção de materiais digitais acessíveis; Introdução à Libras - É um curso que objetiva ensinar noções teóricas básicas sobre a Língua Brasileira de Sinais. É fundamentado nos valores institucionais de comprometimento com a inclusão e diversidade e na promoção da inclusão e acessibilidade comunicacional estabelecidas nas Leis 10.098/2000, 10.436/2002 e 13.146/2015, além das regulamentações da Lei 10.436/2002, previstas nos Decretos 5626/2005 e 9656/2018.

4 METODOLOGIA

Dividimos esta seção de acordo com a natureza e o tipo de pesquisa que foi desenvolvida, as técnicas e procedimentos empregados para o desenvolvimento do estudo e os instrumentos utilizados na coleta de informações, trazendo ainda o tipo e o detalhamento da abordagem que usamos para a análise das informações.

4.1 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa. Gil (2021), em seus estudos sobre a pesquisa social, afirma que quando se deseja explorar determinado fenômeno e comportamento, e ainda descrevê-lo para compreender como este se manifesta em determinados cenários, realizamos uma investigação exploratória-descritiva.

A abordagem qualitativa foi escolhida nesse estudo, uma vez que se propõe compreender como se estabelecem as relações de comunicação entre a pessoa com surdez, na busca por serviços e produtos de informação e os servidores da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, na oferta desses serviços e produtos.

4.2 Cenário da pesquisa

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, tendo em vista a cidade de domicílio da pesquisadora, bem como sua atuação profissional como bibliotecária.

4.2.1 Sobre o IFCE – Campus Sobral

A educação profissional e tecnológica teve sua origem com a Instituição das Escolas de Aprendizes e Artífices, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro

de 1909, instituído pelo então presidente Nilo Peçanha, que no ano de 1937, são transformadas nos Liceus Industriais. No ano de 1941, a educação passa por uma remodelação de suas leis, o que interferiu diretamente na oferta da educação profissional e os Liceus Industriais, a partir de 1942, são denominados Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, que hoje é equivalente ao ensino médio.

Tomando os estudos de Pereira (2003), constatamos que na década de 1960 as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão e, na década de 1970, transformam-se nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Somente em 2008, com Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que abrangeria os CEFETs e as Escolas Agrotécnicas.

De acordo com Conselho Nacional [...] (2022), a centenária Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi modernizada e está presente em todo o território brasileiro, principalmente em seu interior. Atualmente, são 661 campi em 578 municípios do país. Mais de um milhão e meio de estudantes frequentam um dos quase 12 mil cursos ofertados, desde o nível básico até a pós-graduação.

No Ceará, o IFCE está presente em 35 municípios, e oferece as seguintes modalidades de ensino: técnico (integrado, concomitante com o ensino médio ou subsequentes), superior, pós-graduação e cursos de formação inicial e continuada. Dentre os campi instalados no Ceará, temos o IFCE – Campus Sobral, localizado na cidade de Sobral, na região norte do estado do Ceará. Nascido em 1841, o Município ocupa uma área de 2.129 quilômetros quadrados e tem uma população, estimada pelo IBGE, em 2020, de 210.711 habitantes.

O IFCE – Campus Sobral foi inaugurado no dia 10 de setembro de 2009, onde são oferecidos cursos à comunidade nas áreas técnica, tecnológica e de nível superior, além de cursos de especialização e mestrado e conta com uma área aproximada de cinco hectares, distribuídos em salas de aulas, laboratórios, biblioteca, auditório, ginásio poliesportivo, estúdio musical, restaurante acadêmico, cantina, almoxarifado de reagentes químicos e setor administrativo, que atendem mais de três mil alunos. (IFCE, 2023).

Atualmente os cursos oferecidos pelo IFCE Sobral são: os técnicos subsequentes de agroindústria, agropecuária, eletrotécnica, fruticultura, Informática para Internet, mecânica, meio ambiente, panificação e segurança do trabalho; os superiores em agronomia, engenharia de controle e automação (bacharelados), física, matemática (licenciaturas), alimentos, irrigação e drenagem, mecatrônica industrial e saneamento ambiental (tecnológicos); as especializações em gestão ambiental, gestão da qualidade e segurança dos alimentos, além do mestrado profissional em física.

4.2.2 Sobre a Biblioteca do IFCE – Campus Sobral

A Biblioteca em questão, denominada Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, está localizada em área central do IFCE Campus Sobral, foi inaugurada em 2011, conta com um quadro de 06 servidores, sendo 02 bibliotecários e 04 assistentes de Biblioteca e dispõe de uma estrutura física moderna, dispondo de elevador para cadeirante, e um acervo planejado, de acordo com o público atendido, com 14.154 exemplares.

A Biblioteca Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes atende a toda a comunidade acadêmica do Campus, com foco no conteúdo dos cursos oferecidos pela Instituição, funciona de segunda a sexta, de 8h as 21h e disponibiliza os serviços de empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, consulta local ao acervo, acesso à internet/WI-FI e visitas guiadas.

4.3 Participantes da Pesquisa

Para fins didáticos, os participantes foram classificados em 3 grupos, de acordo com a seguinte divisão: *Grupo 1*: Servidores lotados na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, que gerenciam e ofertam produtos e serviços para a comunidade acadêmica do Campus; *Grupo 2*: Servidora docente, com surdez e coordenadora do NAPNE no IFCE - Campus Sobral; *Grupo 3*: Alunos com surdez matriculados no IFCE - Campus Sobral.

Participaram da pesquisa cinco servidores da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, sendo um bibliotecário, duas assistentes de administração e duas atendentes terceirizadas, totalizando 83,33% dos participantes do Grupo 1; uma docente com surdez, totalizando 100% dos participantes do grupo 2 e dois discentes com surdez, totalizando 100% dos participantes do grupo 3. Ao todo foram entrevistados 8 participantes que mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), consentiram a participação no estudo.

4.3.1 Critérios de Inclusão

Foram adotados como critério de inclusão, os servidores que compõem o quadro de servidores lotados na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral e integrantes da comunidade acadêmica que tenham surdez, que aceitaram participar da pesquisa através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

4.3.2 Critérios de Exclusão

Comunidade acadêmica em geral que não seja uma pessoa com surdez, ou que não seja servidor da biblioteca do IFCE – Campus Sobral, também deveriam ser excluídos os participantes que, tendo sido convidados para participar da pesquisa, não assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

4.4 Aspectos éticos da pesquisa

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016, estabelece que toda e qualquer pesquisa que envolve seres humanos supõe uma adequação ética dos procedimentos a serem utilizados, com vistas a preservar os direitos dos participantes (Brasil, 2016). Com base no teor do decreto acima, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, através do parecer de nº

6.712.263, sendo aprovada em 20 de março de 2024, pelo referido órgão, para que fosse possível iniciar a fase da coleta de informações.

A pesquisa busca respeitar os princípios da beneficência, não maleficência; a justiça e equidade sociais; também da autonomia; serão garantidos o anonimato e o sigilo das informações fornecidas, mediante assinatura de termo de ciência pela pesquisadora e pelos sujeitos da pesquisa; será ainda assegurada a liberdade de recusa ou desistência em participar do estudo a qualquer momento, sem nenhum tipo de risco ou prejuízo aos que recusarem a participação.

4.5 Coleta das Informações

Após submissão e aprovação da pesquisa ao comitê de ética, passamos para a fase da coleta das informações, na qual apresentamos a nossa intenção de pesquisa à direção do IFCE – Campus Sobral, que autorizou através de documentação específica, o prosseguimento do estudo. A partir das nossas necessidades de pesquisa, elegemos dois métodos para coleta das informações, entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas de acordo com os grupos descritos no item participantes e o método de observação assistemática, que foi aplicado no ambiente da Biblioteca do IFCE Campus Sobral, como um todo, em momento de atendimento; para cada método estabelecemos e seguimos roteiros apropriados e individualizados, que estão contidos como apêndices desse estudo.

Para elaborar nossos instrumentais e conceituar nosso método, tomamos o conceito de Gil (2021) esclarecendo que a entrevista semiestruturada apresenta diferentes formatos, mas caracteriza-se pelo estabelecimento prévio de uma relação de questões ou tópicos que são apresentados aos entrevistados, além de possibilitar a obtenção, com maior profundidade de dados referentes ao comportamento humano. Ao adotar entrevistas, é possível dar voz aos sujeitos com surdez, permitindo que eles compartilhem suas experiências pessoais, desafios enfrentados e sugestões de melhoria.

Além das entrevistas semiestruturadas, julgamos necessário aplicar também o método da observação assistemática, cujo roteiro encontra-se no apêndice B, com o intuito de coletar informações através das observações que, no contexto da

pesquisa científica, pode ser definida como “o ato de perceber as atividades e inter-relacionamentos entre as pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador” (Angrosino, 2009, p. 56). Observações essas que, a partir das nossas leituras e experiências, contribuirão para o aprimoramento do estudo.

4.5.1 Coleta das Informações do Grupo 1

Com a devida autorização da Direção do Campus do IFCE Sobral, entramos em contato com a Biblioteca do Campus de Sobral, a fim de estabelecer dias e horários para um ou mais encontros presenciais e individuais com os servidores da Biblioteca, durante a visita pré-estabelecida prestamos esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, colhemos a assinatura do TCLE, que consta no apêndice A, e passamos para a fase da coleta de informações que se deu através de entrevistas semiestruturadas de acordo com o roteiro que consta no apêndice C, com o objetivo de traçar um perfil da oferta de serviços a partir da visão das pessoas que planejam e oferecem os serviços.

A coleta de dados relativa a este grupo, ocorreu nos dias 10 e 11 de abril de 2004, de forma presencial na Biblioteca do IFCE Campus Sobral, onde no primeiro dia de visita entrevistamos no turno da manhã, um dos bibliotecários da Instituição, uma assistente de administração e uma atendente terceirizada; no segundo dia de visita, agora no turno da tarde, a entrevista aconteceu com outra assistente de administração e mais uma atendente terceirizada.

4.5.2 Coleta das Informações do Grupo 2

Tendo sido autorizada a pesquisa pela Direção do Campus do IFCE Sobral, fizemos o contato com a servidora docente, com surdez e coordenadora do NAPNE no IFCE - Campus Sobral, a fim de estabelecer um momento para um encontro presencial com a docente, durante a visita pré-estabelecida, que ocorreu no dia 09 de abril de 2024, mediada por um tradutor e interprete de Libras, prestamos

esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, colhemos a assinatura do TCLE, que consta no apêndice A.

Após os procedimentos iniciais, passamos para a fase da coleta de informações que se deu através de entrevista semiestruturada de acordo com o roteiro que consta no apêndice D, com o objetivo de traçar um perfil da acolhida e recepção dos serviços, mediante a oferta de informações prestadas pela Biblioteca do Campus de Sobral a partir da visão de uma docente surda e conhecimento das condições de acessibilidade que lhes são necessárias.

4.5.3 Coleta das Informações do Grupo 3

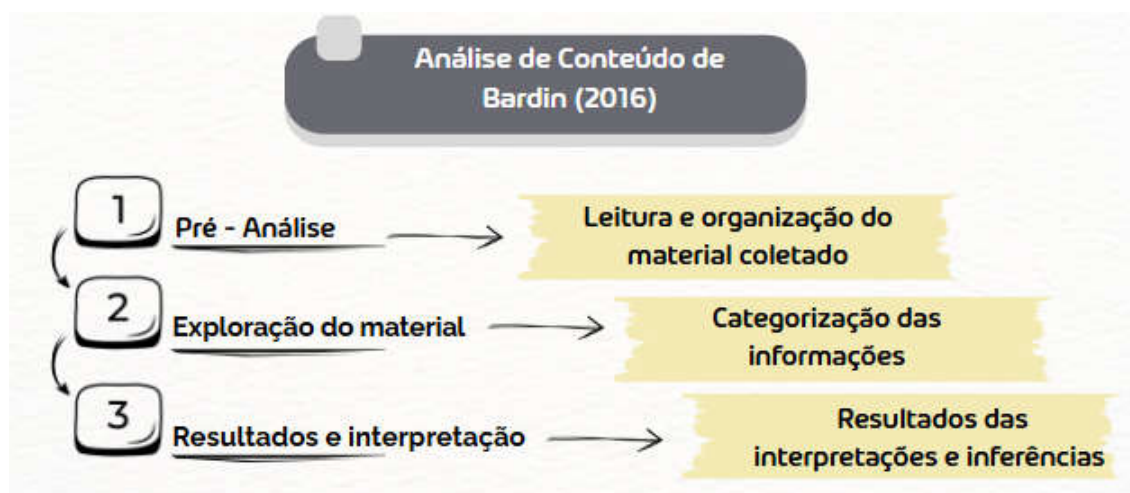
Com a pesquisa devidamente autorizada pela Direção do Campus do IFCE Sobral, entramos em contato com os dois discentes surdos, a fim de estabelecer dia e horário para um encontro presencial e individual com cada discente habilitado para a pesquisa, no entanto, por motivo de greve, nosso encontro aconteceu de forma virtual pela plataforma *meet*, nos dias 10 e 11 de junho de 2024.

As entrevistas semiestruturadas com este grupo, foram mediadas por Intérprete e Tradutor de Libras. Durante o encontro pré-estabelecido, prestamos esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, colhemos a assinatura do TCLE, que consta no apêndice A, e passamos para a fase da coleta de informações de acordo com o roteiro que consta no apêndice E, com o objetivo de traçar um perfil da acolhida e recepção dos serviços de informação prestados pela Biblioteca do IFCE Campus Sobral a partir da visão dos discentes surdos, com ou sem conhecimento das condições de acessibilidade que lhes são necessárias.

4.6 Análise das Informações

A análise das informações se deu a partir do método de Análise de Conteúdo desenvolvido por Bardin (2016), o qual define o método como um *conjunto de técnicas* de análise das comunicações, divididos em três momentos: (1) Pré – análise; (2) Exploração do material e, (3) Análise dos resultados obtidos e Interpretação. Dentre as técnicas propostas pela autora, utilizamos a análise categorial do conteúdo, que propõe o tratamento (transcrições e organização das falas) e prévia análise das entrevistas, a partir de uma leitura flutuante. Por conseguinte, exploramos o material através de leituras mais aprofundadas e fizemos a codificação e categorização das falas para prosseguir com a análise e interpretação dos resultados, conforme mostra a figura, construída a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016):

Figura 4 - Fases da Análise das Informações



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Realizada a coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas, seguiu-se com a fase de tratamento e organização do conteúdo, na qual foi feita a transcrição das entrevistas com o auxílio do recurso online: <https://transkriptor.com>, e organização das falas em arquivo documental concebendo a pré-análise do conteúdo coletado, com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise Bardin (2016), nessa fase realizamos uma leitura

flutuante do material, a fim de estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações (Bardin, 2016).

A partir dessa primeira leitura, foi possível identificar o sentido das falas a partir dos objetivos pré estabelecidos na pesquisa. Depois desse reconhecimento e absorção inicial do apanhado empírico, iniciamos a exploração do material, essa fase longa e fastidiosa que consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (Bardin, 2016). Embasada na seguinte premissa, realizamos a codificação e categorização do material, identificando as unidades de registro, unidades de contexto e estabelecendo as unidades de significação ou categorias a serem analisadas.

A partir do método adotado, foi possível alcançar uma compreensão mais profunda de como se estabelece a comunicação entre surdos e ouvintes na oferta de produtos e serviços da Biblioteca, bem como perceber as experiências, percepções e vivências dos discentes e docentes com surdez, para explorar em detalhes os desafios que eles encontram na busca por serviços de informação, examinando as interações entre os participantes, a dinâmica da comunidade atendida, a infraestrutura disponível e as políticas institucionais relacionadas à inclusão de pessoas surdas, além de identificar suas necessidades específicas no uso dos serviços informacionais oferecidos pela Biblioteca.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, os resultados serão apresentados em conformidade com os métodos utilizados na coleta de informações, *observação assistemática*, realizada no dia 10 de abril de 2024, por ocasião de visita as instalações da unidade de informação e diálogos informais com atendentes e usuários da biblioteca, cenário de pesquisa e as *entrevistas semiestruturadas* com os quatro servidores da Biblioteca, uma docente surda e dois discentes surdos, realizadas entre os dias 09 de abril a 11 de junho de 2024.

Para melhor compreensão dos resultados, dividimos as subseções de acordo com os grupos de participantes, tendo em vista as similaridades e distinções dos roteiros de entrevista, dessa forma, traremos a seguinte divisão: resultados obtidos através de observação assistemática e resultados obtidos através de entrevistas semiestruturadas com os participantes do grupo 1 e entrevistas semiestruturadas com os participantes dos grupos 2 e 3.

5.1 Observação assistemática

Através do instrumento de observação assistemática, realizado na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral, de acordo com o apêndice B deste estudo, obtivemos a seguinte categorização: (1) *Condições gerais de Acessibilidade* e (2) *Condições para a Acessibilidade Comunicacional*.

5.1.1 Condições gerais de Acessibilidade

Conforme a ABNT 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para que os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento, sejam considerados acessíveis, devem ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa (Associação [...], 2020).

Tomando o conceito descrito acima, foi possível constatar que a Biblioteca está localizada em local acessível na estrutura do Campus, com sinalização e fácil localização, possui elevador e rampa de acesso, espaço adequado entre estantes, mesas e cadeiras, o que facilita o trânsito de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida e oferece um ambiente climatizado, silencioso e agradável aos seus usuários. No entanto, observamos que o balcão de atendimento não possui espaço rebaixado para atender pessoas em cadeiras de rodas, como recomenda a ABNT 9050, quando apresenta as seguintes recomendações:

Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m. Devem ser asseguradas altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a P.C.R. (Pessoa em cadeira de rodas) tenha a possibilidade de avançar sob o balcão (Associação [...], 2020).

A Biblioteca disponibiliza, ainda em sua estrutura, salas de leitura individual, acervo moderno e de acordo com a necessidade dos cursos atendidos, salão com mesas de apoio para consulta ao acervo, salas com computadores e acesso à internet, e os serviços de empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, visitas guiadas e consulta local.

5.1.2 Condições para a Acessibilidade Comunicacional

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, é dever da comunidade escolar a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio em todas as esferas da educação (Brasil, 2015).

Tomando como base o que traz a LBI, e tendo em vista que a biblioteca em questão, trata-se de um equipamento de educação informal, observamos, no diz respeito a acessibilidade comunicação entre servidores e pessoas surdas, que a comunicação se dá principalmente através da língua portuguesa na forma escrita, no

entanto, vemos que segundo a LBI de 2015, o mais apropriado seria a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras para a mediação e acompanhamento das pessoas surdas em suas necessidades informacionais.

Portanto, para a comunidade surda, comunicação através da Língua Portuguesa escrita não é o ideal, já que para os surdos, a Língua Portuguesa trata-se da segunda língua, sendo primordial a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais, elemento essencial na cultura surda já que esses sujeitos buscam compreender o mundo por meio de experiências visuais e se comunicam criando e apontando sinais, já que não têm familiaridade com sons e palavras (Strobel, 2008).

Costa Filho (2019) apresenta, que em certa medida, a acessibilidade vem a ser o direito fundamental assegurado à pessoa com deficiência de exigir a eliminação das barreiras estruturais, atitudinais, comunicacionais, entre outras, a fim de possibilitar o acesso aos demais direitos em condições iguais com as demais pessoas. No que se refere a eliminação de barreiras comunicacionais, a disponibilização de intérpretes ou funcionários que se comuniquem em Libras no serviço público é indiscutível.

Outro aspecto observado foi a acessibilidade nos sítios da internet mantidos pela Instituição e pela Biblioteca da Instituição, vimos que o sítio traz o símbolo de acessibilidade para pessoas surdas, sendo possível a interpretação e tradução em Libras de todo o conteúdo das páginas disponíveis no sítio da Instituição, através da tecnologia assistiva VLibras, o que está de acordo com o que prever o art. 63 da LBI para as pessoas surdas:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. § 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque (Brasil, 2025).

No entanto, os ambientes públicos, que oferecem o uso das Tecnologias Digitais, devem estar preparados para serem utilizados, de forma igualitária, por qualquer tipo de pessoa com deficiência, seja visual, auditivo, físico ou intelectual (Costa Filho, 2019).

5.2 Entrevistas semiestruturadas

O processo de análise, inicia-se com uma caracterização dos participantes e, por conseguinte, apresentamos os resultados referentes a categorização (1) *Gestão e disseminação dos serviços ofertados na Biblioteca*; (2) *As práticas de acessibilidade comunicacional* e, (3) *Os elementos necessários para uma comunicação acessível em uma Biblioteca Inclusiva*. Ressalta-se que, a partir da literatura pertinente, foi possível analisar e discutir o conteúdo abstraído da coleta de informações.

Quanto a caracterização dos participantes ouvintes, servidores da biblioteca do IFCE Campus Sobral, tivemos como entrevistados um bibliotecário, que atua na gestão de bibliotecas do IFCE desde 2008, uma servidora com a função de assistente de administração, no serviço de atendimento ao usuário, desde 2010, uma outra assistente de administração que está cedida para a Biblioteca do IFCE Campus Sobral, há 2 anos, além desdes, entrevistamos também duas funcionárias terceirizadas que fazem parte da equipe desde 2021.

Entre esse grupo de entrevistados, apenas uma relatou que já fez curso de Libras, no entanto, por falta de contato com a Língua, perdeu a maioria dos sinais, os demais não tinham nenhum conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, por ocasião da coleta de informações. Como vemos nas seguintes respostas quanto ao item 6 do apêndice C: *“Fiz curso, mas... já foi, (porque) eu não pratiquei o curso”, “Não”, “Não, nem eu nem ninguém da biblioteca”, “Não. Eu tentei iniciar um curso, só que aí acontecem barreiras de horários e tudo, e a gente precisava de um apoio maior da gestão quanto a isso, para que todos os funcionários da biblioteca participassem, que fosse, praticamente obrigatório”*.

Outra característica observada foi em relação ao conhecimento sobre as dimensões da acessibilidade e suas características, ao que apenas uma funcionária terceirizada, afirmou ter conhecimento sobre as dimensões da acessibilidade e sua relevância para o atendimento as pessoas surdas, como vemos na sua resposta: *“Sim. Eu acho que é importante, é superimportante, as pessoas serem bem atendidas em todos os ambientes. Tem que ter essa preparação para receber essas pessoas. É isso. Sem comunicação para tudo”*. Os demais servidores, responderam negativamente, quando indagados, sobre o mesmo quesito, como podemos constatar em suas respostas: *“Não, não ouvi falar”, “Não”*.

Quanto a caracterização dos participantes surdos, uma docente e dois discentes, podemos afirmar que a surdez pode ter diferentes graus, tipos, ser congênita ou adquirida e afetar pessoas de qualquer idade sob variadas formas. Seus prejuízos são diversos e, comumente, provoca alterações na comunicação com grande impacto na saúde e qualidade de vida, no desenvolvimento acadêmico e nas relações de trabalho (Conselho [...], 2021).

Vergamini (2020), traz a seguinte classificação a respeito da forma de comunicação das pessoas com surdez: surdos usuários de Língua de sinais (sinalizadores), que no caso do Brasil utilizam a Libras - Língua Brasileira de Sinais; surdos usuários da língua oral (oralizados), que conseguem falar bem oralmente (português falado) e fazem leitura labial; surdos bilíngues, que são usuários da língua de sinais e da língua oral; surdos usuários de códigos domésticos, que não dominam nem a língua de sinais e nem a língua oral e que usam alguns gestos, normalmente criados no ambiente familiar (Vergamini, 2020).

Para um melhor conhecimento destes participantes, investigamos com que forma de comunicação, cada um deles se identifica, ao que obtivemos as seguintes respostas: *“Eu nasci surda. Meu pai e minha mãe me obrigaram a oralizar durante a minha infância”* *“eu vou ter acesso a esses dois caminhos. Eu vou sinalizar e eu vou oralizar.”* *“Hoje me identifico como bilingue em desenvolvimento”* *“Ele se considera um surdo bilingue”*.

Diante das falas apresentadas, constatamos que todos eles se consideram do tipo bilingue, dos quais, dois deles, manifestaram a preferência pela comunicação através da Libras. Almeida (2013), apresenta o Bilinguismo, como uma nova filosofia educacional que apreende a língua de sinais na sua forma genuína, independente da língua portuguesa, que tem como pressuposto básico que o surdo deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do país.

Tomando os estudos de Almeida (2013) que demonstram que as pessoas com surdez quando se deparam com a língua portuguesa, não compreendem as informações escritas como as ouvintes, uma vez que não apreenderam a linguagem oral, que em pessoas ouvintes precede o processo da escrita, mesmo as que usam próteses não desenvolvem a audição como as pessoas que adquirem a audição de

forma natural, pois muitas vezes escutam de forma distorcida ou com diferença sonora.

Sobre a afirmação acima, constatamos que os entrevistados têm conhecimento da língua portuguesa e se comunicam através da escrita, mas manifestam preferência pelo uso da Língua de Sinais, como primeira língua, como demonstra uma das entrevistadas quando traz a seguinte fala “ *porque sinalizar me ajuda a entender, a compreender as informações de maneira mais clara do que oralizar*”.

Diante do exposto, podemos inferir a necessidade de pessoal treinado na Língua Brasileira de Sinais para atuar no atendimento ao público das bibliotecas ou a adoção de tecnologias assistivas que minimizem essa barreira linguística, uma vez que para as pessoas com surdez, a Libras constitui a sua primeira Língua, tornando a comunicação mais acessível e de fácil compreensão, como sugere o documento “Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos” da International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA), quando afirma que “os funcionários da biblioteca devem receber treinamento voltado para questões relacionadas à prestação de serviços à comunidade surda” (International [...], 2000, p.11).

5.2.1 Gestão e disseminação dos serviços ofertados na Biblioteca

Para uma melhor compreensão da primeira categoria analisada, identificamos, através das entrevistas direcionadas aos servidores e prestadores de serviço da biblioteca, os seguintes produtos e serviços: Empréstimo domiciliar, auxílio à pesquisa, orientação para Trabalho de Conclusão de Curso; sala para monitoria, mediante agendamento; consulta local; participação em aula inaugural para apresentação da biblioteca; acesso à internet/WI-FI e visitas guiadas.

Essa categoria buscou em primeira instância, identificar como são planejados e divulgados os serviços e produtos disponibilizados pela biblioteca, observando a questão da acessibilidade na prestação dos serviços. A respeito do planejamento das ações, obtivemos as seguintes respostas: “*Não, a gente não tem recurso pra pensar nas pessoas com deficiência*”; “*É pensado mais de acordo também com a nossa realidade, com as condições que a gente tem pra oferecer, que não é*

muito no momento”; “Infelizmente, a gente não tem recurso para atender pessoas com deficiência, a gente tenta adaptar, o nosso atendimento, mas nunca tivemos nenhum treinamento específico para isso”.

No que se refere a divulgação dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca, trazemos as seguintes falas: *“A gente tem o site do Instituto, do Campus, e lá tem uma aba da biblioteca, e lá tem dizendo todos os serviços que a gente oferece, todos os documentos, todas as pessoas que trabalham aqui, os horários”; “A gente tem uma rede social no Instagram e a gente faz a comunicação por lá. Tem a comunicação também via e-mail, né? A gente tem todos os e-mails que a gente precisa e a gente também tem divulgação nas telas, nas TVs que tem aqui ”; “É feito internamente, no fórum institucional, quando a gente recebe esses alunos”; “É feito pelas redes sociais, através do Instagram. Cada vez que o aluno procura para fazer o seu cadastro, a gente entrega um folder, divulgando os nossos serviços”.*

Essa categoria buscou, ainda, identificar o conhecimento dos participantes a respeito dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca estudada, aqui, observamos que apesar das respostas positivas, existe um grau de superficialidade nas afirmações, como podemos constatar nas seguintes falas: *“alguns materiais que a Biblioteca oferece são braile, também alguns computadores que são adaptados para leitura e áudio, leitura em PDF, que eu conheço ” “Conheço alguns” “já, eu conheço, já acessei o espaço da biblioteca”*

Podemos inferir, que as respostas dos usuários, não demonstraram engajamento e os serviços não são especificados pelos usuários, que trazem em suas falas, respostas genéricas. Diante dessa observação acreditamos que o planejamento e divulgação dos serviços é frágil e não atinge o público entrevistado de maneira eficiente.

Sobre esses aspectos, o documento intitulado Diretrizes para serviços de bibliotecas para as pessoas surdas da International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA) (organismo internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e instituições de informação em todo o mundo), orienta que os “membros da comunidade surda, [...], devem ser envolvidos na criação e desenvolvimento de serviços de biblioteca e coleções para surdos, bem como no estabelecimento de comitês consultivos, organizações de serviço e redes” (International [...], 2000).

Carvalho (2020) apresenta a proposta de uma biblioteca que “sai da postura de armazenadora de informações para assumir uma postura centrada no processo de comunicação”, isso significa abandonar a filosofia de posse e investir na filosofia de acesso. Tal investimento envolve a participação dos usuários desta unidade de informação no planejamento dos serviços, através do compartilhamento de recursos informacionais e o trabalho em rede, a fim de minimizar pontos deficitários e eliminar barreiras. No estudo proposto é fundamental a participação das pessoas com surdez na elaboração dos serviços a elas destinados.

5.2.2 As práticas de acessibilidade comunicacional

5.2.2.1 Práticas Presentes

Os surdos se comunicam com os ouvintes de várias maneiras. Dependendo de sua origem, nível de deficiência, identidade cultural e contexto, os surdos usam linguagem de sinais, fala, escrita, gestos ou diferentes combinações de tudo isso. Para garantir a prestação de serviços, é essencial que os funcionários da biblioteca sejam informados dessa diversidade e que sejam suficientemente treinados para entender e ser compreendidos com facilidade (Federação [...], 2000, p. 13).

Vimos que existe uma diversidade de formas de comunicação utilizada pela comunidade surda, o que viabiliza a sua comunicação na sociedade, observamos no nosso cenário de estudo, que algumas práticas são utilizadas, mesmo que sem um prévio planejamento, acontecendo de forma espontânea quando os alunos surdos, muitas vezes desconhecidos, chegam na unidade de informação a procura da demanda de serviços.

Para melhor abordar essa categoria trazemos as unidades de contexto identificadas: *“A gente se comunica só através de mensagens. Eu escrevo, e a gente tem essa relação mesmo, através do português.”* *“A gente foi até a biblioteca e levou esse aluno para ele se sentir mais em segurança.”* *“Eu me comunicava por leitura labial e com ajuda de amigos, pois no início eu ainda não sabia libras”* *“Sim, eles*

conseguiram me ajudar, teve a comunicação, também foi utilizado a escrita, o português escrito e assim a gente conseguiu se comunicar”.

Portanto, observamos as seguintes práticas de acessibilidade comunicacional no atendimento dos participantes, mediante visita a Biblioteca do IFCE no Campus de Sobral: Comunicação através de mensagens escritas, Visitas guiadas auxiliadas pelo NAPNE com a presença de intérpretes e tradutores de Libras e Comunicação por leitura labial. Essa forma de comunicação que usa diversos meios para estabelecer a compreensão no diálogo entre surdos e ouvintes, apresenta traços da Filosofia da Comunicação Total, que precede a Filosofia do Bilinguismo apresentada anteriormente, e tem como principal objetivo a “efetivação dos processos de comunicação entre sujeitos com surdez e os demais sujeitos” (Almeida, 2013, p. 100).

A Comunicação Total inclui, para efetivação no processo de comunicação, todo espectro dos modelos linguísticos: gestos criados pelas pessoas com surdez, língua de sinais, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura e escrita em língua portuguesa, acredita-se nesta concepção, que “a Língua de Sinais é fundamental para o indivíduo surdo, assim como as demais formas de comunicação” (Pereira, 2017, p. 13).

No entanto, existe uma forte crítica a esse modelo de comunicação por parte dos linguistas pesquisadores das línguas de sinais, que apontam problemas como a mistura de duas línguas (Língua Portuguesa + Língua de Sinais), resultando no Bimodalismo, inviabilizando o uso adequado da língua de sinais, a qual conclui que essa filosofia, serve mais aos familiares, educadores e interlocutores ouvintes do que as pessoas com surdez (Almeida, 2013).

5.2.2.2 Práticas Ausentes

Nesse ponto, a ausência de pessoal com capacitação em Libras e o desejo de um maior vínculo do NAPNE – Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, com a biblioteca, a fim de intermediar a comunicação, foram os pontos mencionados pelos participantes, podemos acrescentar aqui a ausência de uma capacitação que vai além da Língua Brasileira de

Sinais, mas que abranja o conhecimento da diversidade, direitos e leis sobre as pessoas com deficiência, bem como estratégias e conhecimento específico para um atendimento que contemple todas as dimensões da acessibilidade.

As unidades de contexto extraídas nessa categoria foram as seguintes: *“mas em relação a comunicação em LIBRAS não tem”, “o NAPNE não tem tanto vínculo com a biblioteca assim”, “Muitos aprendem, fazem um curso, aprendem a sinalizar, aprendem libras, mas com o tempo eles vão perdendo vão esquecendo a libras, por falta de contato”, “Libras não tem, só por escrito”, “mas mesmo depois de aprender libras ainda me comunicava com os servidores apenas por leitura labial pois eles não sabiam libras.”*

Sobre esse ponto a International Federations of Library Associations and Institutions (IFLA), orienta que:

Bibliotecas com um número significativo de usuários surdos deve considerar seriamente empregar pelo menos uma pessoa com um domínio relativo da linguagem de sinais em suas unidades de informação e garantir que o restante da equipe esteja familiarizado com os sinais básicos que são úteis (International [...], 2000, p.14).

Os serviços prestados nas bibliotecas reúnem esforços para a satisfação de seus usuários que buscam conhecimento bibliográfico, apoio tecnológico e espaço adequado para desenvolvimento de suas pesquisas. A comunidade surda, por sua vez, deve poder se beneficiar do mesmo nível de serviço de que gozam todos os utilizadores. Isso requer pessoal capacitado adequadamente para desenvolver e operar o serviço.

Para prestar serviços adequados as pessoas com surdez, é necessário que a equipe da biblioteca conheça suas necessidades específicas, incluindo as necessidades de comunicação acessível, a cultura surda, a língua de sinais e as tecnologias assistivas desenvolvidas para essa parcela de usuários, como a legendagem de programas de vídeo, os sistemas de acesso à comunicação, os dispositivos de alerta especializados, entre outros.

A fim de efetivar a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos educacionais, sociais e arquitetônicos, através de ações voltadas para as

pessoas com deficiência, através do Atendimento Educacional Especializado, foram criados na Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, os NAPNES, que atuam fazendo esse elo da pessoa com deficiência e os demais setores da Instituição de ensino.

Na biblioteca, a presença e apoio do NAPNE é fundamental para o acolhimento, conhecimento das pessoas com deficiência e um atendimento adequado de acordo com suas necessidades específicas, através de parcerias, treinamentos e disponibilidade de pessoal capacitado na língua de sinais, a fim de intervir positivamente na realidade incapacitante e possibilitar uma transformação daquela situação, gerando inclusão e diminuindo barreiras.

5.2.3 Biblioteca Inclusiva: elementos necessários para uma comunicacional acessível

As bibliotecas trazem, desde os primeiros registros escritos, o papel de armazenar, tratar e transmitir a memória humana, desempenhando um papel crucial na promoção da educação, leitura e aprendizado ao longo da vida, carregam no cerne de sua missão a disseminação da informação com igualdade de oportunidades, pois permitem que pessoas de diferentes origens socioeconômicas, idades, e etnias e níveis de educação, com ou sem necessidades específicas tenham acesso aos seus repositórios de conhecimento para sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional, sendo-lhes acoplada a responsabilidade de prover acesso às informações codificadas, registradas ou gravadas nesses documentos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humana e dignificadora (Carvalho, 2000).

Para Ferrés (2006), uma biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. Partindo dessas características que apresentam a missão de uma biblioteca e da premissa, que nada deve ser feito sobre as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência, essa categoria apresenta sugestões dos participantes sobre o que pode ser feito em vista de um maior engajamento dos

servidores, na melhoria das práticas de acessibilidade comunicacional. Somando-se a essas percepções, apresentamos elementos extraídos da literatura pertinente que apontam caminhos para a acessibilidade comunicação em bibliotecas.

As unidades de registro identificadas que caracterizam as falas dos entrevistados foram as seguintes: bolsista do NAPNE atuando na Biblioteca, curso para servidores oferecidos pelo NAPNE, sinalização visual do ambiente, cores vibrantes sinalizando os espaços e acessos, necessidade de conhecimento sobre as dimensões da acessibilidade, treinamento em LIBRAS, treinamento sobre os tipos de pessoas com deficiência, suas diversidades e necessidades específicas.

Para uma biblioteca inclusiva e acessível às pessoas surdas no aspecto da comunicação a International [...] (2000), orienta que toda equipe da biblioteca deverá ter formação a respeito das diferentes técnicas de comunicação com as pessoas surdas, seja em língua de sinais, a fala, a escrita, os gestos e as diferentes combinações das mesmas; possuir telefone para surdos e outros recursos tecnológicos para facilitarem a comunicação; todos os serviços de comunicação e interação com os usuários, como a página da biblioteca na internet, deverão possuir recursos visuais que desempenham a mesma função de recursos sonoros para os demais usuários; oferecer serviço de interpretação em língua de sinais ou interpretação oro-facial, assim como outros recursos de comunicação para que os usuários surdos recebam informação e orientação adequadas; e instalação de dispositivos luminosos de alerta para situações de emergência.

Portanto, o serviço de atendimento ao usuário deve apresentar resultados que comprovem que não existem mais barreiras entre a informação desejada e a sua localização espacial, bem como o reconhecimento do necessário engajamento da pessoa surda e sua participação no gerenciamento da biblioteca que deve se envolver no processo de tomada de decisões sobre o planejamento e operacionalização de serviços e produtos a ele destinado.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

A realização da pesquisa permitiu a identificação das necessidades de conhecimento dos servidores da Biblioteca do IFCE Campus Sobral no que diz respeito a comunicação acessível no atendimento das pessoas surdas em suas buscas informacionais e acesso aos serviços prestados pela biblioteca, bem como o interesse desses agentes públicos em buscar meios de tornar a biblioteca ainda mais receptiva para todas as pessoas.

A partir das necessidades identificadas, através da coleta e análise das informações das entrevistas realizadas com servidores da biblioteca e usuários surdos, desenvolvemos o e-book, intitulado, "**Bibliotecas e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível**" com o intuito de minimizar as barreiras comunicacionais encontradas pelas pessoas surdas no contexto das bibliotecas, onde os servidores terão acesso a um conteúdo pensado para agregar acessibilidade no atendimento dos usuários que buscam serviços de informação.

Para uma apreciação do maior número de pessoas, segue o QR Code com vídeo que traz a apresentação do e-book em áudio e em Libras.

Imagem 10 – QR Code com tradução em Libras e áudio da apresentação do e-book



6.1 Elaboração do produto educacional

Para a elaboração do produto educacional, tomamos como referência Kaplún (2003), que propõe três eixos para a investigação e construção de um material educacional, são eles: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. O eixo

conceitual diz respeito a pesquisa temática, conhecimento aprofundado do tema que será abordado, e a pesquisa diagnóstica, necessária para “escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material” (Kaplún, 2003, p.48).

O eixo pedagógico é apresentado como o caminho que será proposto ao sujeito a quem queremos alcançar, onde ele é convidado a conhecer uma nova perspectiva que será proposta, a partir do eixo conceitual (Kaplún, 2003). O que nos leva a considerar primordial, de acordo com o autor, investigar as ideias prévias do destinatário, sobre a temática a ser discutida no produto educacional. É o que Kaplún (2003, p. 49) define como reconhecer as “ideias construtoras” do sujeito, que são “aquelas sobre as quais, com as quais e, frequentemente, contra as quais se vai tentar construir uma nova percepção, uma nova conceitualização, habilidade etc”.

Quanto ao eixo comunicacional, Kaplún (2003) apresenta como o modo concreto, pelo qual, será percorrido o caminho traçado no eixo pedagógico, de acordo com as especificidades do sujeito destinatário do produto educacional. Aqui mapeamos as sugestões dos servidores e pessoas surdas participantes da pesquisa para elaboração de um e-book com informações e estratégias para o atendimento da pessoa com deficiência e de forma mais específica da pessoa surda.

Portanto, a proposta do e-book “**Bibliotecas e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível**” tem caráter educacional, tendo como público alvo os servidores da biblioteca do IFCE Campus Sobral e como objetivo principal, a oferta de conhecimento sobre acessibilidade comunicacional e pessoa surda, a fim de minimizar as barreiras existentes no processo de comunicação que as pessoas surdas encontram em suas buscas por serviços de informação. No entanto, acreditamos que o conhecimento adquirido beneficiará a todos os usuários da biblioteca em questão. A disposição dos capítulos traz a seguinte proposta e objetivos:

Introdução: Contextualizar o leitor nos conceitos e temática abordada ao longo dos demais capítulos.

Conhecendo a pessoa com deficiência: *Objetivo:* Apresentar os conceitos de deficiência a partir dos modelos médico, social e psicossocial com ênfase no conceito psicossocial da deficiência, bem como a demografia da pessoa com deficiência e as terminologias atualmente utilizadas com o enfoque não discriminatório e não capacitista.

Surdez e Sociedade: *Objetivo:* Prover conhecimento sobre a cultura, as características e as necessidades das pessoas surdas, no que tange aos aspectos da construção da sua Identidade na sociedade.

Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas: *Objetivo:* Fomentar a promoção da acessibilidade comunicacional no atendimento das pessoas surdas que frequentam a biblioteca do IFCE Campus Sobral, a fim de minimizar as barreiras existentes.

Recursos para promoção da Acessibilidade Comunicacional à pessoa surda: *Objetivo:* Elencar alguns dos principais recursos e tecnologias assistivas na comunicação das pessoas surdas, que possibilitam a compreensão e inserção desses indivíduos, nos mais diversos ambientes, inclusive nas bibliotecas.

Acessibilidade na prática, objetiva apresentar práticas de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas que são oferecidas em outras bibliotecas e instituições, assim como sugestões de atividades que envolvam a comunidade surda e promova suas manifestações literárias.

Imagem 11 – QR Code de acesso ao e-book “Biblioteca e Surdez: estratégias para uma comunicação acessível



Ressalta-se que o e-book foi publicado pela editora humanize, estando disponível também pelo seguinte link: <https://l1nk.dev/wUvjA> além dos repositórios do Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Ceará - IFCE e da Universidade Federal do Ceará - UFC.

6.2 Avaliação e validação do produto educacional

Com o intuito de medir a relevância do e-book na oferta de suporte informacional sobre acessibilidade comunicacional aos profissionais que trabalham em bibliotecas, a fim de minimizar as barreiras existentes no acolhimento e inclusão de pessoas surdas em suas buscas por serviços de informação, fizemos a avaliação do PE proposto pela mestranda ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFCE Campus Fortaleza. Etapa que consiste em identificar evidências que permitam avaliar a adequação e a interpretação de resultados desse produto, a partir de critérios previamente estabelecidos (Rizzatti, 2020).

Para essa fase, foi elaborado um instrumento de coleta de informações (Apêndice H) com termo de consentimento livre e esclarecido que após aceite, foi aplicado com juízes especialistas na temática da inclusão de pessoas com deficiência. Para a elaboração do questionário de avaliação do produto educacional com juízes, utilizamos a escala Likert de avaliação, usada para coletar e medir a percepção dos indivíduos dentro de determinado contexto, fornecendo conhecimento a partir de avaliações qualitativas do universo de estudo (Costa Júnior, 2024).

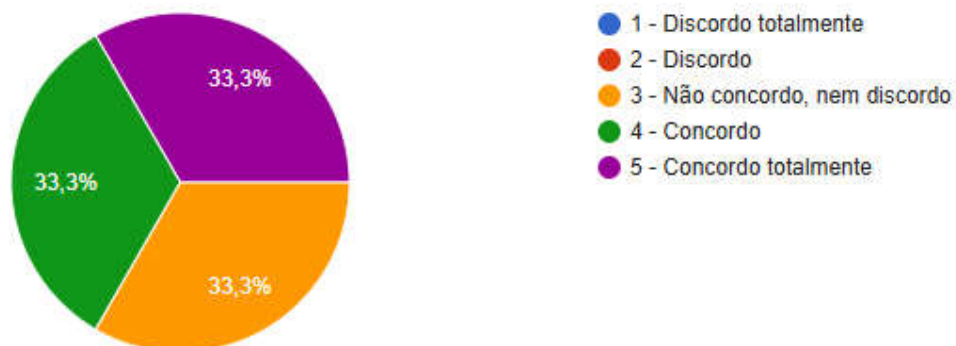
As avaliações foram enviadas via formulário google, mediante contato prévio, para (01) Enfermeira, pós-doutora pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora na área de pessoas neurodiversas e docente da Universidade Vale do Acaraú – Sobral CE, (01) Professora, tradutora de Libras do IFCE, Campus Sobral, mestra em estudos da tradução pela Universidade Federal do Ceará e pessoa com surdez e por (01) Bibliotecária, mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará, com área de concentração em educação inclusiva.

O formulário foi dividido em três partes de acordo com os três eixos para a análise e construção de mensagens educativas: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional, propostos por Kaplún (2003). No qual as perguntas de 1 a 4, correspondem ao eixo comunicacional - forma e canal de disseminação, as perguntas de 5 a 8, correspondem ao eixo conceitual – acessibilidade comunicacional para pessoas surdas nas bibliotecas, as perguntas de 9 a 12, correspondem ao eixo pedagógico – relevância das temáticas e discussões propostas e uma pergunta aberta para considerações dos juízes.

A aplicação do questionário resultou nas seguintes evidências expostas nos

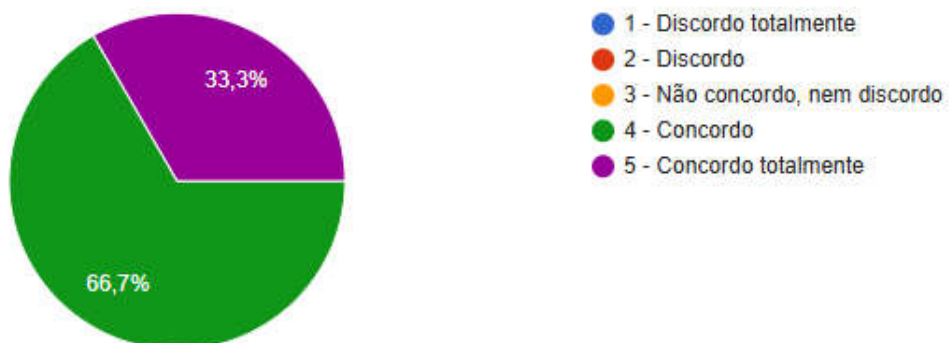
gráficos que seguem e que correspondentes a cada pergunta da avaliação.

Gráfico 1- No que se refere ao formato de disponibilização online, o produto educacional tem fácil acesso?



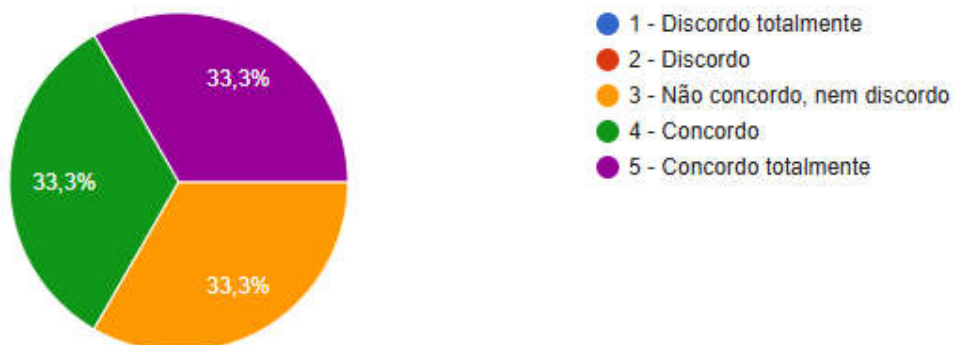
Quanto ao formato online do e-book 33,3% das avaliadoras concordaram e 33,3% concordaram totalmente ser de fácil acesso, tornando o quesito positivo na avaliação.

Gráfico 2 - A disposição dos capítulos e temas abordados é adequada para a boa compreensão de seu conteúdo?



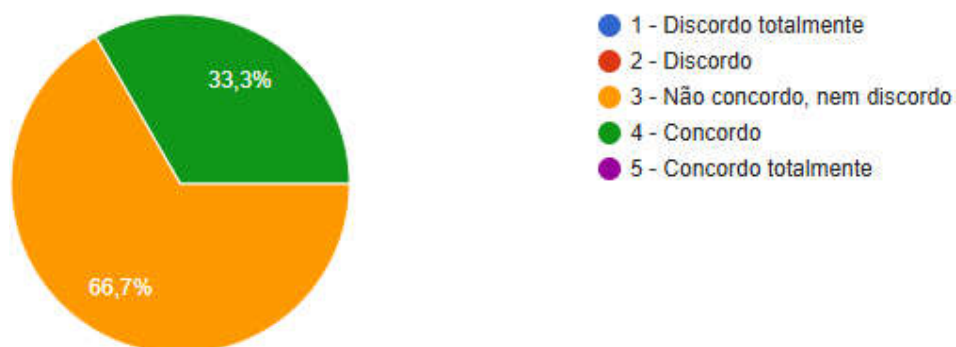
Quanto à disposição do texto para a compreensão da temática 66,7% concordaram e 33,3% concordaram totalmente que está adequada.

Gráfico 3 - As imagens, figuras e quadros propostos facilitam a compreensão da temática?



No que se refere as imagens, figuras e quadros propostos, 33,3% concordaram, 33,3% concordaram totalmente e 33,3 % nem concordaram nem discordaram, que estes recursos facilitam a compreensão da temática. Para esse quesito foram oferecidas sugestões de melhorias que julgamos relevantes e após a avaliação dos juízes, refizemos os mesmos, de acordo com as considerações sugeridas para torna-los mais acessíveis.

Gráfico 4 - A linguagem empregada e a disposição dos parágrafos apresentam de forma clara os temas abordados?



Sobre a linguagem empregada, 33,3% concordaram com a adequação da linguagem e outros 66,7% não concordaram nem discordaram, os quais sugeriram que fossem disponibilizadas traduções em libras em algumas partes do documento, o que já foi avaliado e incorporado ao produto educacional.

Gráfico 5 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da surdez?

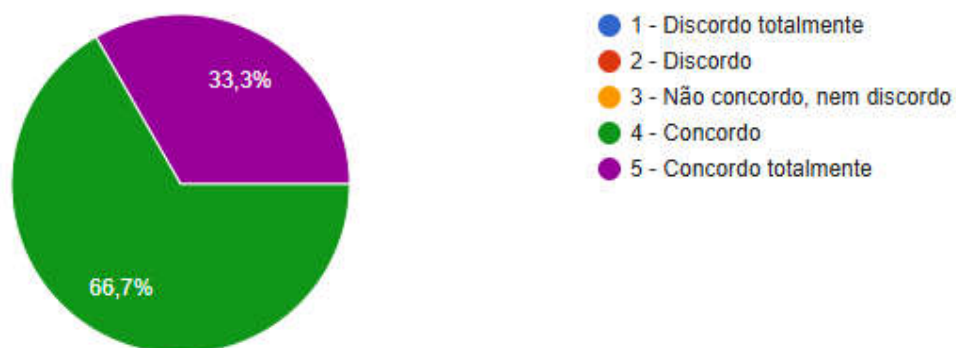


Gráfico 6 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas?

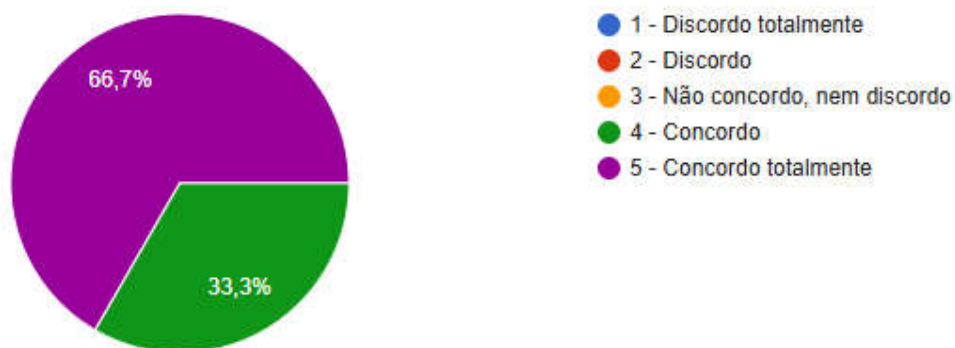


Gráfico 7 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática de Bibliotecas Acessíveis?

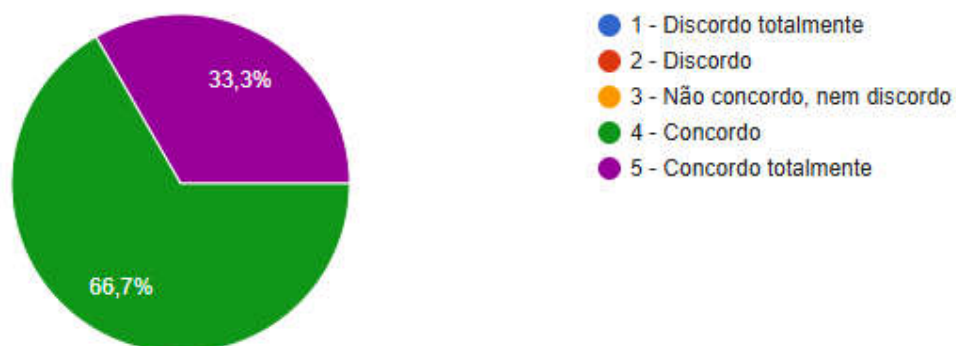


Gráfico 8 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz um tema atual para reflexão e debates?

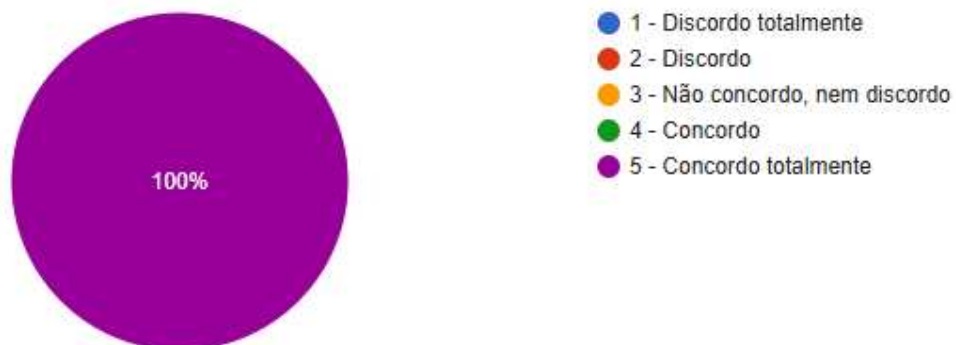


Gráfico 9 - Os temas tratados no e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” são relevantes para o público a que se destinam (Setor de atendimento ao público das bibliotecas)?

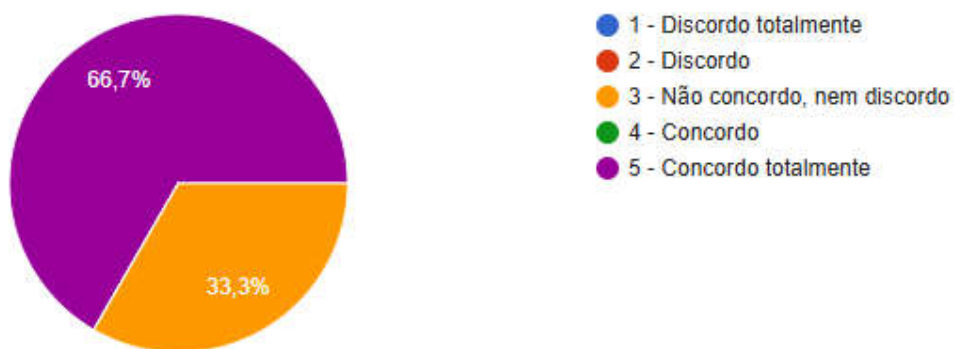


Gráfico 10 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz informações que podem contribuir para o conhecimento e a inclusão das pessoas surdas?

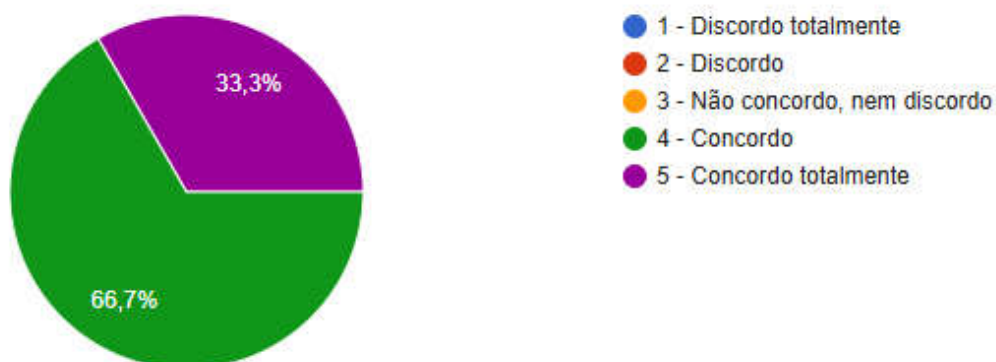


Gráfico 11 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” demonstra clareza e objetividade quanto as temáticas propostas?

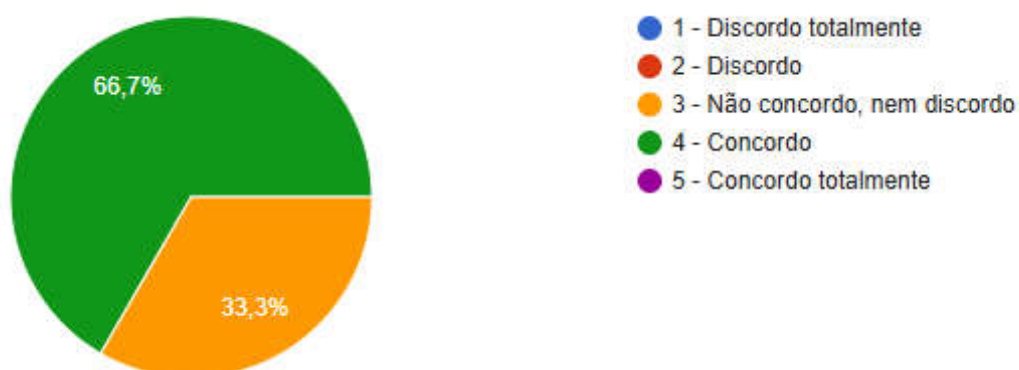
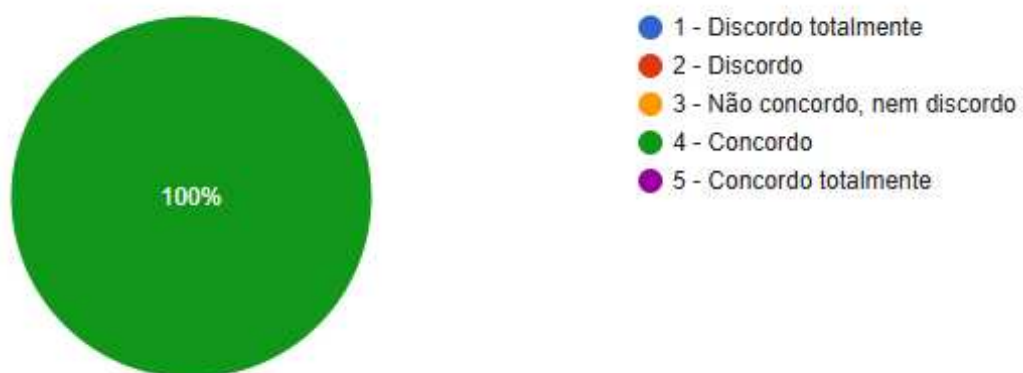


Gráfico 12 - O e-book “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” apresenta estratégias eficazes para o atendimento das pessoas surdas?



Diante da boa aceitação e avaliação positiva do e-book, consideramos esta fase de aplicação e validação por juízes, concluída.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão empreendida neste estudo, podemos constatar que a Biblioteca do IFCE no Campus de Sobral, trata-se de uma unidade de informação com boa acessibilidade arquitetônica, dispondo de elevador, rampas de acesso e computadores adaptados. Na dimensão da acessibilidade atitudinal, vimos que os servidores demonstram interesse e disponibilidade para atender as pessoas com deficiência da melhor maneira possível, buscando técnicas empíricas no fazer diário.

Quanto a acessibilidade comunicacional, foram demonstrados, através da coleta de informações, pontos fortes como a acessibilidade nas páginas de internet, que oferecem a tecnologia da janela de interpretação de libras; comunicação por meio da língua portuguesa escrita; leitura labial; entre outras e pontos sensíveis, como a necessidade de treinamento para o acolhimento e atendimento das pessoas com deficiência, ausência de tecnologias assistivas voltadas para as pessoas surdas bem como a necessidade de um maior conhecimento quanto as necessidades reais das pessoas com deficiência, suas diversidades e necessidades específicas.

O estudo nos leva a inferir que é propício um estudo de usuários, para um maior conhecimento do público atendido, a fim de um planejamento voltado para ações e serviços que sejam acessíveis a todas as pessoas, seja qual for a necessidade específica que se apresente. Averiguamos, ainda, através da bibliografia consultada que as bibliotecas em sua maioria, ainda pensam seus serviços de forma exclusiva e cômoda, sem ouvir e sem discutir com as pessoas com deficiência o que elas demandam, a fim de buscar meios de atender as necessidades dessa parcela da sociedade que carrega décadas de invisibilidade.

Foram coletadas durante as entrevistas, sugestões dos próprios participantes, que podem ser colocadas em práticas para melhoria na oferta dos serviços e produtos da biblioteca em questão, bem como em outras bibliotecas, que tenham a pretensão de tornarem-se mais acessíveis e inclusivas. As contribuições apresentadas são: capacitações sobre pessoas com deficiência e suas diversas necessidades específicas, conhecimento sobre as dimensões de acessibilidade, aprimoramento das técnicas de acessibilidade comunicacional, conhecimento da

Língua Brasileira de Sinais e maior participação do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas – NAPNE nas ações da biblioteca.

Em relação as dificuldades enfrentadas para a consolidação da pesquisa, podemos citar a greve que ocorreu durante o período da coleta de informações, dificultando o contato presencial com os participantes, o que nos fez adotar as entrevistas via *google meet*, com os participantes surdos. Outro ponto que representou para nós um desafio, foi a não fluência em Língua Brasileira de Sinais, por parte da pesquisadora, o que gerou a necessidade buscar esse serviço para viabilizar o contato e comunicação com as pessoas surdas, participantes da pesquisa.

Por fim, o presente trabalho aborda a temática da biblioteca acessível e suas diretrizes, propondo novos caminhos que contribuam para minimizar as barreiras de acessibilidade comunicacional nas bibliotecas, através de recursos, tecnologias assistivas, bem como modelos de biblioteca que já fazem um trabalho de inclusão comunicacional para pessoas surdas. Somando se a essas questões, também buscamos oferecer informações sobre a comunidade surda e sua cultura, para que conhecendo, aprendamos a incluir.

Acreditamos que o presente estudo terá grande relevância no nosso fazer diário na profissão de bibliotecária da UFC no Campus de Sobral e demais bibliotecas, cujos bibliotecários tenham acesso ao conhecimento aqui disponibilizado, gerando nas bibliotecas alcançadas a sensibilização para a temática da pessoa com deficiência, mediante o acolhimento e oferta de serviços mais acessíveis e inclusivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Cristina Barreto Fernandes de. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. Obutchénie. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 711–734, 2020. DOI: 10.14393/OBv4n3.a2020-58434. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/58434>. Acesso em: 6 fev. 2025.

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Introdução à língua brasileira de sinais**. Bahia: UAB/UESC, 2013. 153p. Disponível em: <https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/398613.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290– Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599– Acessibilidade em comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452 – Acessibilidade na comunicação – Audiodescrição**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ABNT NBR ISO 24495-1 - Linguagem Simples: Parte 1: Princípios e diretrizes norteadores**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSUMPÇÃO, Itamar. **O jabuti não tá nem aí**. Itaú Social: Caixote, 2023. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/leiacomumacriancalivrosacessiveis/o-jabuti-nao-ta-nem-ai/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p. ISBN 9788562938047.

BENJAMIM, Pedro Miguel Cavaco. **Evolução do diagnóstico de surdez e o seu impacto na sociedade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/PedroMBenjamim%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PedroMBenjamim%20(1).pdf). Acesso em: 04 fev. 2025.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: letra maior. São Paulo: Editora Ave Maria, 2016. p. 1714.

BRASIL. Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual. **Guia para produções**

audiovisuais acessíveis. Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras, e o artigo 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Acessibilidade na Comunicação.** Brasília: ENAP, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais.** Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **VLibras.** Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vlibras>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: estatuto da pessoa com deficiência.** Brasília, 2016. Disponível em: <https://11nk.dev/oA1dn>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.** Brasília: MP, SLTI, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 38.738, de 30 de Janeiro de 1956.** Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos - Mudos. Brasil, 1956.

Presidência da República. **Programa de inclusão de pessoas com deficiência.** Brasil: Planalto, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislação>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de inclusão de pessoas com deficiência.** Brasil: Planalto, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/legislação>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**: promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <https://l1nk.dev/UVUe0>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.711 de agosto de 2012**: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.409 de dezembro de 2016**: altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.146 de julho de 2015**: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

CABRAL, Elís Fabia Lopes; MOTA, Luzia Matos; GOMES, Tereza Kelly. Os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1 – 16, e11694, jan. 2022. ISSN 2447-1801.

CARRIERI, Sandra; ESPÍNDOLA, Corina Martins. Sistema de cotas para pessoas com deficiência: ação afirmativa para promoção do acesso à universidade In: **XIICOLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS**, 2012, Florianópolis. Anais. Florianópolis: INPEAU, 2012. Disponível em: <Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97855?show=full> >. Acesso em: 2 jan. 2025.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para quê e para quem? **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/j9RG4gLkBGTTqqfQ6LBxMwy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15. Ago. 2024.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SILVA, Helen de Castro. **Biblioteca inclusiva**:

perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. 2015, Disponível em: <https://encurtador.com.br/JJ8Fn>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CONGRESSO EUROPEU DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Declaração de Madri**. Madri, 2002.

CONSELHO Federal de Fonoaudiologia – CFF. **Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez**. CFF, 2021. Disponível em: <https://fonoaudiologia.org.br/dia-nacional-de-prevencao-e-combate-a-surdez/> Acesso em: 07 nov. 2023.

CONSELHO Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. **Rede Federal celebra 113 anos de existência**. Conif, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/rede-federal-celebra-113-anos-de-existencia/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

COSTA FILHO, Waldir Macieira da; LEITE, Flávia Piva A.; RIBEIRO, Lauro Luiz G. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612109/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

COSTA JÚNIOR, J. F. DA; CABRAL, E. L. dos S.; DE SOUZA, R. C.; BEZERRA, D. de M. C.; E SILVA, P. T. de F. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 360–376, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-021. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4009>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CRISTIANO, Almir. **Os cinco parâmetros da Libras**. Sítio Libras, 2018. Disponível em: <https://www.libras.com.br/os-cinco-parametros-da-libras>. Acesso em: 07 fev. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. *In*: **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. São Paulo: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

FISCHER, Heloísa. **Clareza em textos de e-gov**: uma questão de cidadania. Rio de Janeiro: com clareza, 2018.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Surdez e a relação pais-filhos na primeira infância**. Rio Grande do Sul: UBRA, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. E-book. p.1. ISBN 9788521637387. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521637387/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

HAND TALK. **Descubra o universo das Línguas de Sinais**. Maceió, 2025. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/aplicativo/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez**: concepção e alfabetização - ensino fundamental 1º ciclo. São Paulo: Cortez Editora, 2015. E-book. p.36. ISBN 9788524924057. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924057/>. Acesso em: 07 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: notas técnicas versão 1.13. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: pessoas com deficiência 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARIES ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS: **Directives destinées aux services de bibliothèque pour les sourds**, 2. ed. La Haye: IFLA, 2000.

FREITAS, Fernando. **Conheça sete tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva**. Fundação Dorina, 2020. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 13 set. 2023.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador) / São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Histórico**. Ceará, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional/historico>. Acesso em: 12 nov. 2023.

IFCE - INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - Campus Sobral. **O Campus**. Ceará, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/sobral/campus-sobral/o-campus>. Acesso em: 12 nov. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003.

LIBRASLAB. **Um jeito divertido e fácil de aprender Libras**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.libraslab.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LIBRASQUEST. Brasil, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/H3EcS>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MOURA, Débora Rodrigues. **Introdução à surdez e à Libras**. ENAP: Brasília, 2016.

MÜLLER, Janete Inês; KIST, Karoline. Língua Brasileira de Sinais e cultura surda: práticas inclusivas em um Instituto Federal. **LínguaTec: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**, Bento Gonçalves. v. 5, n. 2, p. 62-74, nov. 2020.

NAPOLITANO, Carlos José, LEITE, Lúcia Pereira, MARTINS, Sandra Eli S. de Oliveira. **Acessibilidade em pauta na comunicação midiática**. Journal of Research in Special Educational Needs, 2016. n.16, p, 126-129. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12136>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. Campo dos Goytacazes, 2003. Disponível em: https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf. Acesso em: 07 fev.2024.

PEREIRA, Rachel de C. **Surdez: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554651619/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G. SILVA, M. A. B. V. da; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai. /ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria dos direitos da pessoa com deficiência. **Relatório mundial de saúde**. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://l1nq.com/4SxTy>. Acesso em 12 jan. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista: Acessibilidade: a chave para a inclusão social. Entrevista concedida a Guilherme Braga. **Canal da Igualdade Inclusão & Diversidade**, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pPDUS>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 10 jun. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão. Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set. /out. 2007, p.20-30. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, Sidney Pessoa Madruga da. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598308/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STOKOE, W. C. **Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf**. Studies in Linguistics, Occasional Papers 8. Buffalo: University of Buffalo, 1960.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2019/10/guia-de-citacao-06.10.2019.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

VERGAMINI, Sabine. **Acessibilidade comunicacional: surdos que sinalizam**. Projeto inclusão com acessibilidade no trabalho, 2020. Disponível em: <https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/acessibilidades/acessibilidade-comunicacional-surdos-que-sinalizam>. Acesso em: 09 jun. 2023.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phillis Perrin. **Aprender a Ver**. Petrópolis: Editora Arara Azul. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. 2005.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Acessibilidade Comunicacional para Pessoas Surdas: estudo de caso na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral

Pesquisadora: Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O presente projeto Intitulado: “Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas: estudo de caso na Biblioteca do IFCE no Campus Sobral” justifica-se, a partir dos desafios encontrados pelas pessoas com deficiência que chegam às Instituições de ensino e precisam de um ambiente minimamente acessível para desenvolver suas competências educacionais e de busca por informações pertinentes na aquisição do conhecimento, observamos a necessidade de se estabelecer a Acessibilidade Comunicacional nessas instituições em todos os espaços educacionais, sejam eles formais ou informais, como é o caso da Biblioteca a ser estudada, a fim de minimizar as barreiras existentes que comprometem a comunicação e por sua vez o desempenho escolar.

De acordo com a justificativa acima, a pesquisa tem como objetivo geral: Investigar as práticas de acessibilidade comunicacional direcionadas para as pessoas surdas na biblioteca do IFCE Campus Sobral, com o intuito de apresentar contribuições no aprimoramento de tais práticas. Traz ainda como objetivos específicos: Contextualizar as lutas enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso à educação com foco nas pessoas surdas e na Educação Profissional e Tecnológica - EPT; Compreender a comunicação acessível e clarificar sua significação na oferta dos produtos e serviços disponibilizados para as pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral; Apresentar a Biblioteca acessível e suas diretrizes, a fim de apontar novos caminhos que contribuam para minimizar as barreiras de acessibilidade comunicacional e Propor um portfólio com um conjunto de medidas e práticas inclusivas que promovam a acessibilidade comunicacional no ambiente da biblioteca do IFCE – Campus Sobral.

Procedimentos:

O participante será convidado a participar da pesquisa e em caso de aceite deverá assinar esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar de entrevista individual, com duração de aproximadamente 30 minutos, na qual serão abordadas questões pertinentes ao tema e objetivos da pesquisa, que serão posteriormente categorizados e analisados, na perspectiva de trazer benefícios aos envolvidos. Vale informar que os conteúdos das entrevistas serão guardados em arquivo pessoal da pesquisadora, pelo período de aproximadamente cinco anos, sendo descartados após esse período.

Desconfortos e riscos:

Você não deve participar deste estudo se não estiver regularmente matriculado na instituição, se não aceitar participar da pesquisa, se não entregar o TCLE assinado. Os riscos para a participação nesse estudo serão mínimos. Será garantido o cuidado no manuseio do material para evitar a possibilidade de outras pessoas terem contato com o material coletado nas entrevistas. Além disso, será preservado o anonimato do participante e o sigilo de qualquer informação pessoal, que possa identificá-lo com uso de pseudônimo. É possível haver risco de ordem emocional ou social, por se tratar de temática relacionada à pessoa com deficiência, porém será reservado o direito de não responder as perguntas caso não se sinta à vontade.

Benefícios:

Os benefícios esperados com o estudo são o aperfeiçoamento das práticas de acessibilidade comunicação, no atendimento às pessoas surdas que são usuárias reais ou potenciais da Biblioteca Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes do IFCE – Campus Sobral.

Acompanhamento e assistência:

O (A) participante do estudo será acompanhado durante todo o período de realização da pesquisa, tendo assistência da pesquisadora em caso de danos de ordem emocional, social ou constrangimento. Havendo ocorrência nesse sentido, o (a) participante será imediatamente retirado (a) do ambiente de pesquisa, que será interrompida nesse momento, e será acompanhado pela pesquisadora, para assistência profissional, caso haja necessidade.

Sigilo e privacidade:

O (A) participante do estudo tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

O (A) participante do estudo terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e a indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa, Endereço: Av. Arthur da Silveira Borges, 466, Padre Ibiapina, Sobral -, CEP 62.023.020, telefone (88) [REDACTED]-[REDACTED], e-mail: marcia.sousa82@aluno.ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 8h às 12h, e das 13h às 17h no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; telefone (85) 34012332, e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico (opcional): _____

E-mail (opcional): _____

Assinatura do (a) participante: _____

Data: ___/___/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e

complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo Conselho de ética da Pesquisa - CEP antes da coleta de dados. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ___/___/___.

APÊNDICE B – PROPOSTA DE ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO ASSISTEMÁTICA NA BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO ASSISTEMÁTICA NA BIBLIOTECA DO IFCE – CAMPUS SOBRAL

Tema: Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas;

Tema Específico: Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral CE

Universo - Biblioteca do IFCE no Campus de Sobral

Pontos a serem observados:

- 1) Condições gerais de acessibilidade na referida biblioteca;
- 2) Condições para a promoção da acessibilidade comunicacional na referida biblioteca;
- 3) Se a Biblioteca oferece serviços específicos à comunidade surda;
- 4) Outros pontos que julgarmos pertinente, já que faremos uma observação assistemática.

Local: Biblioteca IFCE – Campus Sobral, de preferência em local com privacidade e confortável aos entrevistados.

Equipamentos: Caderno e caneta para anotações.

**APÊNDICE C – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS
SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 1
ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

Tema: Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas;

Tema Específico: Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral CE

Universo – Grupo 1: Servidores da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral

Número de entrevistados (amostra): 04

Tempo de cada entrevista: Limite de 30 minutos

Composição do Grupo de entrevistas:

04 Entrevistas com servidores lotados na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, que gerenciam e ofertam produtos e serviços para a comunidade acadêmica do Campus;

Perguntas do Grupo 1. (04 Entrevistas com servidores lotados na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, que gerenciam e ofertam produtos e serviços para a comunidade acadêmica do Campus)

- 1) Quais os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca do IFCE – Campus Sobral?
- 2) Como é feita a divulgação e oferta dos serviços e produtos da Biblioteca para a Comunidade Acadêmica?
- 3) Esses serviços/produtos são pensados para a inclusão do maior número de pessoas possíveis?
- 4) Segundo dados disponibilizados pelo NAPNE, temos hoje, 02 alunos e 01 professora com surdez. Como se dá ou como se pensa a comunicação com esse público, mediante a visita ou necessidade de acesso dos produtos e serviços oferecidos na Biblioteca?
- 5) Você já ouviu falar nas dimensões da acessibilidade? Se sim, o que você entende pela dimensão da acessibilidade comunicacional?
- 6) Tem algum conhecimento de Libras? Se sim. Em que nível?
- 7) Você teria alguma sugestão de produto ou serviço que pudesse agregar para a melhoria da comunicação entre servidores e pessoas surdas na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral?

Seleção dos participantes: A lista dos participantes, do grupo 01, será solicitada na coordenação da Biblioteca do IFCE – Campus Sobral;

Local: Biblioteca IFCE – Campus Sobral, de preferência em local com privacidade e confortável aos entrevistados.

Equipamentos: Gravador e caderno de anotações.

APÊNDICE D – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Tema: Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas;

Tema Específico: Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral CE

Universo – Grupo 2: Servidora surda, coordenadora do NAPNE – Campus Sobral

Equipe: Um Entrevistador e Um Intérprete e Tradutor de Libras

Número de entrevistados (amostra): 01

Tempo de cada entrevista: Limite de 30 minutos

Composição do Grupo de entrevistas: 01 Entrevista com servidora docente, que é uma pessoa surda e coordenadora do NAPNE no IFCE - Campus Sobral;

Perguntas do Grupo 2 (01 Entrevista com servidora docente, com surdez e coordenadora do NAPNE no IFCE - Campus Sobral)

- 1) Você conhece os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca do Campus?
- 2) Se sim. Como foi o acesso? Os servidores conseguiram responder as suas dúvidas ou auxiliar na busca do serviço solicitado?
- 3) Você se identifica como surdo usuário da língua de sinais (sinalizador), como surdo usuário da língua oral (oralizado) ou bilíngue (usuário da língua de sinais e usuário da língua oral)
- 4) Você teria alguma sugestão de produto ou serviço que pudesse agregar para a melhoria da comunicação entre servidores e pessoas surdas na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral?
- 5) Como coordenadora do NAPNE, você já recebeu alguma demanda de alunos ou servidores surdos a respeito da Biblioteca do Campus?

Seleção dos participantes: Para a entrevista com os participantes do grupo 02, faremos contato diretamente com a coordenadora do NAPNE do IFCE – Campus Sobral.

Local: IFCE – Campus Sobral, de preferência em local com privacidade e confortável aos entrevistados.

Equipamentos: Gravador e caderno de anotações.

APÊNDICE E – PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA COLETA DE DADOS – GRUPO 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Tema: Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas.

Tema Específico: Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral CE

Universo – Grupo 3: Alunos com surdez matriculados no IFCE – Campus Sobral

Equipe: Um Entrevistador e Um Intérprete e Tradutor de Libras

Número de entrevistados (amostra): 02

Tempo de cada entrevista: Limite de 30 minutos

Composição de cada Grupo de entrevistas:

02 Entrevistas com alunos com surdez matriculados no IFCE - Campus Sobral.

Perguntas do Grupo 3 (02 Alunos com surdez matriculados no IFCE - Campus Sobral)

- 1) Você conhece os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca do Campus?
- 2) Se sim. Como foi o acesso? Os servidores conseguiram responder as suas dúvidas ou auxiliar na busca do serviço solicitado?
- 3) Você já ouviu falar nas dimensões da acessibilidade? Se sim, o que você entende pela dimensão da acessibilidade comunicacional?
- 4) Você se identifica como surdo usuário da língua de sinais (sinalizador), como surdo usuário da língua oral (oralizado) ou bilíngue (usuário da língua de sinais e usuário da língua oral)
- 5) Você teria alguma sugestão de produto ou serviço que pudesse agregar para a melhoria da comunicação entre servidores e pessoas surdas na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral?

Seleção dos participantes:

A lista dos participantes do grupo 03, será solicitada na coordenação do setor acadêmico do Campus estudado.

Local: IFCE – Campus Sobral, de preferência em local com privacidade e confortável aos entrevistados.

Equipamentos: Gravador e caderno de anotações.

APÊNDICE F – CAPA DO PRODUTO EDUCACIONAL



ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA
BARBARA SUELLEN FERREIRA RODRIGUES

BIBLIOTECA E SURDEZ

ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL



APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Avaliador do Produto Educacional)

Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível

Pesquisadora: Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O presente *E-book*, intitulado: “**Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível**” tem o intuito de minimizar as barreiras comunicacionais encontradas pelas pessoas surdas no contexto das bibliotecas. Está disposto em capítulos e subcapítulos que buscam esclarecer quem é a pessoa surda, trazendo informações sobre a surdez, a cultura surda, o modo de comunicação dessa comunidade, além de estratégias para o atendimento do referido público, as quais propiciam subsídios para uma comunicação acessível e inclusiva no espaço das bibliotecas.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder o questionário “Questionário sobre o produto educacional com juízes”. O tempo estimado de responder ficará a critério do avaliador, apenas respeitando o tempo máximo de 10 dias para a devolutiva. Os questionários serão armazenados em arquivo pela pesquisadora durante 5 anos conforme a resolução CPF no 007/2003 e descartado após este período.

Desconfortos e riscos:

O questionário a ser utilizado na pesquisa possui um risco intelectual

mínimo, podendo gerar desconforto ao responder o questionário pelo medo de quebra do sigilo. Para minimizar este risco, garantimos o sigilo em relação às respostas, sendo estas usadas confidencialmente (a identidade do participante será preservada) e apenas para fins científicos.

Benefícios:

O conhecimento compartilhado, contribuirá com a formação e o aperfeiçoamento das práticas de acessibilidade comunicação no atendimento às pessoas surdas, bem como o reconhecimento da biblioteca como um ambiente multifacetado e que tem o potencial e a responsabilidade de disponibilizar estrutura, acervo, serviços e atividades para todas as pessoas, buscando em tudo, proporcionar a acessibilidade e minimizar as barreiras existentes entre o usuário e o conhecimento.

Acompanhamento e assistência:

Durante o processo de realização desta pesquisa, a pesquisadora compromete-se a dar assistência e tomar todos os cuidados importantes para que existindo necessidade de acompanhamento (médico e/ou psicológico) resultante de possíveis riscos das metodologias propostas, os participantes serão assistidos.

Sigilo e privacidade:

Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais. As identidades serão preservadas e mantidas no sigilo. O que nos interessa são os dados coletados, e não aspectos particulares dos participantes para, dessa forma, contribuir com o aperfeiçoamento das práticas de acessibilidade comunicação no atendimento às pessoas surdas, no ambiente das bibliotecas, como um lugar de disseminação do conhecimento.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta nos termos do artigo 19, parágrafo 2o, da Resolução CNS 510/2016.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa, Endereço: Av. Arthur da Silveira Borges, 466, Padre Ibiapina, Sobral -, CEP 62.023.020, telefone (88) 3366-3366, e-mail: marcia.sousa82@aluno.ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 8h às 12h, e das 13h às 17h no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; telefone (85) 34012332, e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico (opcional): _____

E-mail (opcional): _____

Assinatura do (a) participante: _____

Data: ___/___/___.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo Conselho de ética da Pesquisa - CEP antes da coleta de dados. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa

[Assinatura da pesquisadora]

Data: ___/___/___.

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL COM JUÍZES

Você está sendo convidada a participar da avaliação do Produto Educacional desenvolvido na forma de um *E-book* denominado “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível”, vinculado ao mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica através da pesquisa “Acessibilidade comunicacional para pessoas surdas na Biblioteca do IFCE – Campus Sobral”. Segue em anexo e-book para apreciação.

- E-mail:
- Nome:

EIXO COMUNICACIONAL – FORMA E CANAL DE DISSEMINAÇÃO.

1. No que se refere ao formato de disponibilização *online*, o produto educacional tem fácil acesso.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

2. A disposição dos capítulos e temas abordados é adequada para a boa compreensão de seu conteúdo.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

3. As imagens, figuras e quadros propostos facilitam a compreensão da temática?

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Não concordo, nem discordo
- (4) Concordo

(5) Concordo totalmente

4. A linguagem empregada e a disposição dos parágrafos apresentam de forma clara os temas abordados?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

EIXO CONCEITUAL – ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS NAS BIBLIOTECAS.

5. O e-*book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da surdez?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

6. O e-*book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática da Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

7. O e-*book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” promove a reflexão sobre a temática de Bibliotecas Acessíveis?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

8. O *e-book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz um tema atual para reflexão e debates?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

EIXO PEDAGÓGICO – RELEVÂNCIA DAS TEMÁTICAS E DISCUSSÕES PROPOSTAS

9. Os temas tratados no *e-book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” são relevantes para o público a que se destinam (Setor de atendimento ao público das bibliotecas)?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

10. O *e-book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” traz informações que podem contribuir para o conhecimento e a inclusão das pessoas surdas?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

11. O *e-book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” demonstra clareza e objetividade quanto as temáticas propostas?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

12. O e-*book* “Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível” apresenta estratégias eficazes para o atendimento das pessoas surdas?

(1) Discordo totalmente

(2) Discordo

(3) Não concordo, nem discordo

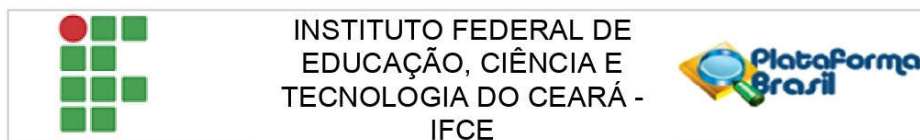
(4) Concordo

(5) Concordo totalmente

13. Use este espaço para fazer sugestões, críticas ou comentários sobre o produto educacional avaliado.

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Acessibilidade Comunicacional para Pessoas Surdas: estudo de caso na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral

Pesquisador: ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77518524.4.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.712.263

Apresentação do Projeto:

Resumo

O projeto de pesquisa intitulado "Acessibilidade Comunicacional para Pessoas Surdas: estudo de caso na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral" está inserido na grande área Ciências Humanas. Segundo a pesquisadora, o presente visa investigar as práticas de Acessibilidade Comunicacional no âmbito da oferta de produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, situada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Avançado Sobral. Para contextualizar, é apresentado um breve histórico sobre a inclusão de pessoas com deficiência no acesso à Educação Profissional e Tecnológica, destacando suas lutas e conquistas. Além disso, o projeto explora conceitos e esclarecimentos relacionados às dimensões e barreiras de acessibilidade, além de discutir práticas e metodologias inclusivas no atendimento de pessoas surdas em ambientes de educação não formal, utilizando as bibliotecas como exemplo. Essa pesquisa é parte do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, enquadrando-se na linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, em que será adotada uma abordagem qualitativa, utilizando um estudo de caso com usuários reais e potenciais da biblioteca em questão, que possuam deficiência auditiva ou surdez. A análise dos dados será conduzida por meio do método de análise de conteúdo desenvolvido por Laurence Bardin,

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

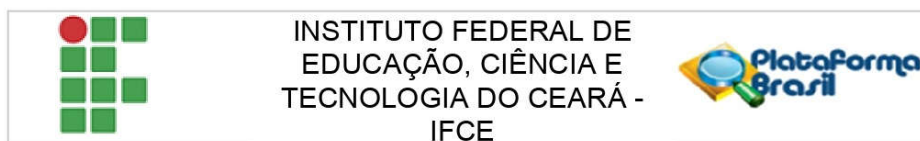
Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



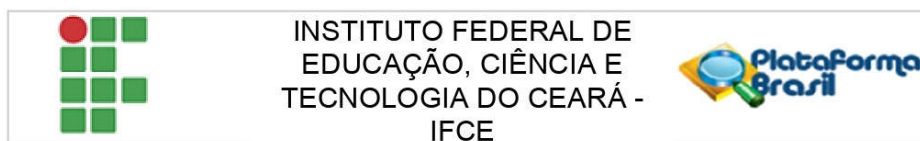
Continuação do Parecer: 6.712.263

visando interpretar e atribuir significado às informações coletadas. Espera-se, portanto, com o estudo contribuir com as práticas de acessibilidade em nosso cenário de pesquisa, através da elaboração de um portfólio com um conjunto de medidas e práticas inclusivas direcionadas para a Acessibilidade Comunicacional às pessoas surdas, usuárias reais e potenciais da Biblioteca do IFCE-Campus Sobral.

Metodologia

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, com a qual pretende-se compreender mais profundamente como se estabelecem as relações de comunicação entre a pessoa com deficiência auditiva, na busca por serviços e produtos de informação e os servidores da Biblioteca do IFCE Campus Sobral, na oferta desses serviços e produtos. A investigação é de natureza aplicada, pois busca a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica e exploratória, tendo como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito. Quanto à modalidade da pesquisa, é classificado como um estudo de caso. Neste contexto, o objetivo é adquirir um conhecimento aprofundado e contribuir para o aprimoramento das práticas de acessibilidade comunicacional na Biblioteca do IFCE Campus Sobral. O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, tendo em vista a cidade de domicílio da pesquisadora, bem como sua atuação profissional como bibliotecária. Como participantes da pesquisa, será elegidos os servidores da referida biblioteca, bem como as pessoas com deficiência auditiva que compõem a comunidade da referida Instituição, e que são potenciais usuários da Biblioteca do IFCE Campus Sobral, onde pretende-se mapear os desafios encontrados por estes sujeitos na busca por informação e conhecimento com vistas ao seu desenvolvimento educacional e profissional e traçar meios para melhoria de inclusão e acesso no uso dos serviços oferecidos pela Biblioteca. Após submissão e aprovação da pesquisa ao comitê de ética, dar-se-á o início a fase da coleta das informações, na qual serão apresentadas a intenção de pesquisa à direção do IFCE Campus Sobral, a fim de firmar parceria e solicitar autorização para prosseguimento do estudo. A partir das necessidades de pesquisa, serão elegidos dois métodos para coleta das informações, entrevistas semiestruturadas que serão aplicados nos grupos descritos acima e o método de observação assistemática, que será aplicado no ambiente da Biblioteca do IFCE Campus Sobral, como um todo, em momento de atendimento, para cada método estabeleceremos roteiros apropriados e individualizados, que se estão contidos como apêndices do estudo. Esclarece-se que a entrevista semiestruturada apresenta diferentes

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703
Bairro: Jardim América **CEP:** 60.410-426
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332 **E-mail:** cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.712.263

formatos, mas caracteriza-se pelo estabelecimento prévio de uma relação de questões ou tópicos que são apresentados aos entrevistados, além de possibilitar a obtenção, com maior profundidade, de dados referentes ao comportamento humano. Ao adotar entrevistas, é possível dar voz aos sujeitos com deficiência auditiva, permitindo que eles compartilhem suas experiências pessoais, desafios enfrentados e sugestões de melhoria. Além das entrevistas semiestruturadas, será aplicado também o método da observação.

Critérios de inclusão

Serão adotados como critério de inclusão, os servidores lotados na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, Integrantes da Comunidade acadêmica, técnicos administrativos, docentes ou discentes, maiores de 18 anos, que tenha deficiência auditiva e que aceitem participar da pesquisa através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Critérios de exclusão

Serão adotados como critério de exclusão, comunidade acadêmica em geral que não tenha atingindo a maior idade, que não seja uma pessoa com deficiência, ou que não seja servidor da Biblioteca do IFCE - Campus Sobral, serão também excluídos os participantes que, tendo sido convidados para participar da pesquisa, não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Objetivo da Pesquisa:

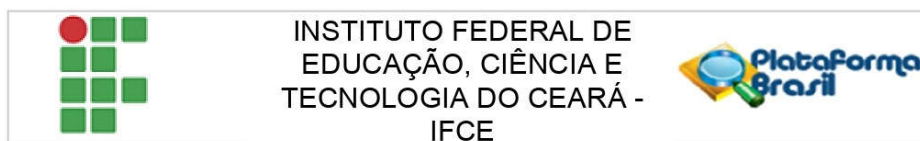
Objetivo primário:

Investigar as práticas de acessibilidade comunicacional direcionadas para as pessoas surdas na biblioteca do IFCE Campus Sobral, com o intuito de apresentar contribuições para o aprimoramento de tais práticas.

Objetivos secundários:

Contextualizar as lutas enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso à educação com foco nas pessoas surdas e na Educação Profissional e Tecnológica - EPT; Compreender a comunicação acessível e clarificar sua significação na oferta dos produtos e serviços disponibilizados para as pessoas com deficiência auditiva na Biblioteca do IFCE - Campus Sobral; Apresentar a Biblioteca acessível e suas diretrizes, a fim de apontar novos caminhos que contribuam para minimizar as barreiras de acessibilidade comunicacional na Biblioteca do

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.712.263

IFCE ζ Campus Sobral; Propor um portfólio com um conjunto de medidas e práticas inclusivas que promovam a acessibilidade comunicacional no ambiente da biblioteca do IFCE ζ Campus Sobral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Os riscos para a participação nesse estudo serão mínimos. Será garantido o cuidado no manuseio do material para evitar a possibilidade de outras pessoas terem contato com o material coletado nas entrevistas. Além disso, será preservado o anonimato do participante e o sigilo de qualquer informação pessoal, que possa identificá-lo com uso de pseudônimo. É possível haver risco de ordem emocional, como choro, sentimento de tristeza, impaciência ou incômodos causados pelo assunto, porém será reservado ao participante o direito de interromper a entrevista caso não se sinta a vontade. Para minimizar os riscos previstos, faremos os devidos esclarecimentos a cerca do assunto que será abordado, antes da entrevista, e daremos a garantia de seu anonimato e sigilo das informações, caso aconteça intercorrências dos riscos previstos, será realizado o acompanhamento, pela pesquisadora, do (a) participante, a um serviço de saúde de referência, ou serviço de psicologia de acordo com a necessidade, com cuidado individual em todas as etapas do atendimento; havendo intercorrências que não tenham sido previstas, buscaremos, juntamente com o participante, meios para saná-las o mais breve possível.

Benefícios

Os benefícios esperados com o estudo são o aperfeiçoamento das práticas de acessibilidade comunicação, no atendimento às pessoas surdas que são usuárias reais ou potenciais da Biblioteca Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes do IFCE ζ Campus Sobral.

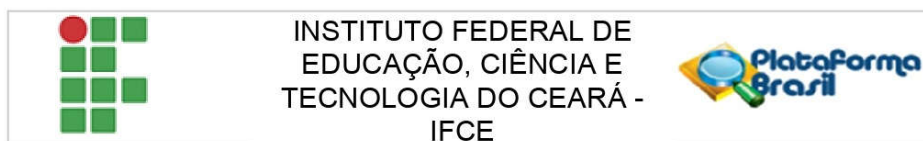
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de projeto de pesquisa apresentado para exame de qualificação ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam os termos obrigatórios: Folha de rosto; Informações básicas do projeto; Orçamento;

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE	Município: FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.712.263

Outros	Roteiro_grupo1.docx	15/02/2024 09:08:19	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Roteiro_observacao.docx	15/02/2024 09:07:13	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_AnaMarcia.docx	14/02/2024 16:36:27	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Orçamento	orcamento_projeto_assinado.pdf	14/02/2024 16:32:24	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	cronograma_execucao_assinado.pdf	14/02/2024 16:31:53	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

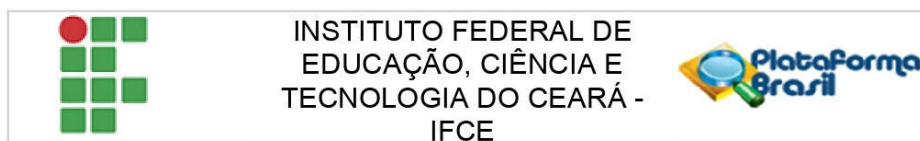
Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 20 de Março de 2024

Assinado por:
Emmanuel Alves Carneiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703
Bairro: Jardim América **CEP:** 60.410-426
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3401-2332 **E-mail:** cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 6.712.263

Cronograma; Declaração de compromisso de apresentação dos resultados; Declaração de garantia de regresso dos benefícios da pesquisa; Declaração de Infraestrutura; Termo de consentimento livre e esclarecido; Roteiros de entrevistas e observação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer consubstanciado de aprovação disponível na pasta (ou diretório) ζPareceresζ.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2287372.pdf	07/03/2024 13:34:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.docx	07/03/2024 13:16:43	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	termo_autorizacao_e_declaracao_infraestrutura_assinado.pdf	15/02/2024 14:38:13	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	15/02/2024 13:13:37	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	declaracao_garantia_regresso_assinado.pdf	15/02/2024 09:12:01	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	declaracao_compromisso_assinado.pdf	15/02/2024 09:11:01	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Roteiro_grupo3.docx	15/02/2024 09:09:25	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Roteiro_grupo2.docx	15/02/2024 09:08:45	ANA MARCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA	Aceito

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

ANEXO 2 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, _____, autorizo as autoras ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA e BÁRBARA SUELLEN FERREIRA RODRIGUES, a utilizar minha imagem, vídeo e voz para fins do seu produto educacional e-book intitulado “Biblioteca e surdez: estratégias para uma comunicação acessível” (Editora Humanize- 2025), em que interpreto em Libras (vídeo) a apresentação do e-book citado”. Concordo que este material possa ser publicado apenas para fins acadêmicos.

Sobral, _____ de 2025.

Assinatura de Cedente